



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FELIPE RICARDO VIEIRA LOPES

“OS NOSSOS NÃO SÃO HOMENS ANIMAIS”:
IMPrensa NEGRA, HUMANIDADE E CIDADANIA NAS PÁGINAS DO JORNAL
O EXEMPLO (1902 – 1911).

FORTALEZA

2023

FELIPE RICARDO VIEIRA LOPES

“OS NOSSOS NÃO SÃO HOMENS ANIMAIS”:
IMPrensa NEGRA, HUMANIDADE E CIDADANIA NAS PÁGINAS DO JORNAL O
EXEMPLO (1902 – 1911).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Santos Bulhões de Jesus.

Fortaleza

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L852" Lopes, Felipe Ricardo Vieira.
"Os nossos não são homens animais" : imprensa negra, humanidade e cidadania nas páginas do jornal O Exemplo (1902 -1911) / Felipe Ricardo Vieira Lopes. – 2023.
127 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Leandro Santos Bulhões de Jesus.
1. Jornal O Exemplo. 2. imprensa negra. 3. substantivo negro. 4. humanidade. I. Título.
CDD 900
-

FELIPE RICARDO VIEIRA LOPES

“OS NOSSOS NÃO SÃO HOMENS ANIMAIS”:
IMPrensa NEGRA, HUMANIDADE E CIDADANIA NAS PÁGINAS DO JORNAL O
EXEMPLO (1902 – 1911).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovado em 28/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro Santos Bulhões de Jesus.(Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Daniel dos Santos
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

AGRADECIMENTOS

Abro esses agradecimentos citando aquelas pessoas sem as quais a pesquisa não seria possível: minha família, que tem me dado apoio e foi meu alicerce durante toda minha vida. Vindo de uma família na qual tenho 7 tios e tias maternos e 6 paternos, fora os primos, não será possível falar de todos aqui. A primeira pessoa é minha mãe, Jaqueline Vieira Lopes. Ela é, sem dúvida, alguém que confia em mim incondicionalmente e nos meus sonhos. A meu pai, que antes da pesquisa existir e ao menos ter qualquer apoio financeiro, foi ele que custeou, me mandando estudar e acreditar no que eu fazia, mesmo que até hoje não saiba ao certo o que eu faço. Às minhas tias Luciene Vieira Nogueira e Ana Claudia Lopes Silva, que foram e continuam sendo meu refúgio nos dias mais escuros, e às minhas avós-mães, Dona Lourdes e Dona Lúcia, que cuidam de mim no plano terreno e no plano espiritual através de sua fé. Estendo a toda minha família tais palavras, pois não caberia aqui e eu nem saberia usar tão bem a escrita para demonstrar tamanha gratidão.

Esta dissertação também só foi possível pelas políticas públicas de incentivo à ciência. No entanto, elas foram sucateadas nos últimos anos por um governo que teve como base o negacionismo científico. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição que financia inúmeras carreiras e que sem a qual não só a minha, mas muitas outras pesquisas não existiriam, meu sincero agradecimento. A lei nº 12.711/2012 (lei de cotas), a qual completou recentemente 20 anos de existência, e que possibilitou meu ingresso na graduação em História.

Aos colegas e amigos que os caminhos pelos corredores, salas de aulas presenciais e virtuais, mesas de bares, grupo de estudos, eventos acadêmicos, etc, que contribuíram de alguma forma para minha pesquisa, também não poderei citar todos(as), e sempre existe algum esquecimento. Logo, sou muito feliz pela amizade e por compartilhar a mesma trajetória com Francisco Alysson Silva Pinheiro, leitor atento e incentivador da minha escrita; com Lucas Estevam Cavalcante, companheiro de almoços no restaurante universitário e de conversas na “salinha” da pós; com Francisco Guilherme Neves Dantas e Nathalia Dhéssica Teófilo Fernandes amigos da vida, da graduação e das mesas de bares.

Ao grupo de estudo Caldeirão: Confluências Anticoloniais e a todas as pessoas que o integram, em especial ao Professor Doutor Leandro Santos Bulhões de Jesus, que aceitou o desafio de ser meu orientador. Ao Professor Jailson Pereira da Silva, que me inspira a ser historiador e integrou banca de qualificação e de defesa; à Ana Flávia Magalhães Pinto, cuja

dissertação inspirou essa pesquisa e teve a gentileza de estar na minha qualificação; e ao Daniel dos Santos, que também integra minha banca de defesa.

Por fim, ao Programa de Pós-Graduação em História da UFC e a todas as pessoas que possibilitam sua existência, desde os(as) professores(as) até o pessoal responsável pela manutenção do prédio, e à Nadja Alves, secretária da pós, que além da simpatia e atenção, também realiza um trabalho célere, atendendo-me prontamente sempre que precisei da sua ajuda.

Não somos hoje mais do que fomos ontem e não seremos amanhã menos do que somos hoje; em todas as ocasiões e em todos os tempos estamos dispostos a sacrificar os interesses pessoais de toda ordem nas lutas que tenhamos de librar em prol dos interesses coletivos dos desprotegidos no nosso meio social.

(Jornal O Exemplo, Prestando contas..., 1º de janeiro de 1905)

*Do fruto da boca enche-se o estômago do homem;
o produto dos lábios o satisfaz. A língua tem poder sobre a vida e sobre a morte;
os que gostam de usá-la comerão do seu fruto.*
(Provérbios 18:20-21)

Não há mundo branco, não há ética branca, nem tampouco inteligência branca.

Há, de um lado e do outro do mundo, homens que procuram.

Não sou prisioneiro da História. Não devo procurar nela o sentido do meu destino.

Devo me lembrar, a todo instante, que o verdadeiro salto consiste em introduzir a invenção na existência.

No mundo em que me encaminho, eu me recrio continuamente.

(Frantz Fanon, 2008)

RESUMO

O século XX é de intensa mobilização das lutas dos movimentos negros tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. Dentro desses movimentos se encontra a *imprensa negra*, combativa e atuante desde o século XIX. Aqui dialogo com os(as) jornalistas do periódico O Exemplo, entre os anos 1902 até 1911, para compreender como estes sujeitos contaram o mundo em que viveram, como pensaram sua cidade de Porto Alegre-RS, a sociedade, as experiências e expectativas da cidadania. Assim, será discutido como as pessoas negras aparecem na imprensa no início do século XX nas páginas do jornal O Exemplo, pouco mais de 10 anos após ser promulgada a abolição da escravatura. Partindo dos relatos selecionados por quem escreveu a folha existe a possibilidade de compreender as circulações das pessoas, das ideias e dos jornais pelas ruas, associações, casas da cidade de Porto Alegre – RS. Ao ter acesso a escrita dos(as) intelectuais negros(as) outros embates aparecem, um deles é a violência linguística denunciada como aparato de desumanização e de exclusão social em outros veículos de comunicação da cidade. Esse uso da linguagem se referia principalmente às formas pelas quais as pessoas negras eram caracterizadas nos grandes jornais que circulavam na mesma época, que os enclausuram em imagens pejorativas de servidão, ameaça e incapacidades múltiplas, gerando o conceito por eles elaborado de *Estilo de senzala*. Ao fazerem essa denúncia, os jornalistas não se limitam apenas em questionar as *fantasmagorias* que estavam sendo postas sobre a população negra local, pois, nessa disputa pela e na linguagem, começam a tecer o chamado *substantivo negro*. Nesse processo, inventam sua própria identidade e buscam através dela sua humanidade e cidadania, demonstrando não serem prisioneiros da história, mas sim agenciadores dela.

Palavras chaves: Jornal O Exemplo; imprensa negra; substantivo negro e humanidade.

RÉSUMÉ

Le XXe siècle est marqué par une intense mobilisation des mouvements noirs tant au Brésil que dans d'autres parties du monde. Au sein de ces mouvements se trouve la presse noire, combative et active depuis le XIXe siècle. Dans cet ouvrage, je dialogue avec les journalistes d'O Exemplo entre 1902 et 1911 afin de comprendre comment ces individus ont raconté le monde dans lequel ils vivaient, comment ils ont pensé leur ville, la société, les expériences et les attentes de citoyenneté. Ainsi, nous discuterons de la manière dont les personnes noires apparaissent dans la presse au début du XXe siècle, dans les pages du journal O Exemplo, un peu plus de 10 ans après l'abolition de l'esclavage. En partant des récits sélectionnés par les rédacteurs du journal, il est possible de comprendre les déplacements des personnes, des idées et des journaux dans les rues, les associations et les maisons de la ville de Porto Alegre - RS. En accédant à l'écriture des intellectuels noirs, d'autres affrontements apparaissent, dont la violence linguistique dénoncée comme un dispositif de déshumanisation et d'exclusion sociale dans d'autres médias de la ville. Cette utilisation du langage se réfère principalement aux façons dont les personnes noires étaient caractérisées dans les grands journaux, qui les enfermaient dans des images péjoratives de servitude, de menace et de multiples incapacités, créant ainsi le concept d'Estilo de senzala. En dénonçant cela, les journalistes ne se limitent pas à remettre en question les fantasmagories qui étaient imposées à la population noire locale, car dans cette lutte pour et dans le langage, ils commencent à élaborer ce qu'ils appellent le substantif noir. Dans ce processus, ils inventent leur propre identité et cherchent à travers elle leur humanité et leur citoyenneté, montrant qu'ils ne sont pas les prisonniers de l'histoire, mais qu'ils en sont les acteurs.

Mots clés: Journal L'Exemple; presse noire; nom noir et humanité.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS.

Figura 1 - Edição especial do 1º de janeiro de 1905.....	21
Figura 2 - Mapa da cidade de Porto Alegre.....	25
Tabela 1 - Edições acessadas d'O Exemplo.....	26
Figura 3 - Mapa dos “Territórios negros” de Porto Alegre.....	29
Figura 4 - Edição de retomada 13 de maio de 1904.....	42
Figura 5 - Jornal O Exemplo de junho de 1904.....	65
Figura 6 - Ruas Jeronymo Coelho e Cruzamento da Marechal Floriano Peixoto com Duque de Caxias.....	71
Figura 7 - Quadro — exposição agro-pecuária.....	96

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: A PALAVRA TEM PODER OU O PODER DAS PALAVRAS.....	12
2: “DAS SUAS PRÓPRIAS CINZAS, COMO A FENIX DA FÁBULA”: EM PORTO ALEGRE RESSURGE O EXEMPLO - JORNAL DO POVO.....	20
2.1: O Exemplo: Um jornal do povo.....	21
2.2: “Jornais maiores e com mais coisas”.....	30
2.3: Quem era “o povo” do Jornal do Povo?.....	39
3. DAS BATIDAS AOS BAILES: A POPULAÇÃO NEGRA EM PORTO ALEGRE... 	48
3.1. “Batida nojenta”: negociando as formas de ver.....	49
3.2. “Negro não tem o direito de falar alto quando o branco pensa em dormir”: um regime do olhar.....	64
3.3. “Indivíduos que pela cor da epiderme e a bela perspectiva do traje, estão imunes da correção policial”: rompendo os quadros ou refazendo o olhar.....	73
4. “NÃO PERTENCERÃO OS PRETOS AO MESMO GÊNERO HUMANO DOS BRANCOS?” – SUBSTANTIVAÇÃO DO NEGRO.....	81
4.1. Implicâncias: Linguagem e imprensa na cidade de Porto Alegre.....	82
4.2. A Federação: órgão do partido republicano.....	93
4.3. Revista Correccional: A substantivação do negro.....	104
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	121

1. INTRODUÇÃO: A PALAVRA TEM PODER OU O PODER DAS PALAVRAS.

Ao rememorar minha infância e adolescência, lembro que minha avó Maria de Lourdes, falecida em 2012, havia me falado inúmeras vezes o dito popular: “a palavra tem poder”. Ela foi uma pessoa de muita fé, cristã católica fervorosa, que me fez ir à igreja diversas vezes. Cheguei até mesmo a fazer a primeira comunhão¹, pois compartilhei durante os anos de adolescência as mesmas crenças dela. No entanto, diferente do que ela esperava, eu não continuei no caminho da igreja católica, nem mesmo compartilhando das mesmas crenças dela. Meu credo hoje é outro e segue por estradas que meu eu menino nem imaginava anos atrás. Hoje minha crença está na História.

Ao refletir sobre o ditado popular, enquanto historiador, fica evidente sua herança bíblica. São vários os versículos do livro que dão a entender o tal poder das palavras. Ao buscar exatamente essa frase no Google, cara e caro leitor, encontrarão desde músicas evangélicas até diversas passagens da bíblia, além dos famosos cursos de coaching. Desse modo, no Brasil, um país historicamente de maioria cristã, é comum encontrar falas que carregam o mesmo teor da frase e essas circulam massivamente entre o povo, mesmo entre os não cristãos. Mas o que isso tem a ver com minha pesquisa de dissertação em História?

Recentemente, no Grupo de estudos e pesquisa Hicrível, coordenado pelo Professor Doutor Kleiton de Sousa Moraes, foi discutido o primeiro capítulo de “Mimesis: A representação da realidade na literatura ocidental²” de Erich Auerbach. O autor analisa o texto Homérico e a produção bíblica, contrastando um com o outro. Entre outras coisas, chama atenção para a transformação interpretativa presente na bíblia, enquanto a obra homérica se fixava na tentativa de explicar tudo nos mínimos detalhes. O debate em torno da obra do autor me lembrou de minha avó e da minha antiga ligação com a igreja, o que me fez pensar sobre como o dito “as palavras tem poder” tem tudo a ver com minha pesquisa.

A herança deixada por minha avó se encontra com as palavras de Auerbach e comigo, Felipe, historiador que escreve este texto. Assim como em “Mimésis”, em que o autor revela a possibilidade interpretativa deixada pela bíblia, nós, os(as) historiadores(as), analisamos as fontes em busca do que elas nos dizem, do que deixam de nos dizer e do que acreditamos ouvir delas. É justamente esse processo de interpretação que molda o texto historiográfico.

¹ Primeira comunhão ou primeira eucaristia é um dos ritos iniciais da igreja católica. Ele consiste em aprender as orações como o Pai nosso, a Ave Maria, o Credo, a Salve Rainha, orações necessárias para rezar o terço, mas também alguns outros costumes da igreja. Celebra-se ao final desse rito a primeira vez que as crianças e adolescentes recebem o corpo e sangue de Cristo, ou seja, a entrega da hóstia. Sendo que, só podem pegar a hóstia aqueles(as) que tenham realizado a primeira eucaristia.

² AUERBACH, Erich. *Mimésis: A Representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

No entanto, é importante ressaltar que a crença do historiador não é a mesma crença religiosa. Aquilo que interpretamos são documentos, e eles estão sujeitos a serem averiguados. É nesse processo de averiguação, dúvida, problematização que surge a escrita da história.

No meu trabalho, escolhi interpretar jornais do início do século XX, especificamente o jornal “O Exemplo: jornal do povo” como fonte principal e o jornal “A Federação: órgão do partido republicano” como fonte secundária. Além disso, utilizei o “Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul” e de alguns mapas presentes nas pesquisas de Melina Kleinert Perussato(2018) e Daniela Machado Vieira(2017), que foram essenciais para minha dissertação. Com essas fontes em mãos, foi que se deu o desenvolvimento da minha pesquisa.

A escolha do recorte temporal é sempre algo muito difícil de decidir e varia de acordo com as aspirações individuais de cada pesquisador(a). Alguns decidem estudar épocas pelas quais tem grande interesse, outros optam por temas específicos, e há também aqueles que são guiados pelas fontes disponíveis. A decisão do meu recorte temporal foi motivada por algumas questões. Primeiramente, meu interesse temático me levou até à pesquisa de Ana Flávia Magalhães Pinto, e ao ler sua dissertação de mestrado “De pele escura e tinta preta: a imprensa negra no século XIX”³, deparei-me com o último capítulo, que tratava d’O Exemplo. Fiquei encantado com a forma como os jornalistas escreviam nesse periódico.

Decidida a fonte, busquei formas de acessar o jornal e encontrei o acervo online intitulado “O Direito às Memórias Negras: Preservando o Patrimônio Afro-Brasileiro nas coleções do Jornal O Exemplo/RS (1892 – 1930)”⁴. A extensa duração de existência e a vasta produção d’O Exemplo exigiria muito mais tempo que o disponível em um mestrado para serem completamente analisados. Portanto, foi necessário e tive então que reduzir o recorte temporal do estudo. Os anos escolhidos para a pesquisa foram de 1902 a 1911, ou seja, a primeira década do século XX. Essa escolha se baseou no fato que analisei edições do jornal O Exemplo que datam de outubro de 1902, e o recorte temporal se encerra em 1911, coincidindo com a interrupção do jornal O Exemplo. No entanto, essa explicação por si só não é suficiente.

A virada do século XX foi responsável por duas grandes mudanças no Brasil e na cidade de Porto Alegre. A primeira é o aumento demográfico exorbitante, com a capital do Rio Grande do Sul experimentando um crescimento populacional exponencial, acompanhado

³ A dissertação também se tornou livro posteriormente: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010

⁴ Disponível em: <http://www.ppegcim.ulbra.br/oexemplo/>. Acesso em: março. 2021.

pelo aumento das habitações coletivas, o que modificava a forma de vida na cidade⁵. Além disso, o jornalismo passou por avanços tecnológicos que possibilitaram o aumento da produção de jornais em larga escala⁶. Nesse momento de mudanças no cenário urbano, O Exemplo voltou a ser publicado em 1902, após ter sido interrompido em 1897. Ao retornar, o jornal apresentava uma “nova cara”, tanto que carregava no seu subtítulo a alcunha de “jornal do povo”, uma definição que não existia anteriormente, demonstrando a compreensão dos jornalistas daquela época.

Além disso, o início século XX marca outro aspecto importante para esta pesquisa: o surgimento de diversos movimentos negros no Brasil e no mundo⁷. Esses movimentos tinham como objetivo afirmar a identidade negra como algo positivo, em contraposição à tentativa contínua de retratar as pessoas negras de forma negativa. Assim, o lançamento do histórico livro “The Souls of Black Folk⁸” de W.E.B. Du Bois em 1903, nos Estados Unidos, bem como a formulação do conceito estético e político negritude por Aimé Césaire na década de 1930⁹, são dois exemplos da afirmação de uma identidade negra e diaspórica. Ao ler as páginas do jornal O Exemplo, parece ser evidente uma tentativa por parte dos jornalistas de modificar a forma como as pessoas negras eram vistas na sociedade.

Incluir o jornal O Exemplo nos debates sobre a formulação da identidade negra é um dos objetivos desta dissertação. Ao observar a história carregada pela palavra “negro”, desde a sua invenção até os dias atuais, percebe-se como os jornalistas estavam pensando em sua própria identidade. Ao dialogar com o conceito de “Substantivo negro” proposto por Achille Mbembe¹⁰, que problematiza a invenção do sujeito negro e seu processo de longa duração, dividindo-o em três momentos (Atribuição, Assimilação e Subversão), reflete-se aqui como a palavra negro foi utilizada na imprensa de Porto Alegre. Dessa forma, por meio do conceito

⁵ O aumento populacional aparece nos Dados do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980> Acessado: 06 de março de 2023. A informação do aumento de habitações coletivas na pesquisa de: VIEIRA, Daniela Machado. Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. 190p. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

⁶ LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 111 – 153.

⁷ NASCIMENTO, Elisa Larkin. O movimento social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto. In: *Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. Elisa Larkin Nascimento (org.). São Paulo: Selo Negro, 2008.

⁸ A tradução brasileira é *As Almas do Povo Negro*, a mais recente edição brasileira é o excelente trabalho da editora Veneta: DU BOIS, W.E.B. *As almas do povo negro*. São Paulo: Veneta, 2021.

⁹ O discurso sobre a negritude se torna livro em 1987, após uma palestra de Aimé Césaire em Miami. CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre a negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5663271/mod_resource/content/1/%5BAULA%208%5D%20Cesaire_Discurso%20sobre%20a%20negritude.pdf Acessado: 08 de junho de 2023.

¹⁰ MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

de Mbembe, busco compreender como ao longo da história a palavra “negro” foi mobilizada e seus principais momentos de mudança.

Ao examinar o conceito com à luz da escrita dos jornalistas, percebe-se que essa divisão proposta não é tão linear quanto sugere o autor. Os três momentos mencionados por Mbembe emergem na produção midiática do início do século XX. As palavras que denotam a cor dos sujeitos passam a ser um dos problemas analisados na pesquisa, o conceito de “substantivo negro” abrange neste trabalho termos como “crioula”, “mulato”, “creoulo”, “negro”, “moreno”, “preta”, entre outros. Todas essas palavras surgem sendo criticadas pelo seu modo de aplicação na imprensa porto-alegrense, por sua aferição de características específicas para pessoas que cometiam delitos. Portanto, essas palavras adquirem contornos de análise mais amplos quando observadas como um mesmo objetivo: caracterizar o “substantivo negro”.

A caracterização é o ato de alguns jornalistas, ao publicar uma notícia ou artigo em que se referiam a “pessoas de cor”, tentavam atribuir a sua coloração um aspecto determinante para intenção criminosa, sendo usada também sempre que algo afligisse a moral vigente. As notícias, de maneira intencional, passavam a associar aos nomes das pessoas negras alguns dos termos mencionados acima, fazendo com que elas não fossem apresentadas como o Sr. Osvaldo ou a Dona Maria, mas sim como “o negro Osvaldo” ou “a crioula Maria”. Dessa forma, termos que antes eram adjetivos se tornam substantivos, pois, no português, a ordem das palavras também modifica seu sentido. Ao utilizar o processo de substantivação dos adjetivos relativos à cor, eles deixam de ser um qualificativo do sujeito e passam a corresponder a definição do próprio sujeito.

Dizer “o negro”, “a mulata”, “a crioula” ou “o preto fulano de tal” é muito diferente de empregar esses termos como adjetivo. Ao fazer isso, os jornalistas das folhas que circulavam em Porto Alegre estavam fazendo da cor das pessoas um determinante de sua condição, e não apenas um qualificativo delas. O “substantivo negro” e a substantivação dos adjetivos que designam cor se entrelaçam, pois era necessário usar expressão “negro(a)” para atingir a intenção de manchar a imagem da população negra e criar uma conotação negativa. Assim, a atribuição dita como fase inicial da invenção do negro nos séculos XVI, XVII e XVIII, continua presente no início do século XX. Como essa discussão é feita hoje, no século XXI, em pleno 2023?

Por outro lado, além da tentativa de atribuição, também houve o processo de questionar a forma de utilizar as palavras. Os jornalistas que escreviam para O Exemplo contradiziam o jornalismo local, produzindo matérias que confrontavam aquela forma de

escrita. Surgiram secções como “Revista Correccional”, “Implicâncias” e outras, que faziam uma análise dos jornais da cidade, de modo que trechos foram transcritos e analisados por eles. Essas colunas d’O Exemplo entravam em conflito direto com outros periódicos, chegando até mesmo a citar nomes de folhas famosas da cidade e afirmar que eles tinham más intenções ao escrever suas matérias. Dessa forma, ao observar como escreviam os jornalistas locais e as expressões que usavam, os intelectuais d’O Exemplo passavam a se identificar como parte daqueles que tinham seus nomes prefigurados com substantivos como “creoulo”, etc.

No segundo momento, o da assimilação, que surge no século XIX, podemos inferir que é quando começa a formação de uma identidade negra. Os escritores compreendem essa formação e afirmam fazer parte dela, uma vez que em diversos momentos se referem aos atacados pelo noticiário da imprensa porto-alegrense como “os nossos” e destacam a cor dessas pessoas nos periódicos. No entanto, não se contentam apenas com isso. Ao se afirmarem dessa identidade, buscam também modificar as diretrizes que supostamente os definem. Isso é evidente na frase que dá título a esta pesquisa: “Os nossos não são homens animais”¹¹. Nela, ao mesmo tempo que percebem uma atribuição e assimilam a identidade coletiva ao dizer “os nossos”, também visam subverter o sentido negativo ao dizer “não somos”. Dessa forma, coincide com o que é a fase atual do conceito, a subversão, ou seja, no início do século XX, é possível analisar o substantivo negro em sua sincronia e diacronia¹².

Embora utilize métodos da história dos conceitos, a pesquisa em si não é uma história do conceito de substantivo negro. Na verdade, sua elaboração serve como base de análise para formação de um pensamento presente nas páginas do jornal O Exemplo. Ao adentrar nos artigos, colunas e notícias, percebe-se que o tema de diversos debates apresentados pelos escritores é o uso de substantivos negros. A partir deles, foram discutidos assuntos como práticas de violência, cidadania, liberdade e sociedade, até mesmo para refletir sobre os motivos por trás de certas formas de escrita. Assim, retomo a frase bíblica usada por minha avó: “a palavra tem poder”.

Ao trabalhar com fontes jornalísticas, lidamos principalmente com a linguagem, desde como as palavras são escritas até o que é escrito, incluindo as possíveis intenções por trás da escrita, bem como aquilo que não está presente no texto. Portanto, a escolha de certas palavras demarca uma ideologia, uma forma de enxergar o mundo e, muitas vezes, de

¹¹ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Pelos nossos*, p.1. 25 de novembro de 1902.

¹² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

separá-lo. Johannes Fabian, em *O tempo e o outro*¹³, demonstra que ao escolher certos termos para se referir a grupos específicos, os antropólogos acabavam produzindo hierarquias. Assim, é preciso estar atento a como as palavras são empregadas e quando elas não são.

Hebe Mattos, ao escrever sobre as experiências de liberdade, libertação, escravização no período imperial, analisa o recenseamento de 1872 e conclui que, na divisão racial, quanto mais “escuro” fosse uma pessoa, mais próxima estaria da escravização. Ou seja, brancos, pardos, pretos e caboclos supostamente representavam, de acordo com a tonalidade mais clara, uma experiência mais próxima da liberdade¹⁴. No caso da República, as experiências de liberdade não eram uma novidade, mas os vários termos usados pela imprensa republicana brasileira não parecem demarcar a mesma separação que houve no império. No entanto, parece existir uma permanência. A autora nos fala da “cor inexistente”, que era quando, em certos momentos, a cor, ou melhor, a ausência dela, era um signo de liberdade e cidadania¹⁵.

Ao olhar para as minhas fontes de pesquisa, que são os jornais, como a “cor inexistente” aparece? Inverti o processo e questionei como a cor era mencionada quando surge na imprensa e quais cores foram mencionadas. Dessa maneira, ao mobilizar os substantivos negros, também estaria evocando o ausente, o incolor, o branco, uma cor que não é conjurada nas palavras dos jornalistas em seu noticiário. O poder das palavras revela-se justamente em suas intersecções, na interação entre o dito e o não dito. Por isso, o apontamento de Hebe Mattos é valioso, pois é justamente na inexistência da cor que sinais de cidadania são ativados. Portanto, quais são os signos evocados quando as pessoas possuem cor?

É interessante destacar o poder da linguagem e sua influência na vida das pessoas, como mencionado no trecho bíblico que afirma: “A língua tem poder sobre a vida e sobre a morte.”¹⁶, ou seja, a linguagem não é apenas um sistema de definição, mas também tem o poder de definir os limites da vida. A minha leitura da bíblia é enviesada, como qualquer leitura é, mas promove um encontro significativo com Achille Mbembe. No seu livro “Crítica da Razão Negra”, o autor afirmou: “A linguagem, efetivamente, não é apenas o lugar das formas. É o próprio sistema da vida”¹⁷. Ao analisar a linguagem utilizada nos jornais em

¹³ FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro*: como a antropologia estabelece seus objetos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

¹⁴ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: Os significados da liberdade. No sudeste escravista -- Brasil, Século XIX. 3.º ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

¹⁵ *Ibidem* (p. 106)

¹⁶ Pesquisei em alguns sites e também na bíblia física de minha avó Lúcia, nem sempre o trecho aparece escrito da mesma forma. O citado acima foi encontrado no https://www.bibliam.com/proverbios_18/ Acessado em: 9 de junho de 2023.

¹⁷ MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018. p. 101.

minha pesquisa, busco compreendê-la para além da sua forma, explorando como ela interfere na vida dos sujeitos, especialmente das pessoas negras que viviam em Porto Alegre no início do século XX.

A produção do jornal O Exemplo abre caminho para diversas análises, como seu discurso sobre educação¹⁸, as formas de racialização¹⁹, sua conexão com o movimento operário e com o associativismo negro²⁰. Muitas pesquisas abordam esses temas e serão referenciadas em minha pesquisa. Dessa forma, minha dissertação está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “Das suas próprias cinzas, como a fênix da fábula”, aborda a problemática que gira em torno do que chamo de materialidade do jornal O Exemplo, entendendo por materialidade tudo aquilo referente a produção de um periódico, desde os seus gastos com a locação de uma redação, até os enfrentamentos políticos devido a sua forma de escrever, ou seja, tudo aquilo que direta ou indiretamente interfere no texto e no editorial da folha. O capítulo começa explorando as relações dos jornalistas d’O Exemplo com os outros jornais da cidade, analisando seu posicionamento na imprensa local e investigando se os laços estabelecidos foram conflituosos ou amistosos, por serem fatores que interferem na elaboração da folha.

Em seguida, o foco se volta para o compromisso estabelecido pelos escritores à frente do projeto jornalístico. São examinados os interesses declarados por eles ao publicar o jornal, como se apresentavam, em que trabalho estavam envolvidos, como o jornal era organizado, quais foram seus endereços, quantas edições foram publicadas e como é possível acessá-las hoje. Ao final do capítulo, a pergunta central é: quem seria o povo do jornal do povo? Questão que busca problematizar o sistema literário que o jornal estava inserido, imaginando a formação desse sistema a partir de três elementos: autor, obra e público²¹.

O segundo capítulo se aprofunda na parte prática e na forma como os jornalistas escreviam. São destacados os personagens que emergem nas notícias d’O Exemplo, como eles são retratados e qual a ligação deles com o compromisso declarado no periódico. Foram

¹⁸ PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania, na pós-abolição, a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 — c. 1911)*. 2018. 344 f. Tese (Doutorado em História) — Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

¹⁹ ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884 – 1918)*. 332 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

²⁰ OLIVEIRA, Ângela Pereira. *A racialização nas entrelinhas da imprensa: o caso O Exemplo e A Alvorada - 1920 – 1935*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017

²¹ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010. P.19

analisados três casos de violência cometidos contra pessoas negras na cidade de Porto Alegre: o da Dona Maria do Brochado, o do Senhor Sabino e o de uma família negra, ao ver como descrevem os fatos e como eles nos possibilitam analisar a vida na capital do Rio Grande do Sul. Ao examinar como os fatos são descritos e como eles permitem interpretar a vida dos moradores daquela metrópole, é possível observar como foi construído o imaginário por trás de cada incidente, como a guarda administrativa agiu em determinados casos e se isso implicou na construção de “enquadramentos”²². O objetivo é compreender quais enquadramentos foram produzidos a partir dos eventos propagados nas ruas da cidade, que signos eram mobilizados em abordagens policiais, o que era mostrado e o que era ocultado da população em geral.

No último capítulo, o trabalho analisa a substantivação do adjetivo negro nas páginas da imprensa de Porto Alegre. É investigado como os jornalistas d’O Exemplo escreviam sobre o método utilizado pelos periódicos locais e quais intenções pareciam marcar aquela forma de escrita. São destacados os jornais Correio do Povo, que foi criticado em um dos artigos da fonte e o jornal A Federação, no qual busquei os termos que faziam parte da substantivação do negro. Também é feito o esforço para compreender o que seria o *estilo* produzido pela imprensa porto-alegrense e o que foi dito sobre ele pelos intelectuais no jornal O Exemplo.

²² BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 1 ed°. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

2: “DAS SUAS PRÓPRIAS CINZAS, COMO A FENIX DA FÁBULA”: EM PORTO ALEGRE RESSURGE O EXEMPLO - JORNAL DO POVO.

Do que é feito um jornal? Essa é a pergunta mobilizadora desse primeiro capítulo. Viso entender aspectos que dizem respeito a materialidade d'O Exemplo, compreendendo como materialidade algo que vai além de aspectos meramente físicos, já que um jornal não é composto apenas por papel, tinta e trabalho tipográfico. Na análise, observa-se, durante o recorte escolhido, as mudanças no periódico, os locais dos seus endereços, qual o foi trabalho de alguns escritores, o uso de imagens, o aumento de tamanho das edições, até mesmo quantas colunas uma matéria ocupava e como isso tudo conta a história desse semanário. Do uso da publicidade, até mesmo uma nota de leitor, todas essas características ajudam a compreender como foi a produção do jornal, seja no seu momento de maior dificuldade financeira, ou quando ele estava mais consolidado financeiramente, para então compreender as várias dinâmicas e nuances do periódico.

A construção de um jornal passa também por seu projeto e compromisso, já que, são características que dizem respeito tanto aos jornalistas que escreveram quanto ao público a quem foi destinada sua leitura, assim, são questões a serem pontuadas. Na análise da escrita, nota-se uma demarcação da defesa de suas ideias e como elas estão ligadas a quem os intelectuais acreditavam ser os seus leitores, imaginando, a partir daí, quem possivelmente foi o público que pagou para ter um jornal como O Exemplo. O editorial de um periódico revela muito sobre como seus jornalistas pensam, pois, quem escreve, escreve para ser lido por alguém. Porém, a escolha pela forma de escrever, adentra na dimensão social da imprensa, suas discordâncias internas e as disputas de poder nos meios de comunicação, desse modo, o posicionamento de um jornal interfere na sua manutenção.

Por fim, emerge uma problematização: quem seria eleito “o povo” d'O Exemplo que tem, no seu subtítulo “jornal do povo”? O substantivo que aparece sendo reforçado, em diversos momentos, como parte integrante da folha e também como aqueles(as) sobre quem os jornalistas escreveram. Assim, debruço-me sobre quem são os sujeitos e como eles emergem na folha, sendo essas pessoas não apenas de quem fala o jornal, mas também quem fala no jornal e até mesmo quem escreve nele, para só assim ter uma dimensão melhor do significado que é mobilizado ao pensar esse “povo” presente no subtítulo.

os editores costumavam pagar, mas também por saírem de quatro para seis páginas. O aumento do número de publicidades, auxiliou a custear e pode até mesmo ter pago os gastos com aquela edição, pois os anúncios, que antes vinham na parte final do periódico, ocuparam as primeiras páginas, algo nem um pouco corriqueiro nas edições da folha. O valor arrecadado pelas publicidades, foi o que auxiliou a publicação de uma impressão como a do dia 1º de janeiro de 1905. Entre as duas propagandas, é reproduzida a imagem que se vê acima, cujo semanário é representado por um pequeno barco em meio ao mar, que ruma em direção ao horizonte. Entre as três figuras que abrem a edição especial, essa ilustração foi a mais emblemática.²⁴

Na construção imagética apresentada pelo jornal, uma pequena embarcação está em meio ao mar (entre duas propagandas também), esse que não está tranquilo, pois, como se vê, está coberto por ondas. A embarcação tem como destino almejado e definido um sol, no qual está escrito 1905, o ano que se iniciava e, nas suas bordas, a figura celeste é adornada com vários nomes dos seus colegas da imprensa de Porto Alegre. Entre alguns citados estão os jornais de maior circulação da cidade como A Federação, o Jornal do Commercio e o Correio do Povo, assim como é possível ver também alguns jornais da imprensa que correspondem a certas comunidades estrangeiras do município, como o italiano Estela d'Italia, os alemães Ros Deutsche Zeitung, Deutsches Volksblatt e Deutschen Zeitung e também os franceses Petit Journal e XX de Septembre. Dessa maneira, é notável como os editores d'O Exemplo tinham conhecimento dos periódicos que eram publicados na cidade e, de maneira pensada, os que se encontravam mais ao centro são aqueles de maior circulação no município de Porto Alegre.

Ao olhar com cuidado a imagem, observa-se que há um espaço vago no canto esquerdo, entre os nomes anexados, seria justamente o lugar onde a embarcação aparenta ter o desejo de ocupar. Aqui surge uma dúvida: como um jornal que já circulava há mais de três anos, dado que O Exemplo retornou às suas publicações, em outubro de 1902, qual o motivo que faria os jornalistas do periódico não se considerarem como parte da imprensa local? Uma das explicações para isso está nas dificuldades que os jornalistas tiveram para conseguir manter a folha entre os anos de 1902 e 1903. É preciso saber que o periódico possui uma história mais larga que a do recorte apresentado aqui, trabalhar com ele foi uma escolha

²⁴ Essa imagem me lembrou muito uma música, no momento, parei a escrita para ouvir. Então, mais como uma curiosidade, vou deixá-la aqui caso alguém deseje escutá-la também. LUNA, Luedji. *Um corpo no mundo*. Bahia: Yb Music, 2017. Faixa 4. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pcEe9nU0P4Q>. Acesso em: 20 jul. 2022.

pessoal baseada na análise das fontes e são inúmeras e muito ricas as pesquisas que se debruçam sobre O Exemplo²⁵.

Essa representação, que funcionou quase como um autorretrato construído por quem fazia O Exemplo, informa muito como aqueles intelectuais imaginavam seu espaço na imprensa e como a própria figura apresenta como eles enxergam a mídia impressa em sua cidade. Mas não somente isso, gera outro questionamento, numa imprensa multifocal como inspirada na imagem, o que fazia com que um jornal negro, mesmo já atuando há tempos, não estar nela inserido? Essa questão indica que não foram somente as dificuldades financeiras que limitaram o semanário, incluídas ao debate as disputas na imprensa porto-alegrense. Todas essas problematizações nos ajudam a ter a dimensão do que foi O Exemplo, pensar sua situação econômica, a tentativa de relações na imprensa com outros periódicos, até a própria percepção que os jornalistas apresentam da folha.

Uma das coisas a se pensar é que, numa edição d'O Exemplo, de uma forma amistosa, ele tenta se colocar entre os outros jornais de Porto Alegre, mesmo que à distância, visto que, na sua representação, ainda, “busca um lugar ao sol”, já ocupado por vários veículos da imprensa. Existem alguns motivos para os jornalistas não terem incluído O Exemplo no hall da imprensa de Porto Alegre em 1905. O primeiro são as dificuldades de manutenção do jornal, as quais aparecem na inconstância de endereços da sua redação, que, ao longo de 1902 – 1911, ocuparam pelo menos sete locais diferentes, sendo a maioria nos anos iniciais. Em 1902, O Exemplo teve como endereço a Rua Fernando Machado, número 152, que foi, durante dois meses, o espaço destinado à redação, ficou-se lá apenas naquele ano, entre os meses de outubro, novembro e a primeira semana do mês de dezembro. Na segunda tiragem de dezembro de 1902, mais especificamente a do dia 11 daquele mês, já consta que o jornal mudou-se para a Rua da Concórdia, número 2. Assim, em dezembro daquele ano, já estavam no segundo endereço ocupado pela folha²⁶.

²⁵ Ver: Ciclo de debates sobre o jornal “O Exemplo”: temas, problemas e perspectivas [recurso eletrônico] Fernanda Oliveira da Silva; Melina Kleinert Perussatto; Rodrigo de Azevedo Weimer e Sarah Calvi Amaral Silva (orgs.). Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/ebooks/EBook-CicloPalestras.pdf>. Acesso em: ago. 2021; PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania na pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 — c. 1911)*. 2018. 344 f. Tese (Doutorado em História) — Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018 e SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da História. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 2011. 281 f. Tese (Doutorado em História) — Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Essas são algumas das pesquisas, mas há também outras que irão aparecer conforme avançar a escrita.

²⁶ É possível ter acesso a todos os endereços conhecidos do jornal O Exemplo, na excelente e minuciosa pesquisa de Melina Kleinert Perussatto, que fez inclusive uma tabela que elabora as antigas localizações do periódico e qual seria sua correspondência atualmente. Ver: PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania, na pós-abolição, a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.*

Ao adentrar no ano de 1903 e, após publicar apenas duas impressões, em janeiro do mesmo ano, mais especificamente no dia 25 de janeiro, O Exemplo foi interrompido e só voltaria a circular, em 1904, porém, na edição de 25 de janeiro 1903, já consta um terceiro endereço que é a Rua da Concórdia, número 6. Desse modo, havendo mais uma mudança de local, em apenas quatro meses de publicação, sendo impressas apenas quatro edições no seu terceiro endereço. Quer queira ou não, o espaço de uma empresa de um jornal é fundamental para compreender seu funcionamento; a inconstância sinaliza a chance de uma fragilidade financeira que os colaboradores do periódico enfrentaram, mesmo que ela esteja mais atrelada ao semanário que à vida privada dos jornalistas. Desse modo, a constante mudança de endereço foi um dos desafios enfrentadas pelos editores e é um dos fatores que interfere na participação d'O Exemplo na imprensa porto-alegrense e que, em 1905, ganhou destaque na matéria *Prestando contas*²⁷. Na qual, o autor ao fazer um balanço dos primeiros meses da folha, afirma que a falta de material tipográfico e a dificuldade econômica, levaram a cabo o jornal.

O sonho daqueles moços parecia enfrentar desafios hercúleos. Se o financeiro e a manutenção de um espaço físico foram árduos de encarar, houve, ainda, na cidade de Porto Alegre, pessoas que não estavam contentes com o trabalho dos profissionais d'O Exemplo. Isso aparece de maneira constante entre o final de outubro e no mês novembro de 1902, em matérias como *Campanha Difamatória (26/10/1902 – 03/11/1902)* e *O Exemplo (13/11/1902)*, em que os jornalistas referem-se a ataques direcionados ao “jornalzinho”, ao ser assim que um detrator d'O Exemplo resolveu chamá-lo.

Ao obter essas informações, fica compreensível o final temporário das tiragens, em 1903, uma vez que além de enfrentar problemas internos com a manutenção de espaço; os jornalistas também sofreram com ataques vindos da própria imprensa, relatos esses que serão discutidos mais adiante. Ao olhar a imagem de 1905, é possível perceber como ela contrasta com o ano de 1902 e 1903. A partir da qual se observa um jornal melhor estabelecido, já que a produção de uma edição especial é impensável para quem não conseguia manter um endereço fixo, não somente por ser uma edição de seis páginas e com gravuras, mas também, porque janeiro de 1905 consagra uma constância de publicações e a continuidade na Rua da Concórdia, número 6, mesmo endereço em que foram interrompidos os trabalhos da redação,

1892 — c. 1911). 2018. 344 f. Tese (Doutorado em História) — Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. (p.184).

²⁷ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Prestando contas*, p.3. 01 de janeiro de 1905.

há quase dois anos e era justamente naquele exato local que os jornalistas se encontravam em janeiro de 1905.

Figura 2: Mapa da cidade de Porto Alegre.



Fonte: Mapa do centro histórico, cidade baixa e do Bonfim da cidade de Porto Alegre 1906.²⁸

Esse momento talvez gere um questionamento ao leitor(a): qual o interesse de começar a explicação pelo ano de 1905, em vez de simplesmente não iniciar pelo ano de 1902 e 1903, já que esses foram os anos iniciais das publicações do periódico? O desejo é que a construção narrativa faça um desenho mais elaborado da obra, ao iniciar por 1905, em uma das maiores edições do jornal e que consagrava, na época, o maior tempo de duração ininterrupta da folha, pois, desde maio de 1904, O Exemplo foi publicado em praticamente todas as semanas, tendo sido feitos 33 lançamentos consecutivos, e o número de primeiro de janeiro de 1905, sendo a 34.º edição ininterrupta. O desejo é que o(a) leitor(a) acompanhe a história do jornal de modo mais completo e complexo, não seguindo uma linha reta de desenvolvimento do periódico, mas, sim, observando uma trajetória na qual as dificuldades e desafios não paralisaram os intelectuais que seguiam no seu objetivo de fazer jornalismo do seu jeito.

²⁸ Mapa encontrado no acervo Fotos Antigas do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11376671175/in/photostream/>. Acesso: 19 de junho de 2023.

Tabela 1: Edições acessadas d'O Exemplo.²⁹

Anos.	Edições acessadas.
1902	10
1903	2
1904	33
1905	3
1908	2
1909	18
1910	46
1911	15
Total	129

Essa composição de fontes, apresentada na tabela, dá-se pela busca na Hemeroteca Digital Brasileira³⁰ e no já citado Projeto “O Direito às Memórias Negras: Preservando o Patrimônio Afro-Brasileiro nas coleções do Jornal O Exemplo/RS (1892 – 1930)”³¹. Ao observar essa tabela, fica ainda mais nítido o contraste dos biênios 1902 – 1903 e 1904 – 1905, saindo de 12 edições para 36 edições, de três endereços para apenas um. O jornal O Exemplo demonstra estar consolidado quanto às dificuldades materiais enfrentadas anteriormente. Porém, pelo olhar dos escritores da folha, essa constância não os coloca no mesmo patamar das outras instituições da imprensa local. Seria excesso de humildade? Sentimento de inferioridade talvez? Caso positivo, isso não vem do nada, a imagem cordial de saudação não esconde os embates por dentro da imprensa e as disputas existentes nesse meio. Se o financeiro foi uma dificuldade, há ainda um obstáculo maior, os ataques que O Exemplo sofreu desde o seu início, fruto de relações nem sempre amistosas entre os jornalistas de Porto Alegre.

Para entrar nesse ponto, existe a necessidade de tratar alguns aspectos e explicar melhor o momento em que a imprensa se encontrava no início do século XX. Segundo Tânia

²⁹ Também na tese de Melina Kleinert Perussatto há uma tabela com todas as edições publicadas e disponíveis de 1892 – 1930 d'O Exemplo. Ver: Ibidem p.38.

³⁰ No acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, é possível encontrar duas coleções do jornal, que podem ser acessados pelos links: 1. <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/exemplo/843717> e 2. <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=810207&pagfis=1>

³¹ Válido ressaltar que as edições presentes, nos dois acervos, vai além do recorte proposto nesta pesquisa, abrangendo toda a existência do jornal O Exemplo de 1892 – 1930.

de Lucca Regina³², há dois fatores preponderantes, quando tratamos de periódicos nesse momento: a multiplicidade de temas que aparecem nessas produções, em meio ao novo cenário citadino e o avanço tecnológico que possibilitou, para grandes jornais, o aumento de suas publicações diárias. De modo que O Exemplo está inserido nessas questões, mesmo que não seja um dos que fazem uso dessas máquinas de grande velocidade de publicação, já que era um semanário e obviamente não possuía o poder aquisitivo para utilizar tal tecnologia.

Às transformações jornalísticas do século XX ocorriam, enquanto O Exemplo e seus integrantes tentavam adentrar e disputar o campo da imprensa. Um cenário de multiplicidade vocal parecia existir na cidade, já que, na capa do periódico em 1905, surgem jornais de comunidades estrangeiras citados anteriormente, e outros que tratam de temas mais específicos, como o Justiça, tratava de assunto no âmbito do direito, ou no que se caracterizam por serem de outros nichos, como o Troça e o Carapuça, voltado para temas humorísticos, o que construía “[...]uma infinidade de publicações periódicas[...]”³³. Dentro daquela imagem, que abre a dissertação, também encontra-se um jornal da imprensa de Porto Alegre de produção em grandes proporções e ele é um dos que está bem ao centro, A Federação: Órgão do Partido Republicano, que chegava a ter 300 edições publicadas anualmente³⁴, número que supera, em larga escala, toda a produção d’O Exemplo entre 1902 – 1911.

A virada do século também é acompanhada de um aumento populacional enorme. Segundo dados do censo brasileiro, o estado do Rio Grande do Sul teve de 1872 a 1900 um aumento populacional de mais de 700 mil pessoas, passando de 434 mil habitantes para mais de um milhão, dobrando esse número, em 1920, ao chegar a mais de dois milhões de habitantes³⁵. Porto Alegre, sendo a cidade mais populosa do estado, acompanhou o nível de aumento da densidade populacional, de modo que sua transformação não foi apenas na forma de fazer imprensa, mas também nas formas de viver nela. Segundo Daniela Machado Vieira, no início do século XX, houve um aumento nos números de cortiços em toda a região do

³² LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 111 – 153.

³³ Ibidem p.120.

³⁴ Na Hemeroteca Digital Brasileira, encontra-se apenas, em uma das coleções do A Federação, os anos de 1884 até 1937, sendo publicadas 300 edições anualmente. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pesq=&pagfis=0> Acessado: 06 de março de 2023.

³⁵ Dados do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980> Acessado: 06 de março de 2023.

distrito de Porto Alegre³⁶. É nesse cenário de intenso crescimento, mudança nas maneiras de habitar e viver que os jornalistas publicaram o semanário. Não há como acreditar que os periodistas não foram afetados com esses acontecimentos, muito menos achar que o periódico também não seria.

A apresentação de todos esses dados e números sugere algumas reflexões, mesmo sendo um historiador que não é tão crente na crueza numérica, reconheço que eles também ajudam a problematizar o tema da pesquisa. Naquele momento histórico, O Exemplo, tem como subtítulo “Jornal do Povo”, visto que, na sua primeira fase de 1892 a 1897, ele usava a identificação de “Propriedade de uma associação”³⁷. Diferença que está presente, em cada detalhe apresentado até aqui, não que os jornalistas tenham abandonado ou perdido o apoio das associações, muito pelo contrário, o diálogo com elas permanecia.

A mudança passa pela percepção do espaço que os jornalistas ocupavam, sendo a espacialidade compreendida não como uma determinante, porém como um sinal de modificação. Ao mesmo tempo que mudou o endereço, o jornal também transformou seu subtítulo, não mais na Rua do Andradas, 929, região que correspondia ao centro da cidade na época, e que hoje é compreendido como centro histórico de Porto Alegre, começou a se deslocar por endereços fronteiriços com o centro e na cidade baixa região que, segundo Marcus Vinícius de Freitas Rosa, é conhecida por ser composta por habitações populares³⁸. A modificação do jornal ocorre em consonância com as mudanças que vinham ocorrendo em Porto Alegre e é nesse movimento que passa de “Propriedade de uma associação” para “Jornal do Povo”

A mudança de endereços ajuda a pensar a materialidade, o endereço demonstra uma interação com a cidade, já que o espaço de uma redação não é apenas um lugar da escrita, é também o local do convívio, da venda de assinaturas, da chegada de notícias, da vista da rua, do diálogo com os transeuntes, é onde as pessoas entram e saem do jornal. Assim, O Exemplo estava em meio a diversas habitações populares, por isso, quem costumeiramente passava em frente à redação eram trabalhadores(as), pessoas que moravam majoritariamente

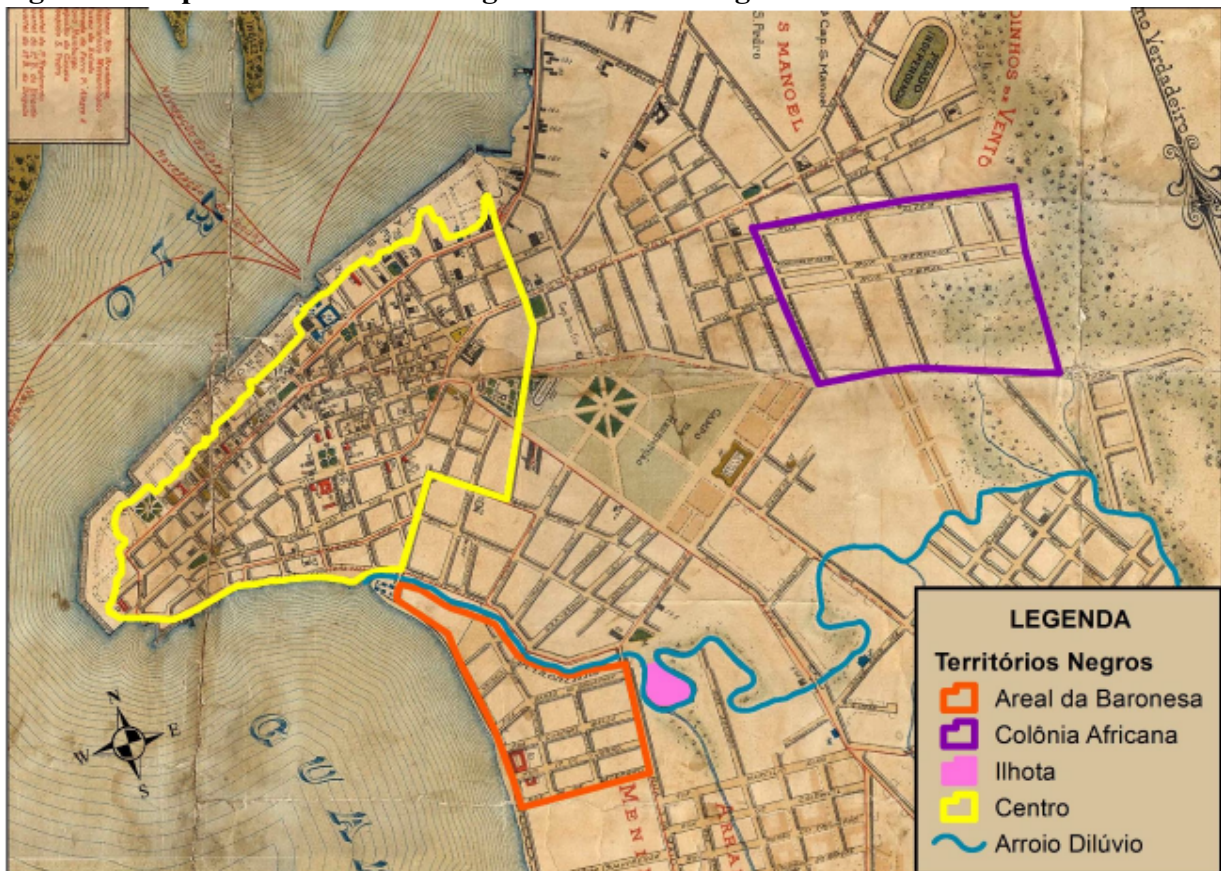
³⁶ VIEIRA, Daniela Machado. Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. 190p. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

³⁷ O Exemplo - propriedade de uma associação, Porto Alegre. 22 de janeiro de 1893. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=825166&pagfis=1> Acessado em: 06 de março de 2023. Assim como outras edições da primeira fase em que carrega o mesmo subtítulo e podem ser visitadas no <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/acervo/>

³⁸ ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884 – 1918)*. 332 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

na cidade baixa, transeuntes que iam rumo ao Areal da Baronesa, a Ilhota e ao Arroio Dilúvio, sendo considerados “territórios negros” por Daniela Machado Vieira³⁹.

Figura 3: Mapa dos “Territórios negros” de Porto Alegre.



Fonte: VIEIRA, Daniela Machado. Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. p.166.

Ao comparar os mapas da Figura 2 e da Figura 3, percebe-se que os três primeiros endereços d’O Exemplo, estavam ou na margem do centro, ou na região da Cidade Baixa. Como dito, não considero que o endereço seja determinante para as relações que os jornalistas tinham, porém, o lugar de onde você observa a cidade modifica seu modo de enxergá-la. bell hooks, em um de seus textos, elabora uma reflexão sobre o que são as margens. A autora apresenta o conceito para além da noção de hierarquia, pois, como é

³⁹ Essa informação vem da comparação de dois mapas, o primeiro Localização das sedes do escritório de O Exemplo em: PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania na pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 — c. 1911)*. 2018. 344 f. Tese (Doutorado em História) — Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. (p.184) e do Mapa de Territórios negros em: VIEIRA, Daniela Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. 2017. 190p. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. p.101.

comum, estar à margem, ou ser marginal, é tido como algo pejorativo, ela reavalia o conceito e nos diz que, é só a partir das margens que certas observações podem ser concebidas⁴⁰.

A mudança de subtítulo, acompanha a mudança de endereço, e me parece que mudam também o olhar dos jornalistas, olhar que é assunto do segundo capítulo. A redação d'O Exemplo, está entre as ruas da cidade que levam até alguns "territórios negros", mas também, nas estradas para o centro, dali é que eles acompanham a vida cotidiana das pessoas, os acontecimentos, o caminhar dos pedestres. O jornal está justamente nas margens do centro cidade, ao mesmo tempo, ainda é um "marginal"⁴¹ nos seus primeiros anos de circulação na imprensa local. Assim, o subtítulo ganha corpo, o compromisso do jornal também, e veremos nas páginas a seguir.

2.2: "Jornais maiores e com mais coisas".

Retomando a discussão sobre o que fazia com que O Exemplo não se considerasse parte da imprensa porto-alegrense, o segundo ponto que levanto aqui é pensar que ele foi tratado logo nos seus anos iniciais por seus colegas de tipografias. Na publicação do dia 26 de outubro de 1902, nem um mês após sua inauguração, O Exemplo expõe, em matéria de primeira página, uma extensa fala sobre os desafios que era conduzir um jornal. O artigo *Campanha Difamatória* começa dizendo que os jornalistas já esperavam que, ao se apresentar em cena, sofreriam ataques, porém não de maneira tão rápida. Segue:

Quando ousamos atirar aos ventos da publicidade este pequeno jornal sabíamos que os únicos óbices que tínhamos a vencer eram os da campanha difamatória velada e jesuítica que haviam de antepor em nosso caminho, para entorpecendo a nossa marcha desvirtuar as nossas intenções.⁴²

Os intelectuais não só esperavam os ataques, como também já imaginavam a natureza que eles carregavam e que os seus objetivos eram evitar a continuação da vida pública d'O Exemplo. Esperidião Calisto, sendo quem assina o artigo, escreve que, mesmo sabendo de tudo isso, eles seguiriam resistindo, pois estavam cobertos por uma armadura quanto ao que identificou como "difamação". Assim, afirma que pretendem continuar com seu objetivo: "[...]de exercer a liberdade de sentir, para condenar sem restrição, a de pensarmos para agir sem constrangimento em oposição à violência contra os nossos praticadas"⁴³. O jornalista

⁴⁰ HOOKS, bell. *Choosing the margin as a space of radical openness*. In: HOOKS, bell. *Yearning: Race, genre and culture politics*. Cambridge: South End Press, 1990. p. 223 – 239. Edição mais recente, disponível em: <https://thepoliticsofglobalart2018.files.wordpress.com/2018/09/bell-hooks.pdf>

⁴¹ Marginal no sentido de estar fora, até mesmo, porque, os jornalistas quando esboçaram um desenho da imprensa, não se incluíram nele.

⁴² O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Campanha Difamatória*, p.1. 26 de outubro de 1902.

⁴³ *Ibidem*

estabelece o que é um compromisso recorrente nas páginas do jornal, a postura de contradizer e enfrentar a violência praticada contra quem eles chamavam de “os nossos”, na cidade de Porto Alegre.

Neste quesito, entra em jogo o que Tânia Regina de Luca chama de “as funções sociais dos impressos”⁴⁴. Na obra da autora, discute-se, como no início do século XX, as suas máquinas e avanços tecnológicos, só alcançaram uma parte da imprensa, enquanto a outra continua com sua produção quase artesanal. Dessa maneira, os jornais passam a ser voltados mais para lucros e otimização constante dos seus recursos. É justamente o debate sobre função social que constrói a costura que liga materialidade e o compromisso estabelecido pelo O Exemplo, já que os dois fatores interferiam diretamente nas suas formas de fazer jornalismo. Logo a antipatia que dificultou os primeiros passos dos intelectuais está intimamente correlacionada com o que e como eles escreviam, sendo essa “difamação jesuítica e velada” uma das maneiras de evitar que ele participasse da imprensa porto-alegrense.

Percebe-se que as disputas na imprensa não foram apenas um jogo político ou uma busca pelo lucro, os dois estão visceralmente ligados na virada do século XX e formam juntas as entranhas da fabricação de periódicos. Então, as palavras escritas por Esperidião Calisto revelaram seu compromisso político e de seus colegas de trabalho e isso não ocorreu apenas no dia 26 de outubro de 1902.

Si O Exemplo carecesse de uma confirmação da utilidade de seu esforço em prol do levantamento dos homens de cor as manifestações de simpatia, que fora-lhe prestada por ocasião de seu aniversário, bastariam gerar-lhe convicção inabalável, para atirá-lo mais ardorosamente a luta que houvesse iniciada na dúvida quanto a grandeza de seus efeitos.

Mas O Exemplo que nasceu do arranco de energia de um punhado de homens que só contam para mantê-lo com os recursos de sua vontade e o favor dos homens bem intencionados, ao aparecer sabia das dificuldades que entravariam o carro de suas aspirações na tortuosa estrada que o conduz ao seu *desideratum*, já havia pesado e medido escrupulosamente suas ideias e almejo e, pré estabelecendo sua norma de conduta determinante imediata da ação que tem desenvolvido, havia solidificado a resolução somente a ela seguir: “com o seu lábaro santíssimo, onde não pode existir a nódoa de um desvio, o borrão de uma fraqueza”.⁴⁵

Esse trecho elabora o que os jornalistas d’O Exemplo entenderam como sua finalidade, fala sobre quem foram as pessoas à frente desse projeto e quem eles enfrentavam, para além, é claro, de alguns colegas do campo jornalístico, parte das intenções que tinham e como eles desejavam agir naquele momento. Assim, um grupo de jovens, que era como eles

⁴⁴ LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 111 – 153. (p.131 e 132)

⁴⁵ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *O nosso aniversário*, p.1. 09 de outubro de 1904

se autodenominam, enfrentou as dificuldades impostas sobre eles, resolveu agir e escolheu a escrita como modo de reivindicação dos seus direitos.

Ao saber que a função social estabelecida por esses intelectuais é motivo de represália e foi junto das finanças sua principal dificuldade, é possível se aprofundar mais ainda nesse debate. No artigo do dia 26 de outubro de 1902, foi narrado como os jornalistas tiveram certeza daquelas difamações, pois um dos leitores, Sr. João Miguel Uflacker se dirigiu ao prédio da redação com o desejo de cancelar sua assinatura d'O Exemplo. O motivo elencado por ele foi apresentado ao então redator Esperidião Calisto que foi quem o atendeu e teria sido o de: “-É porque não é conveniente; não temos necessidade disso!”⁴⁶. Esse recebeu uma resposta de Esperidião dizendo que o jornal se faz na defesa de pessoas negras como ele, essas que vêm sendo vítimas da violência e mesmo tendo “[...] as boas qualidades, ser desumanamente espancado, por agentes da guarda administrativa, como temos presenciado, e no outro dia, ver glorificada a façanha dos agentes pela imprensa[...]”⁴⁷. Nisso, o pintor que virá até então visando se desfazer da folha, apresenta o seu segundo argumento:

“—Eu estou de acordo com tudo isso; mas não sou desta terra, estou aqui há pouco tempo apenas e me encheram os ouvidos, e não só os meus como o de outros também: tanto que alguns sócios da Floresta e da Florestina vão devolver também *O Exemplo*”⁴⁸

O trecho tem valiosas informações. A primeira delas é a relação de assinatura que as associações tiveram para com o semanário, pois, entre os sócios citados, estão os da Sociedade Floresta Aurora⁴⁹, um dos principais grupos associativos negros da cidade de Porto Alegre. O segundo é o real motivo que João Miguel Uflacker tinha para desejar se desfazer da assinatura, que seria devido à alguém encher seus ouvidos para tomar tal atitude e, como dito, não fora apenas para ele que essas palavras haviam sido proferidas. Um terceiro ponto se dá nas entrelinhas e diz um pouco sobre quem foram alguns dos assinantes d'O Exemplo, pessoas que fizeram parte de associações negras da cidade, já que as duas agremiações citadas são conhecidas como sendo clubes voltados para a comunidade negra local. Também é dito nessa matéria que a profissão do assinante era a de pintor; todas essas informações ajudam a compreender quem foram os sujeitos dispostos a comprar um periódico que falava de assuntos considerados pertinentes à população negra que vivia em Porto Alegre. Desse

⁴⁶ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Campanha Difamatória*, p.1. 26 de outubro de 1902.

⁴⁷ Ibidem

⁴⁸ Ibidem

⁴⁹ Sobre a sociedade Floresta Aurora e seu envolvimento com movimentos negros de Porto Alegre, ver: MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são como balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

modo, foi apresentado ali um dos perfis das pessoas que liam e financiavam O Exemplo, um homem negro, trabalhador que, na época, era sócio de um dos grupos associativos negros, justamente sendo o público-alvo das matérias, notícias, artigos e propagandas expostas no semanário⁵⁰.

A coluna não se encerra por aí, muito menos o diálogo entre João Miguel Uflacker e Esperidião Calisto. Outra fala que circulava sobre o jornal é exposta por João Miguel: “[...] que com mais alguns mil réis teria um jornal maior e com mais coisas[...]”⁵¹, isso é prontamente respondido:

- Pois, meu amigo, observei lhe, como “os burros não se compram pelas orelhas” como diz o rifão, também o jornal não se assina pelo tamanho e barateza, e sim pelo valor da causa pela qual se proponha a viver é pelo interesse que nos possa resultar de sua existência, sob o ponto de vista de nossas aspirações de nossos ideais. O Amigo de cotejar o nosso modesto jornal com a imprensa *grande* afim de tomar uma resolução definitiva. Além disso, ouça me um pouco mais:

Não se iluda com os nomes sugestivos, e democráticos que alguns jornais de nossa capital ostentam em seus cabeços porque não passam de meros letreiros idênticos aos títulos que se veem pintados no alto das paredes das casas de negócio, que têm por fim chamar atenção da pobreza avida por comprar barato, mas que sabe roubada no peso ou leva gêneros podres; enquanto o negociante explorando-a, enriquece.

Assim são os *jornais maiores e com mais coisas*. A sua reportagem sobe as escadas dos postos e da chefatura para colher as boas notícias das queixas e das prisões os quais enchem, a custa do infortúnio e do ridículo do próximo o abundante e espirituoso noticiário; pouco se importando que as mais das vezes, tais queixas e prisões, sejam fermentação da miséria que sofremos: mas não descem ao plano onde se desenrolam os acontecimentos para, conhecendo de perto as vítimas pouparem lhes o dissabor da publicação de sua desdita[...] ⁵²

A extensa citação é só parte da resposta de Esperidião Calisto que ainda conta com aspectos muito relevantes a serem trabalhados nesta pesquisa. De maneira elegante, a resposta à comparação feita pelo detrator, aqui apresentada ao Sr. Uflacker, é que não se pode comparar os tamanhos dos jornais apenas e que não é quantidade de páginas que faz a diferença, mas, sim, o compromisso estabelecido pelos profissionais à frente da produção midiática. A partir da problematização feita nesta coluna, é possível formular duas perguntas: qual o papel da imprensa e como O Exemplo se relacionava com ela?

Parece que para o autor, o papel da imprensa, seja ela qual for, possui objetivos. Para ele, o importante seria a defesa dos ideais, não somente os dele, mas de todos que estavam à frente de tais projetos. Sendo assim, estar a par de como e quais eram as pautas dos jornalistas demonstra ser imprescindível para o leitor. Dito isso, a motivação do jornal O

⁵⁰ Festas, reuniões, eleição de diretorias e entre outras coisas das associações negras da cidade de Porto Alegre aparecem constantemente nas edições do jornal O Exemplo.

⁵¹ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Campanha Difamatória*, p.1. 26 de outubro de 1902.

⁵² *Ibidem*.

Exemplo é repetir com afinco sua posição, em diversas de suas edições, já que a imprensa tinha um papel fundamental na luta que os intelectuais empreenderam. Mas Esperidião não para por aí, pois logo em seguida, ele planta na cabeça do Sr. Uflacker um questionamento — será que os veículos de mídia impressa da cidade de Porto Alegre correspondiam aos interesses que estavam estampados nos nomes de sua capa? Será que esses “jornais maiores e com mais coisas” se preocupavam mais em lucrar que com os ideais que fazem parecer que representam? Para Esperidião, o interesse dessa imprensa era primeiro com o lucro. Se já era motivo de antipatia da mídia local, ao expor tal pensamento, em uma matéria de primeira página, certamente O Exemplo passaria a ser objeto de mais ódio dos seus difamadores, assim, gerando ranhuras ainda maiores nessas relações que já se desenham conflituosas com outros periódicos.

As relações entre O Exemplo e a imprensa local mantinham certas ruginhas. Se do lado da “imprensa grande” tentaram difamar o “jornalzinho”, do lado dos intelectuais d’O Exemplo, houve uma defesa quanto à forma de escrever dos “jornais maiores e com mais coisas”, afirmado pelo autor no pedido que Sr. Uflacker fizesse a comparação entre os periódicos. No fim do escrito de Esperidião Calisto, ele chama a atenção para as notícias do posto policial e, conforme são descritas na imprensa, a metodologia seguida era: um repórter iria até o local, colheria os relatos dos guardas ou dos intendentes sobre as prisões, assim acessando os nomes e delitos cometidos na cidade. O autor acusa que os “jornais maiores e com mais coisas” não estavam preocupados com fazer a apuração das notícias colhidas nas chefaturas de polícia, sendo assim, não tinham compromisso com a notícia, só replicavam aquilo que lhe diziam, o que, para ele, não deveria ser papel de um jornal. Esse embate soma aos motivos, que considero como importantes para a saída de cena d’O Exemplo, em 1903, pois, ao comprar briga com os veículos de mídia impressa já estabelecidos da cidade, ele provavelmente ganhou ainda mais inimigos.

O artigo *Campanha difamatória* foi dividido em duas publicações, a primeira, no dia 26 de outubro de 1902, e a segunda, dia 3 de novembro, chegando a ocupar quase toda a primeira folha do jornal no dia 26 de outubro. Na época, o semanário contava com uma divisão de cinco colunas por página, sendo que quatro dessas cinco estavam preenchidas pelo escrito de Esperidião Calisto. Na tiragem seguinte do dia 3 de novembro de 1902, o artigo foi publicada a conclusão que, ocupou uma coluna do semanário daquele dia. Desse modo, o artigo *Campanha Difamatória*, em sua totalidade, correspondia a uma página completa do semanário, sendo um dos maiores textos publicado pelos editores, entre 1902 – 1911. Assim,

cabe avaliar a importância dada ao tema do qual ele tratava, ao demonstrar que existiu um esforço para o mesmo ser publicado, já que artigos tão extensos não eram comuns.

Já que falei da divisão que o escrito possuiu, importa registrar que há na sua conclusão algo relevante para pensarmos a manutenção do periódico. O autor revela, logo no final do primeiro parágrafo, que: “[...] sem haver quem nos lêia, pode ficar certo que não nos matará a fome visto que não vivemos do ‘O Exemplo’, embora vivamos para ele”⁵³. A afirmação traz duas perguntas: O que seria viver do jornal? O que seria viver para o jornal? A primeira parece ter íntima ligação com a fase anterior, pois, me parece que viver do jornal, seria ter leitores e assinantes suficientes para manter o periódico, dá a entender que seria também a possibilidade até de ganhar seu sustento como jornalista. Porém, essa não aparenta ser a condição dos jornalistas d’O Exemplo, visto que, logo em seguida ele diz: “embora vivamos para ele”. Desse modo, o viver para poderia ser um demonstrativo do compromisso estabelecido pelos seus escritores, devido tentar dar ênfase que, independente do que ocorresse, eles continuariam a elaborar O Exemplo.

Três anos depois, na fase já melhor estabelecida do periódico, o debate sobre rentabilidade da folha é retomado. Ele surge justamente na edição especial do dia 1º de janeiro de 1905. O artigo que abre a tiragem, foi o *Prestando contas*, nele é contada a história do jornal até aquela data, porém, ao final do texto não se encontra assinatura do autor. A alguns fatores que levam a acreditar que o escritor seja Esperidião Calisto, por ser um dos membros que permanece na folha desde 1902, mas também por carregar aspectos que remontam a escrita da coluna *Campanha difamatória*. O redator, foi um dos que mais escreveu sobre as dificuldades enfrentadas pelo empreendimento de elaborar um semanário, logo seria um dos mais preparados para fazer um panorama da história do jornal.

O panorama conta com o recorte escolhido de 5 de outubro de 1902 até a última publicação feita até então, a do dia 25 de dezembro de 1904. No escrito, é reafirmado algo que já se viu anteriormente, a empresa liderada por esses intelectuais e escritores não tinha função “meramente mercantil”, na verdade, para eles, o jornal era: “[...] uma carência imprescindível do meio que busca agitar para o bem, para o progresso; logo ele não interessa só a nós — deve interessar a todos[...]”, de modo que colocam a folha como algo necessário para a cidade, além disso, imprescindível para todos que nela habitam.

Durante três meses lutamos desesperadamente contra a indiferença de grande parte dos nossos e a falta de condições materiais tipográfico de que então disponhamos; ao cabo deste tempo, porém, reconhecido improficuo os nossos esforços,

⁵³ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Campanha Difamatória - Conclusão*, p.1. 03 de novembro de 1902

resolvemos suspender temporariamente a publicação do jornal que queríamos fazer a bandeira das legiões que combatem os preconceitos amesquinhadores do nosso meio[...]

Suspensa a publicação d'O Exemplo não deixamos um momento de cogitar os meios de fazê-lo reaparecer e finalmente em 13 de maio do ano em que ontem findou, quando já a sua ausência (dizemo-lo sem modéstia, porém, convicção que nasce da observação dos fatos) havia feito com que os nossos compreendessem quão necessário era o preencher a lacuna aberta por seu adormecimento, reencetamos a sua publicação e, coerentes com os nossos princípios e o programa de 05 de outubro[...]⁵⁴

Uma felicidade pelo retorno glorioso no 13 de maio de 1904 e uma profunda ferida afloram nas palavras do dia 1º de janeiro de 1905. Assim, o jornalista da “prestação de contas”, revela que houve um apoio insuficiente por parte de quem eles chamaram de “nossos”. Ao que tudo indica, esses seriam a comunidade negra porto-alegrense, mais especificamente aquela organizada no associativismo negro da cidade que, segundo o escritor, parecia não compreender a necessidade latente da existência d'O Exemplo e do seu combate aos preconceitos, sua luta por uma educação popular e pelo levantamento moral e intelectual dos seus companheiros. Porém, um ano e quatro meses depois do seu inter rompimento, em janeiro de 1903, a atividade do jornal é retomada e, não em um dia qualquer, mas, sim, no 13 de maio, na data em que se celebra a abolição dos escravizados no Brasil. Esse fato depreende sobre como a equipe por trás do periódico era astuta, pois, no mesmo dia que se celebra esse importante acontecimento, para as pessoas negras no Brasil, é justamente a escolhida para retornar suas publicações, fazendo figurar novamente, em Porto Alegre, um jornal da imprensa negra brasileira.

Não há dúvidas de que o jornal O Exemplo é parte da imprensa negra, isso já foi analisado e afirmado por pesquisadoras(es) que escreveram antes de mim⁵⁵. Destarte, o que define a imprensa negra? O campo de pesquisa sobre este estudo é vasto, há análises que vão de Roger Bastide⁵⁶, passam por Muniz Sodré⁵⁷, Miriam Nicolau Ferrara⁵⁸, Clóvis Moura⁵⁹ e

⁵⁴ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Prestando contas*, p.3. 01 de janeiro de 1905.

⁵⁵ A primeira pesquisa que li sobre a imprensa negra, foi também a primeira na qual me encontrei com os escritos d'O Exemplo. Ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: A imprensa negra do século XIX (1833 – 1899)*. 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

⁵⁶ BASTIDE, Roger. *A Imprensa Negra do Estado de São Paulo*. In: BASTIDE, R. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

⁵⁷ SODRÉ, Muniz. *Sobre imprensa negra*. Lumina - FACOM, Juiz de Fora – MG, v. 1, n. 1, p. 23 – 32, jul./dez. 1998. Disponível em: https://leccufrij.files.wordpress.com/2008/10/sodre-muniz_sobre-a-imprensa-negra.pdf Acessado: 08 de agosto de 2022.

⁵⁸ FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915 – 1963)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

⁵⁹ MOURA, Clóvis; FERRARA, Miriam. *Imprensa Negra – Estudo Crítico*. São Paulo: Imprensa Oficial/Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/moura/1984/mes/imprensa_negra.pdf Acessado em: 08 de agosto de 2022.

chegam ao mais recente levantamento histórico realizado por Petrônio Domingues⁶⁰. Sendo assim, esse conceito possui uma rica e vasta bibliografia. Aqui minha escolha foi a de trabalhar com a definição utilizada pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto⁶¹, obviamente que não em detrimento das outras, mas por ter que fazer uma escolha.

Em diálogo com Antônio Candido, a autora afirma que é preciso compreender a formação de sistemas literários, pensando autor, obra e público. Ou seja, ao ser mobilizado, o conceito de imprensa negra já acarreta uma reflexão sobre essas dimensões da produção de sistemas literários⁶², proporcionando melhor compreensão da fonte. Desse modo, perceber como O Exemplo é parte de um sistema literário é fundamental para analisar sua formação. A composição autor, obra e público é explicitada quando apresentamos o Sr. Uflacker, também no momento em que os intelectuais d'O Exemplo revelam seu compromisso enquanto escritores. Todas essas características apontadas dialogam com a formação do que seria esse sistema literário presente na imprensa negra e como o semanário faz parte da história dos jornais negros brasileiros. O contraste entre O Exemplo e a “imprensa maior e com mais coisas” se acentua ainda mais, pois, como já vimos, existiu uma antipatia de alguns para com as publicações desse “jornalzinho”.

Um jornal negro, mesmo com todas as dificuldades financeiras e materiais, os ataques constantes, a afirmando não ter apoio suficiente, mantinha-se por seu ideal e crença pela defesa dos desfavorecidos, dos pretos e pobres, continuando a levantar “[...] a bandeira das legiões que combatem os preconceitos[...]”⁶³, fazendo com que O Exemplo tenha sido um antagonista para a imprensa “maior e com mais coisas”. Então, aquela imagem do barco em direção ao sol é contrastada aqui por um jornal que se dispõe e não teve medo de criticar seus companheiros de imprensa, o que seria mais um motivo para que ele não tivesse seu nome ao lado daqueles outros jornais elencados na imagem.

É impossível desvencilhar a forma de escrita do jornal dos desafios enfrentados pelos intelectuais que o publicaram. Assim sendo, os vários endereços entre os anos 1902 – 1911, a sua interrupção em 1903, a ausência de edições que, mesmo existindo, não foram encontradas como as dos anos 1905, 1906 e 1907⁶⁴ e sua salvaguarda que só foi possível pelo empenho de

⁶⁰ DOMINGUES, Petrônio. Imprensa Negra. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio dos Santos. (orgs): Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. 1ª ed, São Paulo: Companhia das Letras. 2018. p.253 – 259

⁶¹ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010

⁶² Ibidem. (p.19)

⁶³ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Prestando contas*, p.3. 01 de janeiro de 1905.

⁶⁴ Dado apontado por Melina Kleinert Perussatto. Na sua pesquisa, a autora faz uma estimativa de publicações às quais se tem acesso e quais foram perdidas pelo tempo. PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania na pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892*

pessoas como Oliveira Silveira⁶⁵. Hoje, já é possível encontrar praticamente todas as edições do O Exemplo online, porque, graças ao projeto coordenado pela Professora Dra. Maria Angélica Zubarán⁶⁶, quase todas as edições existentes foram digitalizadas, o que garante não só a salvaguarda, mas também o acesso de mais pessoas a tão precioso material.

A construção das relações d'O Exemplo com a imprensa local vai de um tom amistoso até as críticas aos seus métodos. Ao mesmo tempo, em que tenta se inserir, no campo dos impressos, distancia-se na sua forma de fazer, já que condenam práticas desses “jornais maiores e com mais coisas”, tendo como sua principal crítica os artigos desses periódicos destinados à “parte policial”. Falo em forma de fazer, baseada na maneira como os jornalistas apresentam ao leitor e à leitora um grupo de pessoas, espaços da cidade e situações que não costumemente ocupavam as páginas dos noticiários, exceto se fosse para compor os artigos que falavam dos postos policiais. N'O Exemplo, essas pessoas carregam seus nomes e suas histórias, deixando de ser apenas um(a) qualquer que foi levado(a) aos postos ou sendo tratado com indiferença por quem conta suas histórias. Elas têm nome e sobrenome, como no caso do Sr. João Miguel Uflacker, já apresentado aqui e nos que seguem como da Dona Maria do Brochado e do Sr. João Francisco da Silva, entre outros tantos que vão aparecer, ao longo desta pesquisa.

O Exemplo, assim, não se diferencia pela quantidade de páginas, por um formato diferente de diagramação, nisso ele até se compõe da mesma maneira dos outros periódicos, visto que, tem semelhanças com o jornal A Federação⁶⁷. A sua diferença está na forma como seus escritores olhavam cidade, por quais ruas eles pareciam caminhar, as pessoas que eles enxergavam e contavam suas histórias, no compromisso que estabeleceram e na sua luta pela manutenção de suas ideias ao longo dos anos. Ao tentar entrar no espaço hegemônico que é a imprensa, aqueles(as) jornalistas não parecem estar interessados em ser mais um dos jornais de Porto Alegre, na verdade, eles(as) estabeleceram sua forma de fazer imprensa, acessada aqui pelo destaque que deram a casos que não ocupariam as páginas de nenhum outro jornal do seu município.

— c. 1911). 2018. 344 f. Tese (Doutorado em História) — Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. P.38

⁶⁵ Oliveira Ferreira da Silveira (1941 – 2009). Intelectual, poeta, jornalista e professor, que foi um dos responsáveis pela salvaguarda de parte do acervo que hoje se tem disponível d'O Exemplo.

⁶⁶ O direito às memórias negras: Preservando o Patrimônio Afro-Brasileiro nas coleções do Jornal O Exemplo/RS (1892 – 1930). Disponível em: <http://www.ppgcim.ulbra.br/oexemplo/> Acessado em: 09 de agosto de 2022.

⁶⁷ O jornal A Federação é voltado para a propaganda do Partido Republicano de Porto Alegre. Tuane Ludwig. *Plurais (In)Visibilidades: representação republicanas sobre o negro* (Jornal A Federação - RS, 1884 – 1903). 170 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2017.

Os periodistas d'O Exemplo estavam confrontando essas produções e entrando no terreno da *arte da guerra cotidiana*, ou seja, o momento em que *estratégia* e *tática*⁶⁸ entram em confronto de maneira direta. Para isso, eles adentraram no espaço *estratégico*, que seria a imprensa, já que ela era um dos lugares de poder usados para elaborar discursos totalizantes. Assim, ao fazer um jornal de imprensa negra, dentro desse lugar de poder, que foram os impressos, os intelectuais deram forma a um movimento *tático*, empreendido nas suas publicações, para ali, ao embainhar a sua escrita, eles estavam atacando diretamente as fundações de um poder estabelecido.

Em vista disso, é viável reconhecer que existe uma ambiguidade no movimento feito pelos intelectuais e escritores d'O Exemplo, pois se aproximam da imprensa, enquanto não corroboram com práticas como as notícias dos postos ou nas fachadas com nomes pomposos, porém, que não correspondiam com o compromisso real dos jornalistas. É fundamental observar como O Exemplo constitui as diferenças com a “imprensa maior e com mais coisas”, já foi dito sobre o caso das notícias dos postos, dos nomes que estampam os cabeçalhos sem fazerem jus ao que defende o periódico, há ainda outra fala que quero destacar.

2.3: Quem era “o povo” do Jornal do Povo?

No domingo, 1º de agosto de 1909, foi publicado o artigo de nome *Corretíssimo*, mas, antes de falar sobre ele, é importante dizer que a equipe do jornal já havia mudado bastante. Em 1909, o gerente do semanário é José Gomes do Nascimento e o redator João Batista de Figueiredo, informações importantes para refletir que, mesmo com a mudança de profissionais à frente do jornal, ele ainda mantinha tanto sua estrutura física quanto sua diagramação, como também demonstra continuar com os mesmos compromissos estabelecidos em 1902. Dito isso, a matéria que abre a edição mostra um erro que havia sido cometido, em uma edição anterior, que as informações sobre a festa de São Benedito são confrontadas por uma pessoa chamada apenas de amigo que afirmava estar no festejo, por isso, ela veio à redação d'O Exemplo apresentar ao redator quais seriam os erros no seu texto presente na folha. Assim, o artigo *Corretíssimo* é escrito, em um primeiro momento, para

⁶⁸ Arte da guerra cotidiana, estratégia e tática são todos conceitos do historiador francês Michel de Certeau. A meu ver, dialogam diretamente com as problemáticas desta pesquisa, já que, ao apontar a estratégia como a fundação de um poder e a tática como um movimento de ataque a esse estabelecimento, encontro resquícios dessa relação conflituosa com a forma de produção d'O Exemplo. Ver: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 96.

desfazer as informações passadas de maneira equivocada e para se retratar, porém não se encerra nesse assunto:

Antes, assim. O jornal serve para esclarecer os factos confusos, rebater as violências e clamar por justiça, quando seja negada aos fracos.

Folgamos em restabelecer a verdade e nos felicitamos por ter o nosso aludido amigo compreendido que a missão de um jornal do povo é estigmatizar o erro e o dever dos que julgarem prejudicados é pedirem a justa retificação como fazem com o “Correio do povo” e outros jornais de branco; e não consentirem que os que convêm que os negros não conheçam seu lugar, explorem a exasperação mal justificada e consigam com a morte do “Exemplo”, apagar a luzinha bruxuleante de nossa civilização.

Achamos, portanto, corretíssimo o procedimento do nosso amigo, vindo ao escritório contra a adulteração do facto; pois o “Exemplo”, para com eco da reivindicação dos nossos foros de gente, não poderá jamais ser o refletor do ridículo a que queiram nos sujeitar, muito menos o pelourinho para difamação das nossas tradicionais instituições.⁶⁹

Na sua primeira frase, vê-se a manutenção daqueles compromissos estabelecidos pelo grupo de moços que fundou o periódico estar ao lado das vítimas de violência e clamar por justiça, ou seja, mantinham-se as preocupações que levaram O Exemplo às prensas e às tipografias. O compromisso não só existia como ainda era objetivo principal da sua escrita. Em seguida, o autor afirma o que seria o ideal de um “jornal do povo” e, fazendo isso, está obviamente colocando O Exemplo nessa distinção. Vale ressaltar que a alcunha “jornal do povo” é subtítulo d’O Exemplo desde sua refundação em 1902, como já discutido anteriormente, porém qual seria “o povo” do jornal?

O termo povo precisa ser esmiuçado, pois, como questiona, o poeta contemporâneo que tive o prazer de conhecer nos movimentos de sarais das periferias de Fortaleza, Talles Azigon, diz: “[...]quem se abaixa e mete a cabeça rente ao chão pra ver o que há debaixo da cama da palavra povo[...]”⁷⁰. A palavra é um substantivo coletivo e quando utilizada tenta transformar tudo em uma unidade, porém, o povo é todo igual? O povo d’O Exemplo é o mesmo do povo dos outros jornais da cidade? O mesmo dos grandes discursos de políticos profissionais? Então, qual o “povo” d’O Exemplo? As respostas só podem ser dadas, ao olhar debaixo da cama da palavra povo, como provocou o poeta, desse modo, usando das pistas e dos indícios presentes nas fontes, tentarei meter a cabeça embaixo da cama e ver o que é possível enxergar.

⁶⁹ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Corretíssimo*, p.1. 01 de agosto de 1909.

⁷⁰ Azigon, Talles. *Saral #3*. Fortaleza-Ce: Substância, 2022. (p.65). O livro também possui uma versão anterior em ebook e o poema *Substantivo coletivo* corresponde à página 40 dessa edição, disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NxIs7PkiOWM0A8l2G0msB5-Gs6nwHMQy/view> Acesso em: 10 de agosto de 2022.

Penso que a primeira coisa que precisa ser considerada é o fato de que um jornal é feito por gente. Por mais que seja uma obviedade, ela tem que ser dita. Desse modo, as pessoas que fazem O Exemplo não estão dissociadas do “povo” para quem o semanário é construído. Entre os redatores e gerentes, há também aqueles que escreveram algumas vezes para a gazeta, um deles foi o Sr. João Francisco da Silva, um homem negro que foi uma das vítimas da violência da guarda de Porto Alegre, só que, como ele, existiram outros. Na edição de 24 de janeiro de 1903, no quadro *De Tudo*, é apresentado quem seria mais um dos escritores do jornal, sua primeira produção foi publicada naquele dia, sendo ela o artigo *A pedra do Sapateiro*⁷¹.

O objetivo é tratar sobre quem escreveu para O Exemplo, por isso deixo de lado o texto do autor e foco em como ele foi apresentado: “Começa hoje a ilustrar as nossas colunas, com sua valiosa colaboração, um talentoso professor normalistas, residente em um dos arrabaldes desta cidade”⁷². São colocadas duas informações sobre o novo colaborador, ele seria um “professor normalista”, ou seja, era um profissional da educação dedicado a formar mais professores. Acrescenta também, o local de moradia do mesmo, ele residiria nos arrabaldes da cidade, apesar de não especificar a rua, o termo “arrabaldes” equivale ao que entendemos enquanto periferia. Assim, é revelado pelo jornal a profissão e endereço de um dos seus escritores.

Mais adiante, no ano de 1904, surge um quadro chamado *Rabiscando*, assinado por um escritor chamado Arjosil e tem formato de crônica. As crônicas de Arjosil aparecem em pelo menos seis edições do ano de 1904 e uma de 1905. A primeira em 4 de setembro de 1904 e a última em 1º de janeiro de 1905. Sendo assim, ele foi um escritor recorrente do semanário que escreveu ainda mais do que o listado, porém só há disponíveis as cinco primeiras edições do ano de 1905⁷³, fazendo com que não se saiba a totalidade da contribuição do autor para a folha. Chama atenção, além da crônica de teor sarcástico, questionadora e, por vezes, engraçada, é que Arjosil se afirmava como o escritor operário e um dos seus sonhos era participar dos círculos intelectuais dos jornalistas de Porto Alegre⁷⁴. Desse modo, pode-se inferir que parte dos escritores d’O Exemplo foram trabalhadores de profissões diversas e não tinham a escrita como sua principal fonte de renda, até porque nem

⁷¹ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *A pedra do sapateiro*, p.2. 24 de janeiro de 1903

⁷² O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *De tudo*, p.2. 24 de janeiro de 1903.

⁷³ PERUSSATTO. Op. Cit. P.38

⁷⁴ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Rabiscando*, p.1. 11 de agosto de 1904.

mesmo os que editavam o semanário não se mantinham por causa dele, como afirmou Esperidião Calisto⁷⁵.

O próprio Esperidião, sendo redator da Folha, nos anos de 1902 até 1905 e, mesmo após deixar o cargo, ainda foi um dos que mais escreveu para O Exemplo. É descrito, no alistamento eleitoral, nos anos 1902, 1904 e 1907, em todas essas aparições, que estão publicadas no jornal A Federação, dessa maneira: “Esperidião Calixto, 37 anos, filho de C. F. de Araújo, solteiro e operário”⁷⁶, sendo modificada, em cada ano, apenas sua idade. Logo, é perceptível como a redação d’O Exemplo, entre redatores, diretores e colaboradores, é feita de trabalhadores, seja Esperidião enquanto operário, Uflacker que foi pintor e Arjosil que se dizia enquanto um escritor operário. Uma das características do “povo”, que acompanha o nome do periódico, em suas impressões, foi a de ser parte da classe trabalhadora.

O segundo ponto é pensar: como o jornal era elaborado? O que tinha destaque? Quem foram as pessoas que os jornalistas escolhiam para estampar o noticiário? O objetivo do jornal se repete constantemente nas palavras de seus autores, lutar por justiça, condenar os preconceitos e apoiar os desfavorecidos.

Figura 4: Edição de retomada 13 de maio de 1904



O Exemplo - jornal do povo, p.1. 13 de maio de 1904.

Na tiragem de retorno, após o fim temporário no ano de 1903, é apresentada a primeira gravura publicada pelo O Exemplo, na qual vemos Aurélio Veríssimo de

⁷⁵ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Campanha difamatória - conclusão*, p.1. 03 de novembro de 1902.

⁷⁶ Jornal A Federação, Porto Alegre, *Alistamento eleitoral*, p.4. 8 de março de 1904. Para além dessa, ele também aparece nas edições do dia 7 de julho de 1902, 15 de abril de 1904 e 15 de junho de 1907. Todas essas edições disponíveis em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pesq=&pagfis=0> Acessado: 07 e 08 de março de 2023.

Bittencourt⁷⁷, um dos mais famosos abolicionistas negros de Porto Alegre. Existem diversos simbolismos nessa imagem, por ser a retomada do semanário, o lançamento no dia 13 de maio e ter destinado à capa para fazer uma homenagem específica, fazendo dessa mais uma edição especial, mesmo que mantenha o mesmo formato das anteriores (quatro páginas, sendo duas com quadros e notícias e duas de publicidades), a excepcionalidade está na data, na retomada e na pessoa homenageada. Vale destacar que essa imagem apresentada no jornal é utilizada até hoje em representações de Aurélio Veríssimo de Bittencourt.

Uma imagem não é composta só da gravura, o texto, mais especificamente, o título dado a ela também a íntegra⁷⁸. A escolha de homenagear Aurélio Veríssimo de Bittencourt e destacar sua imagem na primeira página do jornal O Exemplo vai além de uma mera representação gráfica. A forma como ele foi retratado, com o título de Tenente-Coronel e vestido de terno, indica que sua figura foi selecionada para ser um exemplo a ser seguido, um modelo a ser admirado e respeitado.

Essa homenagem, feita no contexto da manifestação do 13 de maio de 1904, que celebrava a abolição da escravatura, bem como a retomada das publicações do jornal O Exemplo, trazia uma mensagem poderosa. Ao atribuir valores positivos tanto à data quanto à pessoa homenageada, os jornalistas demonstraram uma compreensão das lutas históricas das pessoas negras no Brasil, mostrando que estavam cientes do papel fundamental dos abolicionistas negros na conquista da liberdade.

Essa representação pública e positiva de uma figura negra no jornal contribuiu para a construção de uma identidade positiva e empoderada para a população negra urbana. Além disso, ao destacar um negro abolicionista, os jornalistas reforçam a importância da luta contra a escravidão e da busca pela igualdade de direitos e cidadania para todos os brasileiros.

Ao fazer isso, o jornal O Exemplo buscava influenciar a percepção do leitor e criar um senso de identificação e orgulho entre a população negra, mostrando que suas lutas e conquistas eram parte essencial da história do país. A imagem e a homenagem a Aurélio Veríssimo de Bittencourt contribuíram para fortalecer a autoestima e o sentimento de pertencimento dessa comunidade, enquanto também buscava desafiar os estereótipos e preconceitos disseminados pela sociedade da época.

⁷⁷ Aurélio Veríssimo de Bittencourt (1849 – 1919) foi um abolicionista, escritor, jornalista, editor e ocupou diversos cargos públicos ao longo de sua vida. Ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil imperial e republicano*. *Estudos Ibero-Americanos*, [S.L.], v. 40, n. 1, p. 85 – 127, 18 dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2014.1>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/issue/view/908>. Acesso em: 18 ago. 2022.

⁷⁸ ZUBARAN, Maria Angélica. *Pedagogias da imprensa negra: entre fragmentos biográficos e fotografuras*. *Educar em Revista*, Curitiba, n.60, p.215 – 229, 2016. DOI: 10.1590/0104-4060.43561.

No texto que abre a edição, o homenageado é tido como uma das figuras importantes da cidade, sendo ele o escolhido para ser porta-voz da “[...]aurora da redenção[...]”⁷⁹, ou seja, ele foi eleito para falar na celebração de promulgação da Lei Áurea em 1888. Ao pensar o povo que o jornal carrega em seu subtítulo, fala dessas pessoas que comemoram o 13 de maio e que têm, na figura de um abolicionista rio grandense, uma pessoa digna de homenagem, pois o que se escreve em um jornal não está deslocado de quem o lê. Leva ao terceiro ponto, quem é o povo que leu o jornal e para quem o jornal escrevia?

Se o Sr. João Miguel Uflacker, ao apresentar seus motivos, para ir à redação d’O Exemplo, tentar cancelar sua assinatura, lá expõe que não será o único a fazê-lo, visto que seus colegas de associação e de outras duas agremiações pretendiam tomar a mesma atitude que ele⁸⁰, de modo que, tal afirmação parece demonstrar que existem outros assinantes nas associações da cidade. Destarte, é notável que os assinantes foram associados das agremiações negras da cidade de Porto Alegre, sendo esse mais um indício de qual era o citado povo do subtítulo. Porém não é apenas a fala do Sr. Uflacker que ajuda a pensar esse ponto. Há, no ano de 1904, a publicação de ao menos três escritos que tomei a liberdade de nomear como de *notas de leitores(as)*⁸¹, por serem apenas pequenas frases em apoio ao O Exemplo e ao compromisso estabelecido por eles, não possuindo nem título ou autoria e duas delas publicadas no mesmo dia, diz:

O homem de cor em particular e o proletário em geral que não prestigiar O Exemplo, que por partir do seu seio, é seu natural defensor, comete o assassinato de seus direitos e o suicídio de sua dignidade.

Homens de cor preta, quereis presta um serviço considerável a vossos símiles os mais humildes, auxiliar-nos assinando O Exemplo que não é um jornal mercantil, mas o pequeno órgão de nossos interesses, o propagador incansável do melhoramento moral e intelectual dos nossos e o advogado enérgico da defesa de nossos direitos.⁸²

Os “homens de cor preta”, o “homem de cor” e o “proletário”, parecem ser os sinônimos para o “povo”, no subtítulo do jornal e, quando elencamos os três pontos acima, esses são os sujeitos em comum nos três. Autoria, obra e público⁸³ d’O Exemplo são as pessoas negras e proletárias que ganham destaque, não somente quando se faz sua defesa, muito menos apenas para estampar seus nomes, toda a construção do jornal é concebida por essas mãos, pela escrita dessas pessoas, suas histórias, suas associações. De modo que, ao

⁷⁹ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Tenente-coronel Aurélio V. de Bittencourt*, p.1. 13 de maio de 1904.

⁸⁰ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Campanha difamatória*, p.1. 26 de outubro de 1902.

⁸¹ Encontrei apenas quatro desse tipo de escrito na folha, todos no ano de 1904.

⁸² O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Notas de leitores(as)*, p.1. 02 de outubro de 1904

⁸³ PINTO. Op. Cit. P.19.

entender quem é o “povo” do jornal, também se avança na compreensão do próprio O Exemplo: jornal do povo.

O Exemplo era “[...]o pequeno orgam dos nossos interesses[...]” que seriam aqui o “levantamento moral e intelectual” e a “defesa dos nossos direitos”, por isso, cabendo aos “homens de cor” e ao “proletário” apoiar suas causas, pois elas se faziam em sua defesa. É notável essa ligação entre pessoas negras e proletárias na escrita dos jornalistas, levando a entender que essa aproximação não se deu apenas de maneira deslocada, ou seja, ser negro e ser proletário não era nada antagônico. Quando no jornal se discute esse assunto acaba reverberando o que Álvaro Pereira do Nascimento chamou de “paradigma da ausência”.⁸⁴

Álvaro Pereira do Nascimento questiona como os(as) historiadores(as) do mundo do trabalho pouco abordam, nas suas pesquisas, sobre o movimento operário e sobre os trabalhadores de modo geral, a participação de mulheres, de pessoas negras e de crianças. Esses só ganham mais notoriedade na escrita dos(as) historiadores(as) voltados para os estudos do pós-abolição e da escravidão. Aqui pensando a ideia de *paradigma da ausência* e como ela é confrontada na escrita dos periodistas d’O Exemplo. Vê-se que o proletariado brasileiro desde sua formação é composto por pessoas negras, e o periódico é uma fonte imprescindível para quem deseja trabalhar com tais reflexões, inclusive, já existindo pesquisas que problematizam a ligação do jornal O Exemplo com movimentos operários. Um deles é o trabalho desenvolvido por Marcus Vinicius de Freitas Rosa e que resultou em um dos problemas de sua tese de doutorado, na qual, em seu último capítulo, aborda como existiram relações de proximidade entre associações negras, movimento operário e o jornal O Exemplo.⁸⁵

Assim, ao olhar debaixo da cama d’O Exemplo: jornal do povo, provocados pela poesia de Talles Azigon, começa a se desenhar rostos, a se escrever nomes, a compreender a ligação do periódico com a comunidade de Porto Alegre, mais especificamente com as pessoas negras e/ou proletárias. Ao folhear o jornal, é possível ver uma cidade de Porto Alegre, ao caminhar ao lado dos escritores, a partir dos seus textos, é como se eles estivessem pintando uma aquarela, desenhando um mapa, compondo uma imagem ao seu modo do que

⁸⁴ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”*: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, [S.L.], v. 29, n. 59, p. 607 – 626, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942016000300003>.

⁸⁵ A tese também virou livro sendo publicada pela EST Editora no ano de 2019, porém infelizmente não consegui ter acesso à edição física ou digital da obra, vale salientar que a pesquisa está disponível no repositório da UNICAMP. Ver: ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884 – 1918)*. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

foi o município em que viveram. Diria ainda mais, a imaginação transborda para uma leitura deles, do que seria o Brasil, pois, na carta de João Francisco da Silva, mesmo que parta do seu lugar de estadia, irrompe a especificidade e apresenta seu olhar sobre o funcionamento da constituição. Esse alargamento também ocorre na análise feita pelos jornalistas, ao falarem, a partir da sua perspectiva de qual seria o papel da imprensa, que, ao questionar um grupo, não se fecha na crítica, mas, sim, corrobora em constituir seu papel como elaboradores de uma forma de fazer imprensa.

Destarte, contar a história d'O Exemplo e as histórias que eles escolheram narrar faz com que o caminho da análise explore mais do que a composição de um jornal, mais do que as dificuldades encontradas por um grupo de intelectuais negros. Faz com que possa compreender à formação de um pensamento, não individual, mas coletivo, da junção de várias mentes, ao fazerem uma leitura do mundo em que viveram, permite a quem o ler, sejam seus contemporâneos ou nós do presente, compreendam o que foi um pouco do Brasil na Primeira República.

Para finalizar o capítulo, quero retornar ao trecho escrito no dia 1º de agosto de 1909. Ao responder à solicitação de correção, o autor da matéria *Corretíssimo* lança uma provocação, em que ele chama o Correio do povo e outros jornais da cidade de “jornais de branco”⁸⁶. Foi trabalhado aqui a perspectiva de que O Exemplo buscava uma aproximação, mas também distância da “imprensa maior e com mais coisas”. Então, em 1909, há uma continuação dessa diferenciação, pois, ao dizer que o Correio do Povo e outros periódicos eram de brancos, declarava que O Exemplo era jornal “de cor”?

Sim, na análise construída até aqui, é notado como os intelectuais que produziram o semanário tiveram total noção das diferenças que existiam entre sua forma de escrever e a dos “jornais de branco”. Mas não somente na esfera da imprensa que essas diferenças foram percebidas, pois, sempre que noticiavam as violências, eles demarcam haver um tratamento distinto, mas também, ao selecionar sua data de retomada e quem homenagear nela, escolheram o 13 de maio e Aurélio Veríssimo de Bittencourt. Assim, ao destacar justamente os pontos dissonantes, os intelectuais que escreveram O Exemplo apresentavam sua identidade e como ela era construída a partir de suas divergências com a produção jornalística daquela época.

Os intelectuais pareciam estar inventando sua maneira de fazer jornalismo, tendo como fundação as pessoas negras e/ou proletárias, por serem elas que elaboram o jornal,

⁸⁶ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Corretíssimo*, p.1. 01 de agosto de 1909.

desde a mão de quem escreve, até os principais personagens de suas notícias. Ao tomar tal atitude, sinto que, eles estavam gerando uma identidade própria, sendo que um dos seus objetivos aparenta ser o desejo de não ser igual aos “jornais de branco”, aos “jornais maiores e com mais coisas”, para a partir dessa diferença, afirmar quem eles eram. Assim, esse jornal negro não se distinguiu só pelos artigos que veiculava no seu impresso, pelo questionamento que fez da imprensa local, por condenar as práticas preconceituosas, ou comemorar datas que dizem respeito à luta da população negra no Brasil, ele estaria revelando como os jornalistas compreendiam a sociedade brasileira.

3. DAS BATIDAS⁸⁷ AOS BAILES⁸⁸ A POPULAÇÃO NEGRA EM PORTO ALEGRE.

No segundo capítulo, a análise se concentra na prática da escrita dos jornalistas do jornal “O Exemplo”. Exploro como os jornalistas abordam os acontecimentos e retratam as pessoas envolvidas, além de examinar as escolhas feitas para compor o editorial e como essas escolhas estão relacionadas ao compromisso estabelecido desde a criação do periódico.

O capítulo inicia com um caso de invasão a uma habitação coletiva, examinando os relatos dos jornalistas e incluindo o depoimento de uma testemunha presente na ocasião. Também são discutidos outros casos de violência, como a agressão de uma família pela guarda administrativa e um ato de violência contra transeuntes, todos esses casos envolvendo pessoas negras na cidade de Porto Alegre.

Aqui, são abordadas as práticas de violência que ganharam destaque no jornal, analisando não apenas os incidentes em si, mas também as reflexões sobre a autorização dessas práticas e os motivadores por trás delas, bem como explora a conexão entre os acontecimentos e as vítimas, examinando como elas foram retratadas no jornal e como essas representações contribuíam para questionar estereótipos e enquadramentos produzidos sobre pessoas negras de forma negativa. O capítulo investiga os sinais e indícios presentes nas narrativas do jornal, revelando uma construção de imagem que tentava perpetuar estereótipos negativos em relação às pessoas negras e como isso estava intrinsecamente ligado à violência que elas enfrentavam.

Por fim, é fundamental compreender que a escrita dos jornalistas não apenas confrontava os atos de violência, mas também estabelecia um novo modo de olhar, desafiando os enquadramentos sociais estabelecidos naquela época. Através de suas narrativas, os jornalistas não apenas questionavam os motivadores e autorizadores dessas ações violentas, mas também construía uma perspectiva própria para analisar e interpretar a sociedade em que estavam inseridos. Dessa forma, a escrita dos jornalistas não apenas denunciava as injustiças e violências, mas também contribuía para a criação de um olhar crítico e transformador.

⁸⁷ Batida é a palavra usada pelo “O Exemplo” quando se refere a abordagem da polícia administrativa.

⁸⁸ Bailes eram as celebrações produzidas por grupos sociais negros da cidade de Porto Alegre.

3.1. “Batida nojenta”: negociando as formas de ver.

Na noite do dia 05 de novembro de 1902, na Rua Fernando Machado, casa nº 94, na área central da cidade de Porto Alegre, realizava-se uma celebração religiosa. Nela estavam Maria do Brochado, locadora da residência, e também suas inquilinas, já que ela costumava alugar os cômodos para outras pessoas, sendo que, as locatárias foram, em sua maioria, mulheres que se ocupavam em trabalhos manuais como o de “coser sacos” e “tirar fios”. Os dados iniciais parecem apontar que na Rua Fernando Machado nº 94 existiu um cortiço⁸⁹ ou uma habitação coletiva, essa tendo como ocupantes na sua maioria mulheres trabalhadoras da manufatura.

A celebração, realizada no prédio de nº 94, era acompanhada pelos toques do atabaque, cânticos, danças e práticas religiosas, que eram heranças culturais dos antepassados dos moradores. Entre os inquilinos, destacava-se Maria do Brochado e outros residentes que eram descendentes de africanos e mantinham os costumes e crenças transmitidos por seus pais⁹⁰. Além dos habitantes regulares do prédio, também havia visitantes, possivelmente participando do momento religioso que ocorria na Rua Fernando Machado. É importante ressaltar que nem todos os moradores estavam presentes na atividade. Algumas pessoas, como o idoso “Elesbão de tal”, duas senhoras que se mudaram para o prédio após perderem suas casas em uma enchente em Gravatahy, e algumas crianças - sendo a mais nova com apenas alguns meses e a mais velha com 10 anos -, não participaram da celebração e, talvez, não compartilhassem da mesma crença religiosa. Desse modo, é possível notar a formação de diferentes redes de sociabilidade em torno do prédio nº 94.

A Rua Fernando Machado, ao observar o mapa da página 25, está localizada na região central de Porto Alegre, ou seja, o prédio nº 95 trata-se de uma habitação coletiva no centro da cidade. Segundo, Sandra Jatahy Pesavento⁹¹, essas formas de habitação não eram bem vistas no final do século XIX, muitas vezes retratadas como lugar da contravenção e desordem social, entre outras coisas, devido à presença de várias pessoas habitando em um mesmo local. A casa de Dona Maria do Brochado parece carregar tal estigma, pois, conforme foi apresentada pelo autor do artigo do jornal O Exemplo, era habitada por um grande número

⁸⁹ Segundo Daniela Machado Vieira na sua dissertação de Mestrado, houve no início do século XX, mais especificamente em 1906, um aumento nos números de cortiços em toda região do distrito de Porto Alegre. VIEIRA, Daniela Machado. Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. 190p. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

⁹⁰ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Batida Nojenta*, p.1. 13 de novembro de 1902.

⁹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

de pessoas. Em consonância com Pesavento, percebe-se que os(as) moradores(as) já eram alvo de um olhar de condenatório por parte da comunidade porto-alegrense.

A partir dos apontamentos escritos na matéria de nome *Batida nojenta*, publicada no Jornal O Exemplo, datada a 13 de novembro de 1902, pouco mais de uma semana após o ato religioso, tem-se acesso pela escrita dos jornalistas, ao acontecimento da noite do dia 05 de novembro, na casa de Dona Maria do Brochado. Ao narrar o fato na coluna do jornal, destaca-se a presença de inúmeros sujeitos reunidos em volta da locadora da casa, sendo eles: um grupo de mulheres trabalhadoras, os visitantes do festejo, as senhoras acolhidas após terem sido vítimas das enchentes, há também a presença de um senhor idoso e de crianças. Desse modo, a residência demonstra ser um lugar que agrupou diversas pessoas e pelas práticas associadas ao espaço, seja o encortiçamento, o toque do atabaque, a solidariedade para com as senhoras, é provável que aquela casa fosse considerada um local de circulação da comunidade negra porto-alegrense. Destarte, quais seriam as motivações para que esse grupo de pessoas que se encontravam na residência seja apresentado ao leitor(a) das páginas do jornal “O Exemplo”?

Apesar de levantar essa questão, o foco da publicação não tem como mote principal da sua narrativa a prática do “culto” de matriz africana ou visava salientar a forma de habitação existente na rua Fernando Machado. Na verdade, como aponta o nome “Batida nojenta”, a preocupação era outra, saber fundamentalmente, o que ocorreu às 11 horas da noite naquela localidade:

Na noite a que referimo-nos enquanto uns dormiam ou conversavam, outros moradores do pequeno prédio ocupavam-se dos ofícios de seu culto, tendo a porta da frente e a dos fundos fechada, ouviram os que velavam, que a dos fundos era quebrada, depois o tropel de muitas pessoas viram a porta dos fundos forçada e arrombada e grande número de guardas, a cuja frente vinha o inspetor Procópio, invadir a casa de dar voz de prisão a todos.⁹²

No tardar da noite, a casa de Maria do Brochado foi invadida pelo inspetor Procópio e pela polícia administrativa, de maneira truculenta e inesperada. A polícia adentrou na residência, interrompendo a prática do culto, o sono das crianças e as conversas das mulheres que ali se encontravam. Liderados por Procópio, os membros da guarda decidiram levar todos para o posto policial⁹³, dando voz de prisão aos presentes, incluindo sete crianças, sendo uma delas com poucos meses de vida, sem ser poupada pelo inspetor. Assim, o ponto central do

⁹² O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Batida Nojenta*, p.1. 13 de novembro de 1902.

⁹³ Postos policiais, postos da guarda, ou somente postos são termos que vão aparecer em alguns momentos tanto na fonte quanto no corpo do texto desta dissertação, eles se referem aos prédios que hoje compreendemos como delegacias.

artigo publicado no jornal O Exemplo é a violência cometida contra Maria do Brochado e as pessoas que viviam ou estavam presentes em sua casa no dia 05 de novembro.

Segundo Cláudia Mauch, a polícia administrativa foi criada em Porto Alegre em 1896 com o objetivo de combater furtos e manter a ordem na cidade. Essa criação marcou uma transformação no modelo de policiamento no final do século XIX e início do século XX. A polícia administrativa tinha como responsabilidade manter um padrão específico de ordem pública e os membros da polícia eram selecionados com base em critérios como alfabetização, conduta e moralidade.

A autora também menciona a criação dos postos de custódia como uma das mudanças ocorridas no final do século XIX. Antes disso, as pessoas eram levadas para as casas de correção. É interessante notar que, de acordo com a pesquisa, o regulamento da polícia administrativa enfatizava que os agentes deveriam evitar o uso excessivo de violência, pois isso poderia gerar antipatia e resistência por parte do público⁹⁴. No entanto, parece que Procópio e seus guardas não levaram essa preocupação em consideração.

Após dar voz de prisão, o inspetor resolveu levar os presentes em um “cortejo” rumo ao posto policial. Assim, todas aquelas pessoas saíram andando pelas ruas cercadas pelos guardas. O motivo alegado foi à prática do toque de atabaque, um culto religioso baseado em uma herança ancestral⁹⁵. Nesse momento, os redatores Esperidião Calisto, Tácito Pires e o gerente Vital Baptista do jornal, passavam pela rua Fernando Machado e testemunharam a cena, que descreveram como uma “violência ilegal do lar”. Ao presenciarem esse fato, eles decidiram fazer a publicação que encontramos no semanário. É possível inferir, então, que o artigo tenha sido escrito com a colaboração dos três, uma vez que estavam juntos durante o episódio. Com isso, outro aspecto da matéria é revelado: a presença física dos autores da coluna durante o acontecimento. Isso nos leva a percebê-los quase como repórteres, acompanhando de perto as pessoas que foram afetadas por essa violência e levadas em comboio pelos agentes de segurança. Ademais, não se limitam apenas a assistir a “batida”, eles passam a questionar o ato da guarda, se posicionam contra o que consideraram como sendo uma invasão criminosa e acompanham as pessoas que estavam sendo levadas até o

⁹⁴ MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

⁹⁵ Segundo Ari Pedro Oro, ao fazer um levantamento sobre as religiões de matriz africana na região do Rio Grande do Sul desde o século XIX, ele identifica que uma daquelas religiões era chamada de Batuque. Tendo isso em mente, tudo indica que a polícia administrativa barrou justamente a prática do Batuque na casa de Dona Maria do Brochado. ORO, Ari Pedro. *As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Debates do NER, Porto Alegre, Ano 9, n 13, p. 9 - 23, jan - jun 2003.

posto da guarda administrativa. Além disso, a experiência faz a gente pensar no quanto ações como estas talvez fossem muito mais comuns do que imaginamos.

É importante destacar que Tácito Pires, Esperidião Calisto e Vital Baptista não estavam naquela rua por acaso. Em 1902, a redação do jornal *O Exemplo* funcionava na Rua Fernando Machado, nº152. Ficaram naquele endereço desde sua fundação em outubro, até o início de dezembro, quando mudaram-se para a Rua da Concórdia nº02. Portanto, ao dar ênfase às pessoas envolvidas, aos nomes mencionados e às ruas onde os fatos ocorreram, o semanário não estava apenas narrando a "Batida nojenta". Na verdade, a notícia e a maneira que contaram aquela história, acaba revelando aspectos do modo que observam a cidade e as pessoas que desejavam destacar em sua escrita. Sendo assim, pode dizer também sobre as intenções dos redatores e oferece ao leitor uma visão mais ampla das suas perspectivas.

Retornando à pergunta feita anteriormente: qual seria a motivação por trás da escrita que detalhou a presença de todas aquelas pessoas no acontecimento, na coluna do dia 13 de novembro de 1902? Uma resposta rápida seria que, ao contar uma história, é necessário nomear as pessoas envolvidas. No entanto, a quantidade de detalhes fornecidos pelos escritores e o nível descritivo utilizado, indicam outra direção. Além de mencionar Maria do Brochado, os redatores também se preocuparam em relatar a presença de todas as pessoas ao seu redor: as senhoras que foram acolhidas solidariamente em sua casa, as crianças, as mulheres trabalhadoras e os idosos. Informações que entram em conflito direto com a violência perpetrada pela guarda, pois como é possível justificar a prisão de crianças, idosos e trabalhadoras? Assim, a descrição de forma minuciosa da comunidade que gravitava em torno da figura central da Sra. Maria e do prédio nº 94 não parece apenas um elemento narrativo, mas também uma tentativa de defesa daquelas pessoas. Ela faz com que o leitor se questione como tal violência foi autorizada e permite uma reflexão mais profunda sobre as injustiças ocorridas.

Clóvis Moura, em seu artigo "Escravidismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo"⁹⁶ escrito em 1983, durante a década do centenário da abolição da escravatura no Brasil, analisa a transição do sistema escravocrata colonial para o modelo capitalista dependente. Nesse contexto, ele argumenta que as classes dominantes do Império brasileiro, que se transformaram de senhores de escravos em latifundiários, estabeleceram mecanismos para controlar a luta de classes da população ex-escravizada. Esses mecanismos caracterizavam-se

⁹⁶ MOURA, Clóvis. *Escravidismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo*. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 14, p. 124 – 137, jan. 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1448>. Acesso em: 18 out. 2021.

por medidas repressivas ideológicas, econômicas e culturais destinadas a relegar os ex-escravos à margem de uma economia capitalista dependente.

Ao relacionar o argumento de Moura com a discussão anterior sobre os estigmas carregados pela moradia coletiva e a violência sofrida pelas pessoas ao redor de Dona Maria do Brochado, podemos reconhecer que o aparato repressivo utilizado para prender os moradores visava criminalizar seu modo de vida e estigmatizá-los, tornando-os indivíduos marginalizados. Apesar de residirem no centro da cidade, foi-lhes negada a plena integração e participação. Isso ajuda a explicar a autorização para a prática dessa violência.

No entanto, os jornalistas do jornal O Exemplo saíram em sua defesa. Isso sugere que O Exemplo estava alinhado com as lutas da comunidade negra e buscava desafiar a narrativa dominante que os criminalizava e marginalizava. Ao defender a casa de Dona Maria do Brochado, o jornal pode ter o objetivo de destacar as injustiças enfrentadas pelos moradores negros e se opor aos mecanismos repressivos utilizados para controlar suas vidas e limitar sua participação na sociedade.

No geral, a análise da perspectiva de Clóvis Moura e a defesa apresentada em O Exemplo lança luz sobre a complexa dinâmica social e política da época e os esforços para resistir e desafiar a violência sistêmica e a marginalização enfrentadas pela população negra no início do século XX.

A forma que os jornalistas abordam o tema na matéria tem ligações com o compromisso estabelecido pelo semanário, em sua edição anterior, na qual afirmou:

[...], se, estamos metidos nessa alhada de publicação de jornal, agimos estimulados por um grupo de moços, que são das vítimas da justiça e da polícia; moços a quem, se lhes faltam às transitórias posições sociais, para se imporem, sobre-lhes, no entanto o raciocínio para julgar seus direitos perante a lei[...]⁹⁷

O trecho acima aponta qual teria sido uma das motivações de enviar O Exemplo às prensas e às tipografias. O “grupo de moços”, como se auto intitularam, criaram um jornal que tinha como um dos seus objetivos fazer frente aos modos de violência praticados na cidade de Porto Alegre, sejam essas a judiciária, a policial e a que envolvia a posição social. Essa fala, nitidamente, reverbera, no caso da invasão da guarda a casa da Maria do Brochado, o compromisso declarado no dia 03, que foi posto em prática apenas dois dias após a publicação do trecho acima. A atenção dada pelos jornalistas às pessoas que foram vítimas da sanha do inspetor Procopio e da guarda administrativa, parece encontrar uma justificativa no programa estabelecido dias antes.

⁹⁷ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Campanha Difamatória - Conclusão*, p.1. 03 de novembro de 1902

Aquele grupo que estava sendo vítima da violência policial era composto por pessoas de baixa condição social, como já foi mencionado anteriormente. Isso pode ser observado pela forma de habitação em que residiam, pelos trabalhos que desempenhavam e pela quantidade de pessoas que compartilhavam o mesmo espaço. É possível notar os critérios d'O Exemplo na seleção de suas matérias e seus editoriais, percebendo os valores empreendidos por aqueles que estavam à frente da folha. Os jornalistas fornecem detalhes sobre as pessoas envolvidas, como seus nomes, idades e profissões, o que contribui para uma caracterização mais completa dos indivíduos afetados pela violência policial. Além disso, o relato descreve o prédio nº 94, estabelecendo o contexto físico onde os eventos ocorreram, garantindo o registro da dimensão territorializada da experiência.

A partir dessa reflexão, é possível pensar como ocorreu a construção das colunas existentes no periódico, bem como as razões pelas quais a matéria “Batida nojenta” ter ocupado metade da primeira página da publicação, no dia 13 de novembro de 1902. Para muitos, a cena da noite do dia 05 de novembro de 1902 passaria em branco, porém, não passou, principalmente para aqueles homens que também se diziam vítimas da polícia e da justiça, e elegeram o caso como de grande importância, dando a ele destaque na sua gazeta. É preciso agora aprofundar e analisar melhor como os jornalistas narram o acontecimento, pois, como já sinalizado, este não acaba quando a guarda retira as pessoas da residência, ele continua até a liberação de todos(as) que receberam voz de prisão dada por Procópio, sendo acompanhado de perto pelos 3 integrantes da folha.

O trecho denominado “Estupidez policial” se destaca por apresentar uma narrativa mais extensa, quase como um depoimento dos próprios jornalistas, relatando o momento em que presenciaram a ação da guarda administrativa. O relato em primeira pessoa proporciona ao leitor, uma visão mais próxima e envolvente dos acontecimentos, transmitindo as emoções e percepções dos jornalistas diante da situação. Veja:

Esta que começara pela violação ilegal do lar, terminou pelos excessos de *bravura* do d'ora em diante, famigerado inspetor Procopio.

Eram onze horas da noute ou menos, quando casualmente os dois redatores e o gerente desse jornalzinho passando pela Rua Fernando Machado, em frente ao prédio mencionado, viram dele sair para o meio de guardas que estavam ao lado de fora e seguidos de outros que mais tarde soubemos como haviam entrado na casa, aquela porção de gente.

Perguntamos o que se passava e responderam-nos que se tratava de feitiçarias.

Não ficamos satisfeitos com a resposta e quando íamos a inquirir um dos presos, o Sr. Procopio gritou: Toca para frente e aquele que se aproximar do quadrado vai também! E logo depois, para um infeliz que leva um caixão que servia de atabaque: Toca isso sem vergonha!

O sr. João Francisco protestou dizendo “Basta sermos vítima de uma violência, não é preciso que se procure os meios de fazer a atenção do público voltar-se para nós!”

Ao que o inspetor redarguiu: “Não tenho nada com isso; Toca!”

O atabaque começou a soar.

Dentre a força ouviram-se muitas vezes estas frases: Quanta gente boa para ser metida no facão! - Tudo isso vai pra roda do *tigre*! - Essa negrada quando não apanha tem as costas quentes!

Mas a coisa não ficou só nas ameaças e ao subir a rua General Paranhos o Sr. Elesbão, que levava no colo uma criança de meses, tendo tropeçado, atrasou a marcha e deram-lhe duas bordoadas de facão. Mais adiante, d. Maria Brochado, tendo na subida, como é natural encurtado o passo, bradou o inspetor. Mete o facão nesta negra para que ela amiúde em pé.

E assim a estupidez policial a zombar do infortúnio destes desprotegidos que somente por serem pobres e negros eram vítimas de tal violência, os levou ao posto.⁹⁸

Ao ler tal matéria é possível notar que existem partes distintas. Enquanto a primeira é feita de maneira mais descritiva, a segunda, apresentada acima, tem o caráter de um testemunho, trazendo outro teor à narração. Desde o seu título, a figura central passa a ser a ação policial e o modo de agir utilizado por eles, assim, conta como ocorreu o ato em via pública. Aqui, um dos elementos que chama atenção é o motivo da invasão a casa, que seria a prática da religião de matriz africana, especificada pelo toque do atabaque, nomeada de “feitiçarias” pela guarda. A utilização do atabaque como instrumento de humilhação ressalta o viés discriminatório e preconceituoso presente na ação da polícia, mostrando como práticas culturais e religiosas são desrespeitadas e marginalizadas. Quando ordenou que soasse o atabaque, Procopio chamou atenção para aquele “cortejo”, de modo intencional, fez que aquelas pessoas fossem vistas pelos moradores da cidade, algo que foi percebido pelo Sr. João Francisco da Silva⁹⁹ em seu protesto. Sendo mais de 11 horas, ao ouvirem o som produzido pelo atabaque seriam incentivadas a olhar de suas portas, a abrirem suas janelas, para ver o que estava acontecendo naquela noite, tornando ainda mais vulneráveis aqueles e aquelas cercados pela guarda.

As ruas de Porto Alegre são preenchidas pelo som do atabaque e pelos gritos da guarda e de Procopio que, escolheram muito bem as palavras que vociferavam: “Toca pra frente e aquele que se aproximar do quadrado vai também!”, “Toca sem vergonha”, “Essa negrada quando não apanha tem as costas quentes!”. “Mete o facão nesta negra[...]”. As falas e bordoadas de facão, pelo modo que são apresentadas, parecem ser destinadas a um grupo

⁹⁸ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Batida Nojenta*, p.1. 13 de novembro de 1902.

⁹⁹ Ao que tudo indica, João Francisco da Silva é um músico e compositor, além disso, possuía ligações com a Associação Floresta Aurora. O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Composições musicais* p.2. 24 de julho de 1904.

específico. As palavras entoadas por Procopio e seus guardas, foram destinadas à comunidade negra porto-alegrense, ela que fora submetida a tal violência. Basta imaginar como ainda hoje são as ditas “operações policiais” nas comunidades e favelas do Brasil, e se perguntar quais são os seus objetivos senão o de gerar medo e pavor aos moradores(as). Segundo uma pesquisa recentemente elaborada pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), na região do Estado do Rio Grande do Sul, os dados apontam que ser negro, ser jovem e ter tatuagens, faz com que a chance de receber uma abordagem policial aumente.¹⁰⁰

Mas qual a função do barulho, dos gritos, das bordoadas e principalmente de um “cortejo”? A escolha feita pela palavra cortejo é pessoal, devido a considerar que a ação de Procopio e seus guardas, é deliberada para que toda a atenção da cidade fosse voltada para o ato de levar as pessoas ao posto policial. Assim sendo, sua intenção era de que houvesse visibilidade para o acontecimento e que, tivesse quase que um teor de comemoração para uma parte dos(as) espectadores(as), e para que a outra parte, submetida a violência, fosse sinônimo de apreensão, medo e raiva. De maneira proposital ou não, o ocorrido do dia 05 de novembro de 1902, é um comércio dos olhares¹⁰¹, em um regime de visibilidade¹⁰².

Ao trazer as pessoas para a rua, é como se sobre elas fossem colocadas um holofote, um feixe de luz poderoso que as impedisse de não serem vistas. Aqui a atitude de levar a luz é algo punitivo, basta lembrar que a prática do toque do atabaque estava sendo realizada a portas fechadas e para um grupo específico, ou seja, estava fora do campo de visão, na penumbra, na sombra, no silêncio e, portanto, não havendo controle sobre essa prática. Logo, recaía sobre ela um medo, um pavor, justamente por estar em um espaço de visibilidade limitada, que pode ser o motivo da nomeação de “feitiçaria”, por não estar nos conformes com a religiosidade e os valores vigentes. Desse modo, ao lançar luz sobre aquele grupo e fazer com que fossem observados, é possível constituir sobre eles um controle estabelecido pelo poder do olhar.

Dessa forma, os moradores da casa nº94, como apontado pelos escritores do jornal O Exemplo, foram submetidos à criação desses signos que visavam explorar o olhar do público. O fato de serem pobres e negros era utilizado como base para a elaboração desses signos, que alimentavam o comércio do olhar, ou seja, a exploração da imagem e estereotipação daqueles

¹⁰⁰ Ver: GOMES, Luís. *Negro, Jovem e Tatuado: os principais fatores de suspeita policial na região metropolitana*. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo — RS. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/628921-negro-jovem-e-tatuado-os-principais-fatores-de-suspeita-policial-na-regiao-metropolitana> Acessado: 04 de julho de 2023

¹⁰¹ MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018. p.197

¹⁰² FOUCAULT, Michel. *O olho no poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10.º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. P.318 – 343.

indivíduos. A abordagem intencionalmente discriminatória e desumanizadora, revela a maneira como certos grupos eram tratados na sociedade, sendo alvo de estigmatização e violência simbólica.

A dúvida que a primeira parte da coluna criou, de que seria ou não a casa de Maria do Brochado um espaço da comunidade negra, é aparentemente respondida aqui: a guarda e Procópio não tem dúvida alguma que estavam lidando, e mais especificamente, agredindo pessoas negras. Um fator a ser analisado é que, na escrita, a primeira identificação se dá pela exterioridade, ou seja, quem afirmou os presentes por sua cor foram aqueles que praticaram a violência física e simbólica, a partir das palavras “negrada” e “negra”. O periódico, só realizará tal afirmação sobre a cor dos presentes nas últimas linhas dessa segunda parte da coluna e, me parece, que usa como mecanismo de defesa, quando diz que aquele ato só ocorreu, justamente, por serem aquelas pessoas “pobres e negras”, por isso, eram “desprotegidas”, sendo vítimas fáceis para a guarda.

Terminado então o momento do “cortejo”, chega-se ao posto policial, a terceira e última parte da matéria do dia 13 de novembro, nomeada de “No posto”. As pessoas foram ouvidas pelo Subintendente Sr. Louzada e liberadas duas horas depois para voltarem às suas casas, isso se deu, pois segundo os jornalistas: “[...] a autoridade não encontrou crime no ato pelo qual o zeloso inspetor procedeu com tanto excesso, com tanta ignorância pela lei [...]”. Desse modo, na interpretação dos jornalistas, tudo a que foram submetidas aquelas pessoas, não passou de uma arbitrariedade liderada pelo Inspetor Procópio, baseada não na letra da lei, mas sim no uso autoritário do poder de um cargo. Os jornalistas ainda apontaram que, aquilo que consideraram enquanto abuso de autoridade não foi considerado pelo subintendente, já que, ele não agiu para punir o Procópio por sua conduta indevida e “[...]deixando em paz o inspetor que se transformou em salteador das liberdades individuais.”¹⁰³.

É importante ressaltar que a legislação republicana brasileira estabelecia a defesa da laicidade e da liberdade de prática religiosa, inclusive previa punição penal para o indivíduo que perseguisse alguém por motivos políticos ou religiosos. No entanto, parafraseando Shakespeare, entre a letra da lei e sua prática há mais coisas do que pode imaginar nossa vã filosofia. Pois, ao observar que a mesma legislação ao tratar de crimes contra saúde pública, nomeava como “sortilégios”, “feitiçarias” e “espiritismos”, práticas religiosas dissonantes ao cristianismo¹⁰⁴. Não à toa, ao relatar o caso a palavra “feitiçaria” foi utilizada por Procópio

¹⁰³ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Batida Nojenta*, p.1. 13 de novembro de 1902.

¹⁰⁴ Ver: Arquivo Nacional: Que República é essa — Artigo 157. Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/68-historia/176-artigo-157.html> Acessado: 02 de julho de 2023.

que ao ser perguntado pelo jornalista o motivo da prisão, justificou com o argumento que aquelas pessoas praticavam “feitiçarias”.

A garantia da laicidade do Estado e da liberdade religiosa deve proteger todos os cidadãos, independentemente das suas crenças religiosas. No entanto, a criminalização e estigmatização de práticas religiosas mostram que, na prática, existiam lacunas na proteção desses direitos fundamentais.

Ao utilizar o termo “feitiçaria” como justificativa para a prisão das pessoas, Procopio provavelmente explorou o estereótipo enraizado de que certas práticas religiosas eram supersticiosas, perigosas ou até mesmo malignas. Isso evidencia como os estigmas associados a certas religiões contribuíram para a marginalização de comunidades religiosas específicas e fortaleceram desigualdades sociais e raciais.

Emerge na última parte um sujeito importante, o Sr. João Francisco da Silva, ele já tinha aparecido no início do relato, quando foi dito que era sobrinho do idoso Elesbão e que, no dia, estaria fazendo uma visita ao seu tio, só que sua figura ganha mais notoriedade nesse trecho do texto. João Francisco da Silva é quem se dispõe ao diálogo direto com o Subintendente Louzada. Ele acaba fazendo um pedido à autoridade policial, para que: “[...] os nomes das vítimas não aparecessem na parte policial[...]”¹⁰⁵.

O pedido teria sido atendido segundo os escritores da coluna e eles(as) não tiveram seus nomes publicados em nenhuma folha. Ao atender a solicitação e os nomes não serem expostos “na parte policial”, é evidente o cuidado que João Francisco da Silva apresentou. Seu intuito foi que aquele grupo de pessoas, já havendo sofrido tanto com a invasão da casa e interrompimento da sua noite, quanto com a demonstração descabida de poder da guarda que os fez “desfile” pelas ruas na tentativa de humilhá-los, não fosse vítima de outro ataque. Assim, não queria um terceiro ato de violação que seria a emissão dos seus nomes em alguma folha da cidade, mais especificamente na parte destinada a falar das notícias dos postos policiais. Isso nos faz pensar no peso que havia ter o registro do nome próprio na página policial. Que tipo de reverberações sociais poderiam ocorrer a partir disso?

Ao solicitar que fossem impedidos a publicação dos nomes, João Francisco da Silva frustrou, barrou uma artimanha comum utilizada para envergonhar e expor aqueles que foram submetidos à violência policial. Os jornalistas de outras publicações, segundo conta a matéria, tinham o hábito de coletar nas chefaturas de polícia, os nomes das pessoas envolvidas e os possíveis delitos, sem realizar uma investigação adequada dos fatos ocorridos

¹⁰⁵ Ibidem

na noite anterior. Dessa forma, essas pessoas eram expostas publicamente sem a devida apuração dos eventos, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e a violação de sua privacidade.

A matéria *Batida Nojenta* evidencia o cuidado e atenção dos jornalistas do jornal O Exemplo ao relatar detalhadamente cada aspecto do incidente, desde o seu início até a liberação das pessoas envolvidas. Eles se dedicaram a acompanhar de perto os acontecimentos, inclusive prestando atenção às palavras utilizadas pela polícia administrativa. Além disso, o jornal não apenas documentou a ocorrência, mas também condenou a violência.

Ao agir dessa maneira, o jornal O Exemplo demonstrou um compromisso com a defesa dos desfavorecidos, algo definido como o objetivo principal da sua redação, como no caso de Dona Maria do Brochado. O jornal negro, ao destacar essa defesa, reforçava sua missão de lutar pelos direitos e interesses dos "seus", ao escolher ativamente se posicionar em defesa dos desfavorecidos, buscava não apenas informar, mas também promover a conscientização e a mudança social. Ele assume o papel de advogado dos menos privilegiados, desafiando as injustiças e os abusos cometidos contra a população negra e outras comunidades marginalizadas. Essa postura do jornal contribuiu para fortalecer a identidade coletiva da comunidade negra, fornecendo um espaço de expressão e representação, e combatendo estereótipos e preconceitos.

Que Procopio foi protegido por seu superior, já deu para notar, porém, há no texto “Batida nojenta” um suposto outro advogado de defesa do “inspetor”. Esse se revela na passagem a seguir: “[...] o zeloso inspetor procedeu com tanto excesso, com tanta ignorância da lei com tanta confiança na proteção do chefe e das notícias de encomenda da imprensa que fala pelas partes policiais.”¹⁰⁶, de forma semelhante e guardadas as devidas proporções, se aqui estes grupos estão envolvidos em cumplicidades, você precisa fazer o balanço com o que acontece com os jornalistas ocultando os nomes das pessoas que foram presas. Daí, é possível identificar com essa história, portanto, as diferentes redes que essas pessoas teciam em seus cotidianos, trazendo à tona complexidade das relações de poder e iluminando aspectos das sociabilidades negras que infelizmente, hoje, muita gente tem dificuldade de conseguir conceber. Exatamente por causa dos efeitos do racismo na propagação da lógica de que a história dos povos africanos em África e nas diáspora se resume na dissolução dos laços entre esses sujeitos e das contínuas brigas e disputas. Por outro lado, revela o lado perverso e de

¹⁰⁶ Ibidem.

grande poder de reiteração das práticas de favorecimento entre brancos, chamado de “pacto narcísico da branquitude, por Cida Bento¹⁰⁷. Outra força aparece, supostamente, seria a imprensa que velava pelo nosso querido agente da guarda administrativa. Ao destacar “notícias de encomenda”, parece que a polícia de Porto Alegre, em especial, o Inspetor Procópio, tem outro patrão e o ato promovido na noite do dia 05 de novembro, foi uma dessas encomendas de uma “imprensa que fala pelas partes policiais” para sair nas suas colunas e promover suas vendas. Desse modo, se descortinam ainda mais as motivações do tal inspetor e do porquê de todo alarde provocado, da insistência que se fizesse barulho e que fossem vistos, aparentemente, estava ali criando material para uma imprensa a quem ele poderia prestar serviço.

Se o “cortejo” já negociava o *comércio do olhar* e infligiu um *regime de visibilidade*, aquele ato impulsionado pela imprensa seria ainda maior e tudo demonstra ser ainda mais esquematizado, pois, a invasão da casa de Maria do Brochado ganha mais camadas e não teria sido deliberado à toa, como já se imaginava. Sendo assim, parece que aquele episódio foi uma tentativa de produzir uma notícia que fosse para os periódicos nos dias seguintes e contasse a história de um grupo de pessoas presas por praticar “feitiçaria”, uma manchete que faria sucesso na cidade e renderia a venda de algumas edições. Sendo mais metucioso, uma possível matéria sobre o ocorrido naquela quarta-feira, às onze horas da noite, estabeleceria de maneira mais profunda os signos usados pela guarda durante o momento em que levaram as pessoas em direção ao posto. Assim, até mesmo quem não viu ficaria sabendo e quem só havia ouvido falar confirmaria pelo escrito, ainda mais com os nomes estampados “na parte policial”.

Mas ainda paira um problema, esse é assinalado na folha: as pessoas envolvidas “[...] haviam cometido faltas pelas quais devessem ser punidas ou eram vítimas de uma violência?”. Foi encaminhada uma resposta na própria matéria, pois os escritores condenaram as atitudes da guarda, devido ao modo com que a narrativa se desenrola, todo o questionamento aferido a ação policial e a própria linguagem selecionada pelos editores para caracterizar a batida, sendo elas: “violação ilegal do lar”, “A estupidez policial” e “um ato de violência inqualificável”.

Porém, essa condenação só se deu por parte da coluna do jornal O Exemplo, já que, como salientou o jornal, nada foi feito contra Procópio e a guarda. Contudo, ainda foi publicado no dia 25 de novembro de 1902, uma carta enviada pelo Sr. João Francisco da

¹⁰⁷ BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Silva e ela pode ampliar ainda mais a compreensão sobre o jeito de pensar dos jornalistas do referido jornal. A carta foi ao ar 12 dias após a publicação do artigo *Batida Nojenta* e 20 dias após a invasão policial na casa de Maria do Brochado, na Rua Fernando Machado. Levando em consideração o tempo de circulação do periódico, que era um semanário, até sua próxima edição, que só ocorrerá em 2 de dezembro, pode-se inferir que o assunto da invasão e seus desdobramentos, foram discutidos e comentados na cidade de Porto Alegre por quase um mês, pelos leitores do periódico.

Durante esse período, a leitura do jornal O Exemplo proporcionou a disseminação das informações sobre o incidente ocorrido na rua Fernando Machado nº94. Não há registros de que outros jornais da cidade tenham produzido matérias sobre o ocorrido, o que sugere que as interpretações dos jornalistas da folha e de João Francisco da Silva, tenham sido amplamente difundidas por meio do periódico.

Se realmente só O Exemplo falou do incidente a interpretação apresentada pelos autores tende a ser aquela que entrará nas casas, será lida pelos assinantes e também pelos não assinantes, pois imagino que o “cortejo” promovido no dia 05 de novembro causou um alvoroço em Porto Alegre, sendo objeto de interesse da população da cidade e O Exemplo era quem tentava saciar a curiosidade daquelas pessoas. Agora, imaginando isso, a carta escrita por um dos presentes, é um relato ainda mais relevante para quem teve acesso à folha, o escrito de João Francisco da Silva é um latente questionamento, não só do ocorrido, mas também, dos valores da sociedade em que vivia.

Na primeira página do periódico na sua edição do dia 25 de novembro, circula a coluna de nome *Verdades cruas...* O seu conteúdo foi a carta enviada por João Francisco da Silva, ele que já tinha sido uma das pessoas apresentadas com mais profundidade no relato da edição anterior, agora passa a compor com suas palavras e sua opinião, os relatos do acontecimento, dizendo o seguinte:

As prerrogativas constitucionais só são respeitadas para aqueles que, pela posição social, política ou econômica, amedrontam a polícia ou provocam a suspeição dos juízes.

Para esses, sim, há justiça quando a fatalidade os coloca na emergência de clamarem por ela; para esses é um fato a garantia individual que aqui gozamos, por notícias dos jornais que vem de fora do estado: porque para eles os códigos são folhados, apenas, por mera *formalidade de estilo*, quando tenham de serem julgadas suas ações.

Mas para nós outros, os pretos, e os que, não o sendo não passam de humildes proletários; para nós outros, que não temos por nós mais do que a independência do caráter e a cautela com que vivemos para não sermos apanhados pela rede das violências administrativas: sim; porque vivemos no meio de uma ninhada de nerros,

que se reconhecem desde o simples agente policial que faz o serviço a seu belo prazer, sem respeitar ao regulamento preestabelecido, a lei é uma mentira.

Para nós, os pretos, as autoridades, desse governo tem por apanágio *viver as claras*, em biocam-se nas trevas para de emboscada assaltarem o nosso lar, como se caíssem de chofre em um covil de bandidos, ou jogadores conscientes de que para nós a constituição é uma letra-morta; enquanto que os moços brancos, bem colocados, quebram as cabeças uns dos outros, à vista da polícia, em plena rua ou dentro de repartições e nada lhes acontece: abafam tudo[...]¹⁰⁸

Na primeira linha do trecho em destaque, é evidente a proximidade de pensamento entre João Francisco da Silva e os colaboradores do jornal *O Exemplo*. Ambos afirmam que a posição social, política e econômica desempenham um papel importante na hierarquia social/racial estabelecida em Porto Alegre. Mesmo que o autor não seja um dos colaboradores regulares do jornal, pois foi a única coluna publicada entre 1902 a 1911, ele demonstra seu apoio ao editorial da folha.

No texto *Verdades Cruas*, foi utilizado os núcleos de forma diferente, mobilizando-as como uma forma de denúncia. Ao mencionar “Para nós, os pretos” e “moços brancos, bem colocados”, ele está apontado para as diferenças raciais na sociedade e como elas passaram a ser de autoridade social e econômica. Também está enfatizando as disparidades e desigualdades que existem com base na cor da pele e demonstrando sua solidariedade com as pessoas negras, ao se referir a “nós, os pretos”.

Essa denúncia da questão racial, somada à análise das questões de classe e posição social, mostra como João compartilha das preocupações e perspectivas dos jornalistas do *O Exemplo* em relação à situação das pessoas negras na sociedade. Ambos estão comprometidos em chamar a atenção para as injustiças e desigualdades enfrentadas pela comunidade negra e em questionar o sistema sócio-racial estabelecido em Porto Alegre.

Nesse ponto, a leitora e o leitor atual podem se perguntar quantos autores, ao analisarem o Brasil após a abolição, abordaram simultaneamente as questões de raça e classe em seus pensamentos. Não estou pregando aqui pelo ineditismo de tal pensamento, apenas tensionando a que ponto análises como essas não são tão novidade quanto alguns gostam de fazer parecer, nem acredito que não tenha sido assunto discutido mesmo no século XIX, uma vez que aqueles(as) que escreveram para o jornal *O Exemplo*, foram herdeiros de muitos pensadores que vieram antes deles(as).¹⁰⁹

¹⁰⁸ *O Exemplo* - jornal do povo, Porto Alegre, *Verdades cruas...*(A propósito da batida que a guarda administrativa levou a efeito a 5 do corrente.), p.1. 25 de novembro de 1902.

¹⁰⁹ Angela Davis em seu livro *Mulheres, Raça e Classe*, exemplifica em diversos momentos como raça, classe e gênero estavam em correlação na formação de movimentos sufrágio feminino no século XIX, ou seja, a produção de uma percepção que integra análises para além da questão de classes já era elaborada. Ver: DAVIS, Y. Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Na leitura proposta por João Francisco da Silva, há os que tinham seus direitos respeitados e há os “Outros” para quem a letra da constituição era morta e uma mentira, há os que tenham ao seu lado a emergência da justiça e há os que são alvos da violência administrativa, há aqueles beneficiados pela República brasileira e há aqueles emboscados por ela. Ora, há os brancos e há os negros. Um fator interessante é o uso da palavra “Outro” pelo autor, ou seja, essa percepção da produção de uma alteridade, aqui ele caracteriza os marcadores da diferença mediante uma observação: “Mas para nós outros, os pretos e os que, não sendo não passam de humildes proletários...”. Na concepção apresentada por ele, esse “Outro” é o preto, mas não somente ele, por terem aqueles que não sendo pretos, foram apenas humildes proletários, assim, também eram vítimas da violência administrativa, compondo também a categoria “Outro”.

Mas, o mais interessante é que essa palavra “Outro” foi e é ainda uma categoria muito utilizada nas ciências humanas, sendo uma das principais formas de se constituir análises em perspectivas comparadas em regimes de alteridade, nas problematizações das identidades. Deste modo, haveria ali na fala de João pistas para compreendermos algumas formas pelas quais estes sujeitos estavam problematizando os projetos de sociedade calcados numa certa identidade brasileira agenciado pelas elites brancas brasileiras na Primeira República?

Ao tensionar uma forma diferente de tratamento destinada a certos grupos ele põem em cheque “[...] a equidade de direito perante as leis[...].” e ainda afirma que: “Constantemente se reproduzem violências que nos convencem que a constituição e as leis deste *feliz* Estado não passam de bonitas peças de fogos de artifícios, produtos da pirotecnia de um fogueteiro político [...]”¹¹⁰. Assim sendo, a constituição nada mais foi do que puro malabarismo político para os “Outros”, na verdade, ela estaria a serviço dos que possuem uma posição social, política e econômica elevada nas hierarquias sociais citadas pelo autor.

Ao elencar essa produção da diferença, ele também estaria estabelecendo quem seria o “Eu” desse “Outro”. O primeiro “Outro” apresentado por ele é o Preto; o segundo, o Proletário. Logo, quem seriam os produtores desses outros?

Recorrendo a uma lógica binária, o Branco seria o Eu que inventa o Preto e o Burguês seria o Eu que distingue Proletário. Desse modo, dentro desses jogos de identidades da Primeira República no Brasil, João Francisco da Silva, parece apontar para a cara de quem seria o “Eu” desejado por esse país. O interesse aparente é que fosse um homem branco e parte da burguesia, esse seria o rosto do nosso querido Brasil.

¹¹⁰ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, Verdades cruas...(A propósito da batida que a guarda administrativa levou a efeito a 5 do corrente.), p.1. 25 de novembro de 1902.

Na República, há uma construção de uma unidade de medida em que o Eu é representado pelo Branco. Isso leva os Outros a terem sua existência definida apenas pelo encontro com o Eu. Grada Kilomba argumenta que a produção de uma “outridade”¹¹¹ envolve atribuir ao Outro todas as características que o Eu não deseja possuir. Ao examinar cuidadosamente como as identidades estão sendo elaboradas, João Francisco da Silva revela aos leitores tanto o Eu quanto os Outros na sociedade brasileira republicana, destacando como essa construção de diferenças ocorre não apenas no campo imagético, mas também no âmbito dos direitos.

Nesse contexto, a construção do Eu como Branco implica em uma negação e subordinação dos Outros, que são marcados como diferentes e desvalorizados. Essa dinâmica de poder e exclusão é essencial para a manutenção de estruturas de desigualdade e injustiça. Ao revisitar essas reflexões, é possível dizer que João Francisco da Silva contribui para uma compreensão mais profunda dos processos de construção de identidades na República brasileira e da forma como essas identidades impactam os direitos e as relações sociais.

Atento a como a república produzia diferenças e a partir delas relegava direitos às pessoas negras, Olivia Cunha e Flávio Gomes dizem que:

Em muitos casos, a liberdade não significou o avesso da escravidão. Em outros, a sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquia e de poder abrigaram identidades sociais, se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusiva ou características das relações senhor-escravo.¹¹²

Na República brasileira, a liberdade pós-abolição não trouxe consigo uma cidadania plena para as pessoas negras. Ao contrário, a experiência da liberdade e da cidadania para os negros foi marcada pela continuidade de práticas violentas e de desumanização. As relações de poder e obediência persistiriam, dificultando o acesso igualitário aos direitos e reforçando as desigualdades sociais. Assim, tanto a cidadania quanto a liberdade no período pós-abolicionista passaram por um processo de construção e elaboração, enquanto as práticas de violência e desumanização ainda perduravam na sociedade.

¹¹¹ KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

¹¹² GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Que cidadão?: Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença. In: GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes da (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fgv, 2007. p. 7-19.

3.2. “Negro não tem o direito de falar alto quando o branco pensa em dormir”: um regime do olhar.

Era mais outra noite no município de Porto Alegre. Por volta das 22 horas, um grupo de pessoas conversava em frente de casa, cena que é corriqueira e normalmente se passa sem que nada aconteça, porém, na rua Jeronymo Coelho, nº 69, um episódio de violência faz com que, mais uma vez, não seja uma noite comum e o acontecimento vá parar nas páginas do semanário. No dia 28 de dezembro de 1902, foi publicado no jornal O Exemplo um artigo de nome “Arbitrariedade”. Antes de especificar o fato relatado quero apresentar ao leitor como ele foi publicado na folha, por existir uma relevância para que isso seja dito.

Para compreender a divisão do jornal é preciso saber que ela é feita em dois blocos, cada bloco possui duas páginas, no primeiro se encontram as matérias, as colunas e os artigos escritos pelos colaboradores da folha e seus editores, o segundo é composto pelas publicidades pagas. Obviamente, nem sempre essa divisão de mantém em alguns momentos seja pelo excesso de conteúdo da folha, seja pela publicação de uma edição especial algumas coisas mudam

Figura 5: Jornal O Exemplo de junho de 1904.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

O primeiro bloco é dividido em duas partes, na primeira página, como de costume na imprensa no geral, ficam as principais matérias, as principais manchetes que costumam ser consideradas mais relevantes pelo corpo editorial; na segunda página as notícias são direcionadas aos temas mais da vida cotidiana. N’O Exemplo” não se difere muito disso, como foi dito anteriormente a excepcionalidade do periódico aparece em como escreviam e sobre quem eles costumavam escrever.

Ao saber dessa divisão, o artigo de nome “Arbitrariedade” é encontrado na segunda página da gazeta, sendo assim, no que era destinado a tratar de assuntos referentes ao

dia-a-dia da cidade. A ainda que acentuar que o artigo está numa coluna, ou seja, integra um texto maior e que foi o “Quinzena policial”¹¹³.

Desse modo, antes de entrar no artigo, destaco ser necessário fazer uma discussão sobre a função de uma coluna de nome “Quinzena Policial”, num jornal e, mais especificamente, na página que tinha como um dos seus objetivos tratar de temas referentes à vida cotidiana. Assuntos que dizem respeito a violência policial não são inéditos no editorial, o que foi novidade é estar em um espaço que não foi a primeira página, como na “Batida nojenta”, não ter uma coluna própria e ser encontrado na segunda página do hebdomadário. Assim, o que essas informações nos dizem a respeito tanto do jornal, quanto da cidade de Porto Alegre?

A ação de colocar a notícia na segunda página não acontece de maneira despropositada, muito pelo contrário. A lauda dois d’O Exemplo, costumeiramente, apresentava aos(às) seus(suas) leitores(as) colunas, como o *De tudo* que tratava de assunto gerais sobre a cidade, como o *Lar em luto* sobre os falecimentos e o *Felicidades* para parabenizar os aniversariantes, ou seja, assuntos voltados aos temas da vida comum. Ao abrir uma coluna chamada *Quinzena Policial*, os intelectuais estão abrindo espaço para pensar que casos de violência da guarda faziam parte da vida comum das pessoas, mesmo que esse quadro só tenha aparecido uma vez durante 1902 – 1911¹¹⁴. Ele aponta para como existiu na localidade uma forma de violência habitual, tanto é que a escrita se inicia assim:

Abrimos hoje essa seção de registro dos fatos mais importantes praticados pela polícia, ou sejam em benefício ou em prejuízo do povo, porém infelizmente o registro começará por factos condenáveis e pensamos mesmo, assim continuará porque uma grande parte do pessoal da polícia administrativa não sabe cumprir seus deveres[...]¹¹⁵

Nesse trecho se vê a percepção dos escritores sobre o serviço prestado pela polícia da cidade, mesmo que digam que essa seção seria destinada não somente a falar dos prejuízos, mas também dos benefícios, eles acabam por dizer que provavelmente só se tratará ali dos assuntos condenáveis praticados pela guarda, já que a mesma não sabia cumprir seus deveres. A rusga entre os escritores do jornal e a instituição policial é algo recorrente, no caso da invasão à casa de Maria do Brochado, já se observou como havia um tensionamento dos escritores para com os guardas, inspetores e subintendentes, de tal maneira que o surgimento

¹¹³ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Quinzena Policial*, p.2. 28 de dezembro de 1902.

¹¹⁴ O interrompimento da “Quinzena Policial” é fruto da paralisação d’O Exemplo no início de 1903, fator principal para não ter aparecido outras vezes, porém essas questões não vão deixar de ser discutidas no periódico, muito pelo contrário, considero que existam proximidades dentre a “Quinzena Policial” e o “Inspetor, Sem Quadro”.

¹¹⁵ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Quinzena Policial*, p.2. 28 de dezembro de 1902.

de um quadro com esse nome não tenha sido feito despropositadamente. Houve por parte do grupo que estava à frente e publicava O Exemplo, uma crítica direta ao fazer policial nas páginas do semanário e os periodistas não pouparam tinta para condenar atitudes dessas autoridades.

Ao juntar tais constatações têm-se acesso à construção do quadro, o que nos possibilita imaginar como ele foi pensado e sua possível pretensão. Quando colocado na segunda página, ou seja, no local onde a maioria dos artigos versava sobre o dia-a-dia da cidade, dá a entender que uma das motivações dos escritores foi de observar, como na cidade de Porto Alegre, parece existir uma prática cotidiana de violência contra pessoas negras. Isso revela que os intelectuais que compuseram O Exemplo, estiveram atentos, a como essa prática ocorria, mais do que só estar alerta, eles construíram uma crítica contundente e elaborando-a algumas vezes com um teor sarcástico. Textos assim, estendem-se por praticamente todo o recorte analisado do periódico, reflexões como essa acabam gerando até mesmo outros quadros para questionar a ação policial.

Ao analisar essas informações sobre a publicação do dia 28 de dezembro de 1902, agora é hora de adentrar a notícia em si. Na terça-feira, dia 23 de dezembro de 1902, encontraram-se, na porta da casa do Senhor Sabino, um grupo de amigos que lhe fazia uma visita naquela noite, ao encerrar tal evento estavam na porta a trocar as últimas palavras e fazer suas despedidas, até que a família de Sr. Sabino e seus amigos foram surpreendidos pelo Inspetor Justino que, ao passar por aquela localidade, resolveu parar em frente da residência, ao vê-los reunidos, e ordenar que acabassem com tal “baderna”. O agente da guarda administrativa toma tal atitude, não de forma ordeira e pacífica, na verdade, o faz aos gritos¹¹⁶, sendo ele o responsável por romper a tranquilidade daquela noite. Conversar na porta da casa ou receber visitas é algo que ocorre comumente na vida das pessoas, não sendo nada com que a guarda administrativa venha a se preocupar. Então, por que o Inspetor resolveu intervir em tal situação, mais ainda qual a necessidade de fazer isso aos gritos?

Todo esse relato aparece no artigo “Arbitrariedade”, nome que já revela a opinião dos escritores sobre o ocorrido, por considerarem essa atitude não correspondendo com o que ocorria na porta do domicílio do Sr. Sabino, logo, o agente agiu de maneira abrupta para interromper algo que nada mais era que uma simples conversa na porta de casa. A ação carrega ainda duas falas que é preciso evidenciar aqui, sendo que as duas foram proferidas pelo Inspetor Justino e que, por isso, ganham notoriedade na publicação, sabendo também

¹¹⁶ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Arbitrariedade*, p.2. 28 de dezembro de 1902.

que elas foram muito bem escolhidas pelos jornalistas para demonstrar como funcionava a abordagem da guarda, a primeira: “Olá! Psiu! Acabam essa baderna ahi! e isso ligeiro, senão[...]” e a segunda: “[...] negro não tem direito de fallar alto quando o branco pensa em dormir.”¹¹⁷. Tudo dito aos gritos, em frente da casa, onde se encontrava o Sr. Sabino e seus visitantes.

A primeira fala carrega um tom de ameaça explícito, na ordem do texto ela é a última a ser proferida pelo tal agente e encerra o relato sobre o fato, ou seja, é a fala cujo intuito é encerrar o ato. Escolhi ela como primeira a ser destacada considerando a premissa de que a construção dessa ameaça parte de um lugar de autoridade, logo sendo um lugar de exercício de desejada superioridade. Por estar em um cargo público, Justino se considerava como superior aquele grupo de pessoas, já se fez aqui uma discussão inicial sobre como a posição social tinha importância na sociedade porto-alegrense. Nesse caso, se estabelece o uso do cargo de inspetor para intimidar as duas famílias que se despediam, pois, para Justino “conhecido por sua *piedade*, pois era figura obrigada de todas as missas”¹¹⁸, a reunião daquelas pessoas era um ato de “baderna”, por isso, condenável e não devendo desse modo ser permitido por ele, uma autoridade.

O articulista que escreveu a matéria se preocupou em descrever para o(a) leitor(a) as qualidades desse inspetor: um moço que ia às missas todos os domingos e que tinha como uma das qualidades ser piedoso, ou seja, pré fazia as condições estabelecidas no regulamento para ser parte da polícia administrativa de Porto Alegre. Óbvio que a escrita possui um sentido sarcástico, seja pelo uso do itálico para dar ênfase à palavra *piedade*, seja por dizer que o mesmo se fazia presente todos os domingos na igreja, é notável como o jornal tira onda com essa autoridade policial.

A segunda fala complexifica ainda mais a análise, pois quando o Justino afirmou “negro não tem o direito de falar alto quando branco pensa em dormir.”, são acionados inúmeros elementos ao acontecimento. O guarda ao dizer tal frase revela seu parâmetro e como e para quê utilizava sua autoridade, por demonstrar estar a serviço daqueles(as) que não podem ser incomodados pelo barulho da conversa, ou seja, os(as) brancos(as), sendo eles(as) os alvos da sua proteção. Ao mesmo tempo, a sentença aponta mais uma característica dos que sofriam com a arbitrariedade policial, já que foram “os negros” que não tinham direito de fazer barulho e uma pequena visita à casa de um amigo tornou-se, ao olhar do inspetor, uma “baderna”. Desde o *Batida nojenta*, os intelectuais d’O Exemplo apontam quem são as

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Ibidem

vítimas da violência institucional em Porto Alegre, nesta notícia se viu mais uma vez como a guarda trata pessoas negras durante o cotidiano da cidade, só que existe um paralelo entre as duas ocasiões.

No *Batida nojenta*, o som do atabaque é usado, por ordem do Inspetor Procopio, para chamar atenção para as pessoas presentes no “cortejo”. No *Arbitrariedade*, o barulho da conversa é o motivo para o inspetor Justino intervir e ordenasse o silêncio. Nas duas ordens tiveram como sujeitos de seu comando pessoas negras, mesmo sendo situações diferentes e que ocorreram com um mês e alguns dias, entre uma e outra, existe a possibilidade de constituir um fio que enlace as duas notícias.

No dia 05 de novembro, às 23 horas, o toque do atabaque rompe o silêncio da noite, no dia 23 de dezembro, às 22 horas, o mínimo sinal de barulho é interrompido pelo grito do inspetor. Nas duas ocasiões é possível notar como os sons são ferramentas de controle na cidade, pela maneira que, em dois momentos distintos, eles foram utilizados tanto para criar um clima que chamasse atenção da cidade para os transeuntes que iam rumo ao posto policial, quanto para silenciar uma conversa tranquila com a desculpa de manter confortável os brancos que estavam descansando naquele instante. Assim, percebe-se que existe ali existem uma construção de mecanismos de controle social em nome de uma ordem pública, logo sua prática é feita em nome da exclusão dos sujeitos que quebram essa ordem cidadina¹¹⁹.

Na primeira década do século XX, os agentes municipais de segurança pública desempenharam um papel importante na manutenção da ordem em Porto Alegre, já que a polícia é uma das principais instituições de controle social. Embora não seja possível determinar com precisão a cor dos policiais, os dados indicam que havia mais de 200 profissionais de segurança pública na cidade nesse período. Esses agentes provinham de diversas origens e ocupações anteriores, o que sugere que havia diversidade tanto em termos raciais quanto em termos de classe entre os membros da polícia administrativa¹²⁰.

O uso da desculpa do barulho de uma conversa para ameaçar duas famílias negras à porta de uma casa, permite compreender a funcionalidade dos referidos mecanismos. Quando

¹¹⁹ “O Regulamento da polícia administrativa demonstra maior preocupação do poder público com maneira de controlar a desordem urbana”: MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, p. 220. Ver também: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

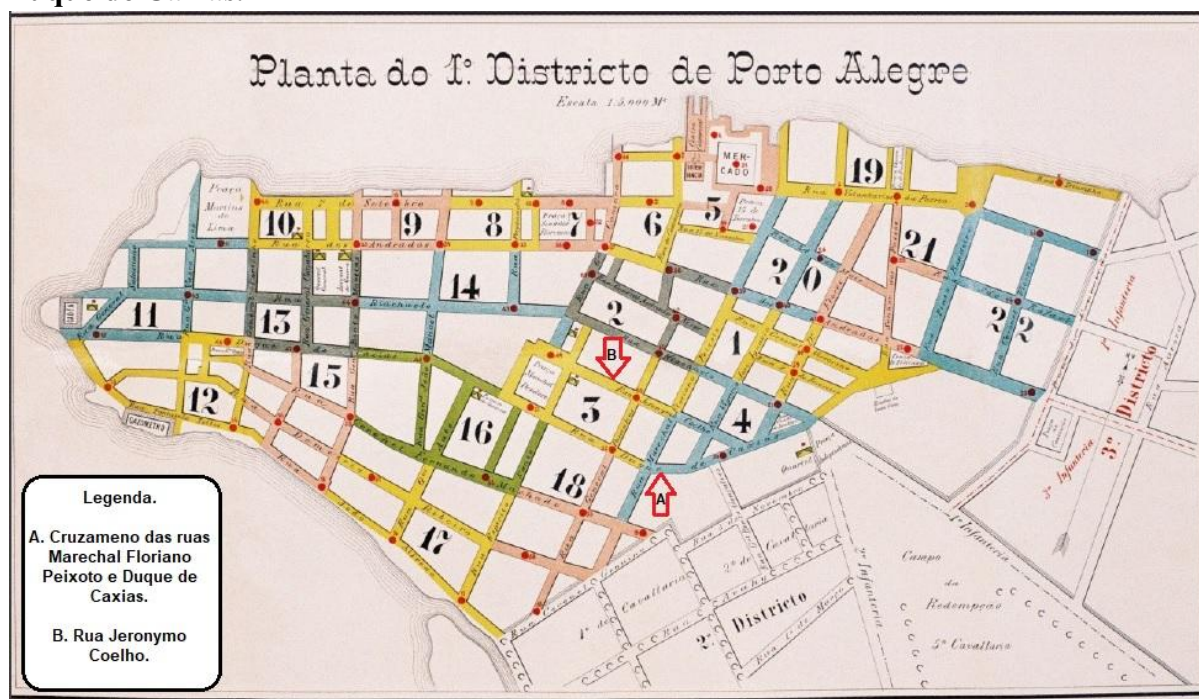
¹²⁰ Dados levantados por Cláudia Mauch apontam que em parte os profissionais de segurança advinham de profissões das classes desfavorecidas como operário, pintor, mineiro, entre outras. MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e polícias em Porto Alegre, 1896–1929*. 282 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p.265 – 266.

se observa, a partir de uma comparação dos dois fatos, nota-se que eles não possuem uma ambiguidade, na verdade, eles podem até ter um teor sinônimo, já que, a meu ver, as duas demonstram a quem serve a instituição policial da cidade de Porto Alegre. Não importa se suas atividades estejam no âmbito público (Na frente de uma casa) ou privado (Dentro de sua residência), a serventia da guarda estava ligada ao poder de estabelecer um controle sobre os corpos das pessoas negras. Há um desejo de dizer que existe uma sutileza ao comparar ações distintas e perceber suas proximidades, só que isso ocorre quase como o soar do toque do atabaque já tarde da noite. Os dois casos, são levados ao espaço do público e da rua através dos usos dos sons, pois o ato gritar tem como função o vexame, o achincalhamento e o de causar desconforto, resguardando até mesmo a similaridade nas palavras berradas pelos inspetores que, sempre demarcavam a cor dos sujeitos, e o uso da adjetivação que dá destaque à cor dos sujeitos, o que pode demonstrar que essa era uma das permissões para que agissem daquele jeito.

Mais uma vez a dicotomia Branco x Negro é encenada. O teor da fala do inspetor aponta para quem servia a proteção policial, só que não somente para isso, diz também como a dinâmica da cidade era produzida para ser ocupada pelo silêncio das pessoas negras e então entra-se nas diferenças entre os fatos na casa de Dona Maria do Brochado e do Senhor Sabino. Na ação policial liderada por Procopio, as pessoas são obrigadas a saírem do silêncio, na do inspetor Justino ele tenta impedir a fala. Um violenta ao trazer para a rua, o outro agride ao mandar entrar, porém, o que essas cenas podem compor no imaginário pode responder o tratamento diferente nas duas ações.

Uma habitação coletiva, outra habitação unifamiliar, numa praticava o toque do atabaque, na outra apenas uma conversa, na primeira trabalhadoras da manufatura, na segunda um dono de carroças, em uma a coletividade de diferentes pessoas, em outra duas famílias. Compreender como as caracterizações diferem e funcionam desigualmente é preciso para entender a distinção no tratamento, mesmo que haja violência nos dois apenas no primeiro as pessoas foram levadas presas. Em uma concepção moral, existem os que são mais passíveis de condenação, ao averiguar os dois cenários sabe-se quem são os mais distantes das regras morais estabelecidas pela sociedade porto-alegrense, logo sendo ainda mais permissiva a violência sobre eles(as). Porém, nenhum dos dois cenários está livre dos mecanismos de violência perpetrados na cidade.

Figura 6: Ruas Jeronymo Coelho e Cruzamento da Marechal Floriano Peixoto com Duque de Caxias.



Fonte: Reprodução da Tese de Cláudia Mauch p.144¹²¹

Analisar o caso da família do Sr. Sabino, pelos mesmos conceitos utilizados para problematizar o de Dona Maria do Brochado, talvez não seja suficiente, pois estes funcionam de modo diferente, na Rua Jeronymo Coelho a violência policial recorre ao colocar fora do campo de visão, silenciar as vozes e restringir o espaço. Duas famílias negras à porta de casa sem cometer nenhum delito, vivendo sua vida normalmente, se fossem colocadas à vista representam que papel?

No exercício de imaginação, aquela reunião seria algo normal, só que é justamente por estar nos parâmetros de normalidade que ela passa a ser mal vista, ao ser algo que difere da intenção e do desejo desses agentes, mas também daquela sociedade, já que a imagem de uma família é considerada algo positivo. Logo, não poderiam duas famílias negras estarem a assumir tais papéis na cidade de Porto Alegre, consumindo-a como cidadãos livres que eram. Sendo assim, o conceito que pode ser melhor mobilizado é o de *enquadramento*¹²².

¹²¹ MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e polícias em Porto Alegre, 1896–1929*. 282 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011,

¹²² “O enquadramento que busca conter, transmitir e determinar o que é visto (e algumas vezes, durante um período, consegue fazer exatamente isso) depende de condições de reprodutibilidade para ter êxito. BUTLER,

O enquadramento depende de um grupo de normas e valores constituídos socialmente. Essas normas e valores estão relacionados à forma como a sociedade formula e percebe os grupos sociais que a compõem, criando uma noção do que é considerado normal e excluindo aqueles que estão fora do padrão. Além disso, o enquadramento é uma operação de poder. Um exemplo disso pode ser observado na cena produzida por Procopio, em que os presentes contribuem para a criação de símbolos visuais que reforçam a perspectiva dominante. No entanto, quando há uma tentativa de criar um símbolo que difere das expectativas em relação às pessoas negras, como o encontro de duas famílias, a ação policial impede que isso seja visível para todos. Isso demonstra, como o regime de visibilidade é utilizado para esconder e manter os enquadramentos estabelecidos na sociedade.

Ao cruzar os três conceitos: regime de visibilidade, comércio do olhar e enquadramentos, percebe-se como o olhar foi constituído e direcionado nos dois casos, mais ainda, é possível notar que os olhares tinham um objetivo de fechar a representação das pessoas negras em algo negativo. Para estabelecer um enquadramento, tudo o que divergia dele era considerado inaceitável e não deveria ser permitido, enquanto aquilo que estava dentro desse enquadramento era exibido e observado por todos. Dessa forma, a sociedade negociava o modo como olhava para aquelas pessoas, construindo uma imagem ou, melhor dizendo, um quadro no qual não desejava que elas escapassem. Quando alguém fugia dos limites impostos por esses enquadramentos, deveriam ser prontamente relegados à sombra, escondidos novamente.

Fechados em uma moldura, as pessoas negras, estariam enclausurados numa invenção criada por um olhar exterior, só que isso não é tão novidade como parece ser, muito pelo contrário, essa é uma das tecnologias mobilizados pelo colonialismo que estava sendo continuada e atualizada, pois como diz Achille Mbembe: “O poder da colônia consiste, pois, fundamentalmente, no poder de ver ou de não ver, de ser indiferente, de tornar invisível o que se não faz questão de ver.”¹²³.

Dessa maneira, temos a percepção de como o olhar é construído, como o ver/ouvir é imaginado e como as dinâmicas de poder e de controle passam pelas formas de observar. A imagem das pessoas negras sofre uma tentativa de aprisionamento. Assim, ao usar o conceito de enquadramento proposto por Butler é como ela mesmo diz, existe sempre algo que escapa

Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 1 ed^o. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. P.25 – 26

¹²³ MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018. (p.199)

pelas molduras desse quadro¹²⁴, só que ao mínimo sinal de fuga a instituição policial está lá para manter o controle da imagem e da imaginação, efetuando a manutenção ou atualização dos signos criados por um regime do olhar. Se considerarmos que havia um repertório ampliado das formas pelas quais os corpos negros estavam enquadrados em determinados regimes de visualidades, cabe também trazer nesta conversa o conceito de “iconosfera colonial” que o historiador Leandro S. Bulhões de Jesus¹²⁵ mobiliza em sua pesquisa sobre produção, circulação e consumo de imagens (especialmente imagens fílmicas) em Angola, no período colonial. Com esta expressão, o autor está interessado em compreender as diferentes formas que o colonizador encontra de fazer circular determinadas referências imagéticas aos corpos negros, em estratégias de longa duração, perpassando múltiplas linguagens. Na Angola das primeiras décadas do século XX interessava aos portugueses reiterar narrativas de inferioridade, animalização, infantilização e passividade dos africanos. E do lado de cá do atlântico, no sul do país?

3.3. “Indivíduos que pela cor da epiderme e a bela perspectiva do traje, estão imunes da correção policial”: rompendo os quadros ou refazendo o olhar.

Analisadas as formas de olhar que regem as práticas sociais de violências experimentadas pelas pessoas negras na cidade de Porto Alegre, existe ainda na escrita dos intelectuais d’O Exemplo, a possibilidade de problematizar uma contravenção sobre esse regime de visibilidade, iconosfera colonial ou o que estamos aqui entendendo como enquadramento e seu comércio da visão, em diálogo com Fanon, Mbembe, Jesus e Butler.

Baseado na obra dos autores presentes nas páginas do jornal foram acessados suas reclamações, suas rugas com a instituição policial, o funcionamento de uma violência cotidiana contra a população negra da cidade e como esses casos fazem com que se perceba a construção de um modo de ver as pessoas negras, junto disso, está também o modo de tratamento destinados a elas e como isso reverbera nas formas de violência, até aqui propagadas pela polícia local. Só que a escrita no periódico cria a possibilidade de pensar em outra coisa. Como foi mobilizado pelos jornalistas a chance de ver além dos quadros, ou melhor dizendo, como eles enquadram o enquadramento¹²⁶?

¹²⁴ BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 1edº. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

¹²⁵ JESUS, Leandro S. Bulhões de. *Imagens em Angola, Imagens da Memória: cinemas, marcas e descobertas (Tempos das lutas anticoloniais, tempos das independências)*. 333 f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2013.

¹²⁶ “Enquadrar o enquadramento parece envolver certa sobreposição altamente reflexiva com campo visual, mas na minha opinião, isso não tem que resultar em formas rarefeitas de reflexividade. Ao contrário, questionar a

Ao ler as três matérias trabalhadas neste capítulo, fica nítido que a construção narrativa do jornal ultrapassa o estilo do registro do acontecimento em si. Nelas, houve uma preocupação de construir uma imagem detalhada do fato, escolhendo minuciosamente as palavras e trazendo para o centro da narrativa pessoas que passavam despercebidas. O quadro imaginado a partir do olhar dos jornalistas do referido jornal, desenha uma imagem diferente da pré-estabelecida. Seu modo de ver seria como observar o mesmo acontecimento por outro ângulo, atento principalmente aos personagens que constroem o quadro, porém ligados no que estes carregam para além das molduras. Assim, as pessoas que aparecem na história de Maria do Brochado e do Sr. Sabino, são parte das pinceladas que ajudam a redesenhar as formas de ver.

O “desenquadramento” se dá justamente quando, ao construir seu modo de ver as cenas do cotidiano da cidade de Porto Alegre, os jornalistas passam a notar como se tentou perfilar as pessoas negras, como essas pessoas estão fadadas ao esforço de serem aprisionadas a um imaginário negativo. Ao ser observado que, até mesmo uma reunião familiar poderia ser taxada de “baderna” pela guarda. Logo, ao “descontaminar” o olhar coletivo, com uma narrativa que ataca, não mais as vítimas das práticas de violência cotidiana, mas, sim, jogando os holofotes sobre aqueles que são os agressores e fazendo com que o foco seja destinado para outro lugar. Foi assim que os intelectuais pareciam tentar romper os quadros, em jogos conscientes de contra narrativas e de medidas de auto inscrição e de descolonização do olhar, por meio de outras pedagogias do visível.¹²⁷

Os novos holofotes criados nas páginas do jornal, carregam uma íntima ligação com as atualizações das tecnologias coloniais, compreendendo como tecnologia, não apenas as máquinas produzidas no tempo, mas sim as instituições, as ciências, a linguagem, etc. Essa atualização, é feita pela maneira como essas “novas” ferramentas propagam valores próximos aos estabelecidos pelo colonialismo, sendo aqui, o mais perceptível a tentativa de aprisionar as pessoas negras em uma imagem negativa. Nos acontecimentos citados acima, é possível perceber como a guarda administrativa foi uma dessas tecnologias, já que, a mesma, serviu para enquadrar a “população de cor”, sendo enquadrar¹²⁸, não mais só o ato de alocar um olhar específico, só que também, a forma de abordagem aos gritos e berros, com truculência e

moldura significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena que propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível. Ibidem P.23 – 24.

¹²⁷ JESUS. op. cit.

¹²⁸ A palavra enquadrar é usada quando uma ou mais pessoas são paradas pela polícia atualmente, ou seja, quando digo fui enquadrado pela polícia, estou afirmando que fui parado/abordado por ela, assim considero que o enquadramento nos dois sentidos.

de forma humilhante, prática que ainda persiste nas polícias atualmente quando abordam pessoas negras e pobres.

Se essa forma de ver estava presente nas instituições de segurança, logicamente estaria presente na sociedade, não cabendo a ingenuidade de pensar que apenas a guarda era responsável por propagar as ações violentas. Assim, no dia 17 de julho de 1904, foi escrito o artigo *Ao Sr. Dr. Intendente*, que estava na coluna chamada *Notas semanais*¹²⁹. No caso do Sr. Sabino, os jornalistas apresentaram a notícia na parte do jornal destinado a tratar da vida cotidiana, para falar da violência sofrida pela população negra. Fica agora, ainda mais explícito que para eles aquelas práticas faziam parte do cotidiano da cidade, já que o acontecimento será exposto na coluna destinada a publicar fatos que ocorreram durante a semana na cidade de Porto Alegre, pois como seu nome mesmo diz foram notas semanais. Percebe-se que, mais uma vez, os editores mantiveram uma diagramação voltada para debater os casos de violência na parte do jornal que falava sobre o dia a dia da cidade. Sendo assim, tornou-se recorrente na escrita dos colaboradores d'O Exemplo, ao longo dos anos, o que pareceu uma tentativa de instituir reflexões sobre o assunto e colocá-lo ao seu público. Sabendo disso, é preciso observar o conteúdo do artigo.

Na esquina de uma das ruas mais transitadas de Porto Alegre, cidade que passa por ser a melhor policiada do Brasil, as nossas famílias são estupidamente insultadas com chufas e grosserias e ditos obscenos, sem terem e nem poderem contar com a intervenção protetora dos agentes da guarda administrativa, a fim de cessarem tão abomináveis abusos; pois os seus atores são indivíduos que pela cor da epiderme e a bela perspectiva do traje, estão imunes da correção policial por serem julgados da alta sociedade.

Nos informaram que sob o irrisório pretexto de serem estudantes, são capitulados como fraquezas da mocidade esses delitos de lesa civilização: não acreditamos em semelhante balela, pois não podemos admitir que membros de uma classe de quem depende o destino da humanidade, conforme o ramo de estudo a que cada um se dedica, baixem a prática de atos tão revoltantes que envergonha-se-ia de cometer-os qualquer engraxate desocupado ou baleiro sem educação.

Só indivíduos desclassificados procedem como os que nos inspiram essas linhas.

E o caso da noite de sábado, 9 do corrente, uma matula de garotos encasacados, postado à esquina da rua Marechal Floriano e Duque de Caxias, aguardava uma ocasião, como de costume, de exibirem os vistosos padrões de sua educação, ridicularizando a seu talante os modestos transeuntes, quando, ao avistarem uma família numerosa que vinha em direção à cidade baixa, um dos da troça deu o grito de alarme dizendo:

- Lá vem o *farrancho* de negras, alerta!
- Com certeza vão para algum *sorongo* na Floresta Aurora, respondeu outro, corrompendo a frase, para fazer *espírito*.

¹²⁹ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Notas Semanais*, p.2. 17 de julho de 1904.

E prorromperam em um apurada medonha contra a pobre e indefesa família que, transitando sem se fazer acompanhar pelo seu chefe, por ser cedo ainda, só teve por si o bom senso que a aconselhou a sofrer resignada, cabisbaixa o menosprezo pulha, para evitar ser vítima de maior tropelia; pois o agente que estava, fez ouvidos de mercador e foi tratando de se pôr ao fresco, tomando rumo oposto ao que se dava condenável agressão.

Ora, Sr. Dr. Intendente municipal, é doloroso pensar que não somos excluídos, por sermos pretos e de posição modesta, do pagamento de todos os impostos, e, no entretanto, somos selecionados quando necessitamos do provento da justiça para a qual contribuímos!

Amparamos pelo espírito de justiça imparcial que imprime a todos os vossos actos, estamos certos que, chegando ao vosso conhecimento os factos que expomos, providenciareis no sentido de coibir a continuação de tão degradantes e vexatórios desacatos.¹³⁰

Como o título sugere, a matéria escrita tem um destinatário específico e foi o Intendente da guarda administrativa do município de Porto Alegre. É apresentado ao oficial da guarda um delito cometido na rua Marechal Floriano com Duque de Caxias, no qual um grupo jovens brancos insultam um grupo de pessoas negras, mais especificamente, uma família negra que estava indo rumo a Cidade Baixa. Localidade que, na época, abrigava a redação do jornal e também a sede da Sociedade Floresta Aurora, sociedade que parece ser qual a família estava se dirigindo. Naquele momento, um grupo de moços, “bem educados”, resolveu atacar aos gritos e xingamentos, uma família que seguia seu rumo, para ir ao baile, na noite de sábado, é atacado sem que nada fosse feito em sua defesa pelo agente da guarda que presenciou o fato.

Ao ler a matéria dá para observar como os personagens aparecem na notícia, como os papéis de cada um são expostos e que ali há um olhar “incomum”. Veja quem aparece na notícia e como ganham destaque já no primeiro parágrafo: a instituição policial representada pelo tom de ironia da fala “[...] cidade que passa por ser a melhor policiada do Brasil[...]”, a instituição familiar a partir “[...] as nossas famílias[...]” e a terceira instituição representada pela branquitude “[...], pois os seus atores são indivíduos que pela cor da epiderme e a bela perspectiva do traje, estão imunes da correção policial por serem julgados da alta sociedade.”. Todas essas já surgiram ao menos uma vez nos textos trabalhados anteriormente até aqui, a novidade será como foi desenhada a função de cada uma. No decorrer da exposição as instituições são afuniladas pelas representações dos sujeitos que correspondem a cada uma delas, a polícia é o guarda administrativo, a família são o grupo de pessoas negras que descem rumo a cidade baixa e a branquitude foram os jovens estudantes brancos reunidos numa “troça”.

¹³⁰ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Ao Sr. Dr. Intendente*, in: Notas semanais, p.2. 17 de julho de 1904

Na notícia cada um cumpre seu papel, a família em um dia comum de festa, desce a rua rumo a sociedade dançante, na qual iria encontrar seus conhecidos e o próprio chefe da mesma, que pelo horário ainda estava no trabalho, considerando que estivessem indo mesmo para a Sociedade Floresta Aurora. É possível dizer que era um programa habitual daquelas pessoas, já que aos sábados era costume das famílias negras irem aos bailes que aconteciam na sede da associação.

Felipe Rodrigues Bohrer, em sua pesquisa intitulada “A música na cadência da História”, revela que as associações negras da cidade não apenas promoviam bailes, mas também tinham suas próprias bandas. Essas associações eram responsáveis por organizar eventos sociais e culturais que contribuía para o desenvolvimento da vida social das pessoas negras e proporcionavam momentos de lazer, mais do que isso, ele nos conta que os clubes sociais eram espaço de circulação de diversos músicos porto-alegrenses, porém os bailes não se limitam a promoção do divertimento, para ele também eram espaços da promoção de uma identidade coletiva¹³¹.

O jornal O Exemplo, uma das principais fontes utilizadas pelo autor, frequentemente divulgava eventos dançantes e até mesmo narrava os bailes em seus artigos¹³². Parece que as associações negras de Porto Alegre tinham como um de seus objetivos a promoção da produção artística, pois teatro, saraus dançantes e outras formas de expressão artística faziam parte das cerimônias realizadas por seus membros. Logo, ao que tudo indica a promoção das festas nos grupos associativos negros era algo conhecido pela sociedade porto-alegrense.

Sendo isso, algo que acontecia cotidianamente como aponta o relato, pois eles estavam “[...] como de costume[...]” naquela esquina. Por fim, o guarda que como manda o figurino de todo policial fazia sua ronda rotineira e andava pelas ruas “[...] da cidade que passa por ser a melhor policiada do brasil[...]”. Aparência que faz com que as pessoas se sintam seguras para transitar sem ser vítima de qualquer violência. Um dia como qualquer outro nas ruas de Porto Alegre, até que houve um encontro de todos os citados e é assim que a dinâmica da função de cada um é modificada no fato.

Na esquina da rua Marechal Floriano com Duque de Caxias, a violência toma forma e um bando de garotos começa a gritar e provocar uma família que ali passava. Ao descrever a cena, poderia muito bem não especificar quem eram aqueles sujeitos. Mas, a escolha de deixar bem nítido cada um dos personagens é que caracteriza o que chamei de olhar

¹³¹ BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da História: Raça, Classe e Cultura em Porto Alegre no Pós-Abolição*. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciência, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

¹³² O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Salões* p.2, 05 de setembro de 1909.

“incomum”, digo incomum não partindo do conteúdo do jornal em si, mas como os olhares funcionavam dentro daquela sociedade e seguindo normalmente um regime de olhar, porém os intelectuais que escreveram O Exemplo, já demonstraram, anteriormente, na sua escrita a construção de uma forma de ver que não corrobora com esse modo de olhar. Assim, ao detalhar o fato, o escritor apresenta ao leitor quem eram os violentadores e a quem foi destinada os atos de violência. Imagine que não houvesse ali a descrição de cor e de classe dos presentes no acontecimento, é bem provável que seria uma notícia que não teria destaque em jornal algum, porém ao apresentar as especificidades faz com que o tema tenha relevância para o jornal negro, sendo que dificilmente teriam visibilidade em jornais que não fossem da imprensa negra.

Nos casos analisados anteriormente, os atores que cometiam a violência eram os agentes da guarda administrativa. No *Ao Sr. Dr. Intendente*, é um grupo de jovens estudantes brancos, que foram acusados de serem os agressores e, mais uma vez, as pessoas negras o alvo da agressão, sendo que o modo de operar a violência tem semelhanças com o praticado pela polícia em outros momentos.¹³³

A primeira semelhança é a maneira com que as palavras foram utilizadas, aqui foi proferida “farrancho de negras”, significando farrancho: grupo de pessoas que se dirigem a uma festa. Por hábito, tanto de estarem naquela esquina, como provavelmente por saber também que famílias negras frequentam sociedades dançantes na Cidade Baixa, demonstra-se, mais uma vez, que casos como esses por mais que pareçam ocasionais, na verdade, foram premeditados, assim, como na invasão a casa de Maria do Brochado. Para complementar, os autores da agressão demonstram realmente conhecer o costume de ir aos bailes, pois, é dito: “-Com certeza vão para algum *sorongo*¹³⁴ na Floresta Aurora.”. Sorongo é um tipo de dança e a Floresta Aurora é uma das principais associações negras de Porto Alegre.

A segunda semelhança é que dos três casos citados, todos ocorrem em via pública, com os gritos sendo destinados às pessoas negras, em todos também há claramente a intenção

¹³³ Cláudia Mauch aponta que casos de arbitrariedade policial já haviam sido denunciados em 1897 e de sua sistemática perseguição a pessoas pobres e negras. MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992. p.221

¹³⁴ Sorongo segunda pesquisa feita no Google tem duas significações. A primeira dança brasileira de salão, de origem espanhola, pertencente ao tipo do fandango e revelando características coreográficas da *jota* e do bolero, conhecida na Bahia no século XIX e a segunda sendo dança de origem africana, do tipo do batuque ou do samba.

Disponível

em:

<https://www.google.com/search?q=sorongo+significado&oq=sorongo&aqs=chrome.69i59j46i512l2j46i10i512l2j69i60l3.3840j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> Acesso: 21 de novembro de 2022.

do enxovalho, como dito pelo escritor do *Batida nojenta*. Ao observar o que ocorreu na esquina das ruas Marechal Floriano e Duque de Caxias, Rua Duque de Caxias, nota-se que a prática antes só realizada através da autoridade da guarda administrativa, passou as mãos e bocas das pessoas comuns que se achavam no direito de importunar uma família a luz do dia. Visto que, a própria instituição policial já fazia o mesmo, obviamente, os jovens estudantes consideravam que nada seria feito contra eles.

Aqui lembro do que escreveu João Francisco da Silva em *Verdades Cruas*, dizendo que “a letra da lei era morta quando tratava dos direitos dos pobres e das pessoas de cor” e é justamente no terceiro elemento de semelhança que isso surge de maneira mais latente. A função da guarda administrativa, era, supostamente, o de proteger as pessoas, coisa que como se observa não era bem assim, pois na rua Jeronymo Coelho foi dito que “negro não pode falar alto enquanto branco pensa em dormir”.

Desse modo, se nos casos anteriores foi a ação policial que revelou as diferenças de tratamento, neste se percebe justamente pela ausência de ação frente ao ocorrido, pois o agente vendo e ouvindo aquilo na rua Marechal Floriano com Duque de Caxias, resolveu se dirigir na direção oposta.

Para romper os quadros é necessário também refazer o olhar, visto que a proposição dos intelectuais tinha como objetivo modificar a noção do que seria ser negro dentro daquela sociedade, para isso a carta *Ao Sr. Dr. Intendente* é de grande relevância. Nela a figura do enquadramento é modificada de lugar, agora não são mais as pessoas negras na mira do olhar, mas, sim, a guarda administrativa e a branquitude. Eles que passam a carregar valores negativos, são as duas instituições que acabam sendo representadas por indivíduos, sendo também os que deveriam estar passível do ato de condenação da opinião pública, não que as matérias anteriores não fizessem o mesmo, só que agora, as figuras estão mais nítidas ao olhar, essa nitidez surge no juízo de valor elaborado pelo próprio escritor quando diz: “Só indivíduos desclassificados procedem como os que nos inspiram essas linhas.”. Logo, houve uma inversão e quem agora estava sobre os holofotes, não eram apenas as pessoas negras, ele redirecionou a visibilidade também para aqueles jovens brancos que naquele instante representavam a branquitude.

Os atos condenáveis não partiam mais da autoridade policial, mesmo que essa tivesse sua parte naquela violência, agora a prática vinha de pessoas que deveriam supostamente possuir uma boa educação. Ao imaginar um enquadramento feito pela sociedade sobre aqueles estudantes, o que se observaria?

Nada do que foi dito pelo O Exemplo se aproximaria da descrição deles, e ninguém ousaria compará-los a escória, pois seus atos eram considerados “fraquezas da mocidade” e “delitos de lesa civilização”. Ao tomar essa atitude e expor suas reflexões nas páginas do jornal, os escritores reforçam sua postura de recalibrar os modos de percepção, demonstrando atos rudes que deveriam ser punidos, que estavam sendo cometidos por jovens brancos, o que colocava em questionamento os valores daqueles indivíduos.

Ao refazer o olhar sobre certos acontecimentos, os periodistas do jornal “O Exemplo” estão conduzindo um processo mais longo de ressignificação de si e das coletividades negras por meio do direito à autoinscrição. Eles também eram pessoas negras. Para adentrar nessa discussão é preciso trabalhar diretamente com o uso da linguagem e como existe uma ligação com a elaboração do *Substantivo negro* nas páginas do periódico.

4. “NÃO PERTENCERÃO OS PRETOS AO MESMO GÊNERO HUMANO DOS BRANCOS?” – SUBSTANTIVAÇÃO DO NEGRO.

Os autores do jornal O Exemplo demonstraram uma preocupação durante sua trajetória: como a imprensa de Porto Alegre produzia notícias entre as quais estivessem envolvidas pessoas negras. Não bastando a violência policial, que parecia ser uma prática cotidiana da cidade, o jornalismo seguia, ao seu modo, produzindo violências nas suas páginas também. Porém, isso não passou despercebido pelos intelectuais do referido jornal. Eles acabaram por construir um mecanismo de análise do modo de fazer imprensa daqueles jornalistas.

Sendo assim, o capítulo inicia-se com o diálogo entre Candido Manecá de Oliveira e Carlos P. de Moraes. O primeiro foi um autor d'O Exemplo e, ao receber uma carta de Carlos P. de Moraes, um leitor do jornal, transcreve parte dela em seu artigo, juntamente com uma resposta ao remetente. A “conversa” dos dois é justamente sobre o tema do terceiro capítulo: como a imprensa de Porto Alegre, de um modo geral, empregava as palavras ou, mais especificamente, como o termo “creoulo” aparecia nos jornais da cidade e quais suas possíveis intencionalidades. Para isso, o jornalista Candido Manecá de Oliveira chega até mesmo a recorrer a um gramático, o qual lhe cede explicações sobre os significados da palavra, porém ele não se contenta com a explicação e vai mais a fundo na questão, realizando sua própria interpretação sobre aquela escrita, válido salientar que tais discurso que estereotipam pessoas negras continuam em voga na sociedade brasileira até os dias atuais.

Para aprofundar o conhecimento sobre os termos utilizados pela imprensa porto-alegrense para tratar de pessoas negras, analisei também o jornal A Federação, na época considerado veículo de imprensa do Partido Republicano da cidade. A escolha de incluir o jornal é feita por buscar compreender como eles mobilizaram termos referentes à cor, pensando quais seriam as motivações do seu uso e quais palavras eles utilizavam para fazer tal referência. Assim, novas camadas são abertas na pesquisa e analisam como o jornal A Federação usou terminologias que designavam a “cor” ao escrever notícias referindo-se à comunidade negra local, algo que foi mal visto pelos jornalistas d'O Exemplo e era um tema presente em seus debates.

Por fim, trabalho com o conceito *Estilo de Senzala*¹³⁵, elaborado pelo jornalista Silva Felisardo, esse que o jornalista atribui como sendo o modo de escrever dos jornais, os quais usavam da substantivação do adjetivo “negro” para formar imagens negativas para as “pessoas de cor”. Ao que tudo indica, os intelectuais d’O Exemplo possivelmente perceberam a produção do *substantivo negro* no Brasil, não só o notando, mas também o combatendo em sua escrita.

4.1. *Implicâncias*: Linguagem e imprensa na cidade de Porto Alegre

Há dias implicando com um termo muito usado pelos nostálgicos da escravidão, consultei alguém que tem fumaças de gramático, e este alguém satisfaz a minha curiosidade.

A palavra está ensinando: — crioulo, chamava-se o filho do escravo, nascido e criado na casa dos senhores: o crioulo de fulano, o meu crioulo, o crioulo Paulino, do compadre; isto no tempo da monarquia, quando havia escravos: hoje, é muito empregada quando nos referimos aos cavalos sem partes de sangue estranho, que os chamamos de cavalos crioulos.¹³⁶

Candido Manecá d’Oliveira foi o escritor do quadro citado acima, chamado de *Implicâncias*, na edição d’O Exemplo do dia 31 de julho de 1904. Tal matéria tomou praticamente quatro colunas inteiras da folha¹³⁷, o que parece demonstrar sua importância para os editores do jornal, já que teve quase uma página inteira dedicada a ela. Esse quadro, em resumo, vai se concentrar principalmente no uso da palavra “crioulo”, o qual vinha antecedendo os nomes de pessoas negras em edições do Jornal do Commercio. O autor do escrito traz na coluna o que considerava as motivações dos usos daqueles termos.

É indispensável salientar alguns pontos do trecho acima: Candido Manecá de Oliveira foi procurar um especialista em língua portuguesa, o qual apresentou a ele as definições da palavra “crioulo”. Uma das definições ligava o termo ao tempo da escravização, que já havia findado, segundo o gramático; e outra ligava a palavra à caracterização de espécies de cavalos. Além desses dois significados, o especialista ainda apresentava uma justificativa para a utilização de tais termos, afirmando que algumas pessoas o empregavam para se referir a si mesmas, dizendo serem “creoulo de Santa Catarina e creoulo de tal lugar”. Por fim, diz

¹³⁵ A escolha de *Estilo de Senzala* pode parecer ao leitor um tanto contraditória, pois quem escreve nesses moldes são aqueles que foram os senhores de escravizados, mas ao que tudo indica é uma metáfora que diz a nós leitores d’O Exemplo que não eram as pessoas negras que se mantinham presas aquelas estruturas de dominação, mas, sim, justamente aqueles que ainda almejavam a manutenção daquela estrutura, por isso seriam agora eles que estavam presos nas senzalas de sua própria imaginação.

¹³⁶ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Implicâncias* (p. 1-2). 31 de julho de 1904

¹³⁷ Esta edição do jornal O Exemplo foi composta de três páginas, cada página com 4 colunas. O quadro *Implicâncias* ocupou praticamente uma página do semanário, começando na última coluna da primeira página e finalizando na terceira coluna da página dois, dado que demonstra o interesse que os editores da folha tiveram nessa matéria específica.

que o emprego do termo “não é por mal, é devido ao hábito adquirido no tempo da escravatura”.

Após a resposta dada pelo gramático, Candido o confronta: “Não é por mal!... Ora essa!... Resmunguei com meus botões; que seja um hábito de escravocratas vencidos, vá lá; estão saudosos[...]”. Sendo assim, a compreensão do autor é que tal justificativa não cabe e que aquilo não foi apenas um hábito dos “escravocratas vencidos”. Seria, ao contrário, um saudosismo aos antigos senhores de escravizados. Ao pensar sobre a interpretação apresentada pelo autor e em diálogo com ela, considero que o termo carrega mais sentidos do que a sua aparente definição gramatical. Temos aqui, então, o que parece ser uma percepção temporal da palavra e da maneira com a qual ela está sendo utilizada que, supostamente, recorre a um passado calcado na escravização, e de um sentimento de nostalgia, afirmando que: “[...] é um desaforo aviltante o epíteto de crioulo por descendermos de africanos pretos”, e que “[...] parece que há a velada intenção de nos enxovalhar por termos escapado das garras ferozes do sanhudo cativo [...]”. As escolhas daquelas palavras aconteciam mesmo “sendo o nosso idioma tão rico de adjetivos para definir os sentimentos pessoais”, e “alimentam no entretanto o preconceito de cores com estilo rústico”. Assim, o jornalista, ao apresentar suas considerações sobre o uso da linguagem em outros jornais, acaba caracterizando-as como “desaforo”, com “intenção de enxovalhar”, e que “alimentam o preconceito de cores”, entre outras, para condenar seu uso contínuo por parte da imprensa.

A primeira definição do “gramático” perpassa uma noção de ligação temporal com o período escravocrata e monárquico brasileiro, ambos que, na legislação, já deveriam ter sido superados. A segunda definição é tão pertinente quanto, pois, como explica o “especialista”, a palavra também era “empregada quando nos referimos a cavalos”. Sendo o português um “idioma tão rico”, por quais motivos utilizar a mesma palavra para pessoas e um animal de carga? Candido supõe, naquele momento, que ali havia uma “intenção de enxovalhar”. Diria mais do que isso, a referência ao animal é um dos objetivos dos epítetos cravados nos nomes desses homens e mulheres, pois a animalização era prática já conhecida dos “nostálgicos da escravidão”.

“O crioulo Manoel Carneiro dos Santos, aproveitando-se da ocasião em que Gregório Jorge, proprietário da casa de fazendas e miudezas, sita à rua Voluntários da Pátria n.193, achava-se no interior do prédio, penetrou em seu estabelecimento e furtou um par de calças.

O larápio foi preso em flagrante pelo agente n.75 que o levou ao posto de onde o major Louzada enviou ao coronel João Leite”

Porque desde o começo da notícia não disseram o larápio Manoel Carneiro?... Para saber-se da cor do indivíduo que cometeu má ação? Não, porque no mesmo número, em fato idêntico, vinha a seguinte notícia, onde não se fica sabendo a cor dos larápios.

Honorio da Silva morador à rua Andrade Neves n.41, esteve ontem no posto e queixou-se que no dia 7 corrente, deixando um saco com diversas peças de roupa usada e uma japona, depositados em casa do sr. Abrahão de tal, no Mercado, foram esses objetos roubados pelos indivíduos Henrique de tal e Henrique Hamman.¹³⁸

Seguindo na sua reflexão, o autor cita diretamente trechos do Jornal do Commercio. Transcreve, então, como a palavra “crioulo” é usada para definir Manoel Carneiro dos Santos, que teria furtado calças em uma loja da cidade, e em seguida traz outro caso de furto, agora cometido por Henrique de tal e Henrique Hamann, ambos na mesma tiragem. Porém, na segunda notícia, identifica que não está definida a cor dos que cometeram o ato do segundo furto. O jornalista que escreveu tal matéria teria escolhido fazer vista grossa para os Henriques. Devido ao fato de uns serem nomeados enquanto outros não são, principalmente por notar que tal distinção ocorre conforme vontade do escritor do Jornal do Commercio, o autor elabora uma comparação na maneira com que foram noticiados os dois eventos por um dos jornais da cidade.

Ao ver as diferenças de tratamento para pessoas que haviam cometido o mesmo delito, pois um tinha cor e outros não, o que motivou tal distinção, Candido Manecá de Oliveira questiona: “Se crioulo quer dizer cor preta, só há, para nós, uma vantagem nessa seleção, e é esta: saber se há pela cor da pele a tendência dos indivíduos para o crime; pois enquanto na primeira notícia se vê um crioulo, se conta na segunda dois ladrões incolores!”. Ao fazer tal afirmação o autor parece confrontar ideias ligadas a criminologia, elas que segundo Marcos César Alvarez¹³⁹ já circulavam no Brasil desde o final do século XIX.

É importante considerar como a linguagem é utilizada para construir significados e reproduzir relações de dominação. Se há uma tentativa de associar a cor das pessoas a julgamentos de valor, distinguindo entre aqueles de boa conduta e os de conduta reprovável, é possível analisar como esse processo ocorre. Gabriel Nascimento¹⁴⁰ destaca que a linguagem é um modo de materializar as formas de dominação, e é por meio da escrita, como a presente no Jornal do Commercio, que se cria uma imagem das pessoas negras. Conforme o autor do

¹³⁸ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Implicâncias* (p. 1-2). 31 de julho de 1904.

¹³⁹ A antropologia do crime no Brasil tem como referência principal Cesare Lombroso, ele vai ter suas ideias divulgadas e ensinadas por vários intelectuais do direito penal brasileiro no final do século XIX. ALVAREZ, Marcos César. *A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n° 4, p. 677 - 704, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000400005>

¹⁴⁰ NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

quadro *Implicância* aponta, algumas pessoas são definidas por sua cor, enquanto para outras a cor é considerada inexistente, atribuindo assim um significado à cor, já que a mesma parece perfazer uma intenção criminosa. Esse processo de escrita pode ser utilizado como uma ferramenta de poder para fortalecer estereótipos e relações sociais.

Parece existir, na linguagem usada pelo Jornal do Commercio, o que seria uma tentativa de enclausuramento do negro na imagem do criminoso, algo que foi notado por Candido Manecá de Oliveira. Ele observou até mesmo um regime de olhar que distingue muito bem quando usa as definições de cor para enquadrar o sujeito. Porém, esse enquadramento é modificado quando a posição social daquele que é mencionado se altera, mais especificamente quando o mencionado possui um cargo relevante e não faz parte das camadas mais pobres da sociedade.

Estão convencidos que o homem de cor só é gente, quando é *negro de estimação* que no mesmo número do jornal de que cortamos citadas notícias, encontramos esta outra:

“Completo, ontem, 30 anos de bons serviços de empregado do ministério da fazenda o nosso amigo Capitão Manoel Luiz de Magalhães, 1º Escrivão da delegacia fiscal [...]

Vamos lá!... Porque não disseram: “... o nosso amigo o capitão mulato Manoel Luiz de Magalhães?”¹⁴¹

O autor, então, expõe outra notícia que diz respeito à abordagem que o Jornal do Commercio teve acerca do Capitão Manoel Luiz de Magalhães. O “amigo” dos jornalistas é descrito sem que precise referir-se à sua cor, fato que, para Candido, se dá por ele possuir uma boa posição social e por contar com a simpatia dos jornalistas. De maneira que, quando se é ladrão, foi um “crioulo (logo passou a ter uma cor), quando foi um Capitão (mesmo sendo uma “pessoa de cor”), o é independente de sua cor, assim o *círculo infernal*¹⁴² dá as caras na escrita do Jornal do Commercio, pois como aponta Frantz Fanon a tentativa é de fechar o círculo em torno da ficção do negro, tentando tornar essa invenção intransponível para os sujeitos marcados por sua cor.

Ao analisar mais detalhadamente, nota-se que o jornalista d’ O Exemplo utilizou o termo “mulato” ao questionar a notícia do Jornal do Commercio. Ele faz uma observação sobre o fato do nome do Capitão Manoel Luiz de Magalhães não ter sido acompanhado por um termo que definisse sua cor. O autor sugere que o Jornal do Commercio, que era

¹⁴¹ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, Implicâncias (p. 1-2). 31 de julho de 1904.

¹⁴² “Quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor[...] Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal”. FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008, p. 122.

conhecido por usar termos relacionados à cor ao se referir às pessoas negras, poderia ter mencionado o capitão como “o nosso amigo o capitão mulato Manoel Luiz de Magalhães”, mas não o fez. Isso indica que O Exemplo reconhecia que o capitão era uma pessoa negra, enquanto o Jornal do Commercio, que costumava usar tais termos, preferiu não fazê-lo nesse caso específico. Qual seria o propósito desse tratamento diferenciado?

De fato, a escolha de tratar de maneira diferenciada o capitão Manoel Luiz de Magalhães no Jornal do Commercio não parece ser aleatória. Essa escolha pode estar relacionada à ideologia do branqueamento, que começou a se formar no final do século XIX. Kabengele Munanga¹⁴³ destaca que essa ideologia foi um dos principais obstáculos enfrentados pelos movimentos negros no Brasil, pois tinha como objetivo dividir as pessoas negras e impedir que elas reconhecessem sua própria identidade e processo de construção identitária. Ao tratar de forma distinta o capitão Manoel Luiz de Magalhães, o Jornal do Commercio demonstrou estar ciente de como produzir uma diferenciação entre aqueles que eram considerados “creoulos” e aqueles cuja cor não era necessária saber, mesmo que ambos fossem “pessoas de cor”¹⁴⁴.

Se “crioulo” foi usado para remeter à memória de um passado marcado pela escravização e por condições degradantes de animalização, também parece desejar colar à imagem das pessoas negras o indício de uma intenção criminoso e de condições sociais de subalternidade. Mais do que isso, afasta também uma imagem que poderia ser considerada positiva. No caso do Capitão Manoel Luiz de Magalhães, haja vista que o mesmo ocupava cargo de elevado prestígio, não cabia, assim, no seu nome, o epíteto de “crioulo”, pois ele era um homem que possuía uma distinção social e um cargo elevado na sociedade. Logo, é visível que esta foi uma tentativa de produzir uma *reificação colonial*¹⁴⁵, intimamente ligada

¹⁴³ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

¹⁴⁴ Em “Tornar-se negro”, Neusa Santos Sousa discute como a ascensão social muitas vezes implica em uma busca pela identidade com o ideal branco. Nesse sentido, a observação de que o Capitão Manoel Luiz de Magalhães foi tratado como um sujeito “incolor” pode indicar que ele era um dos indivíduos que alcançaram uma posição elevada naquela sociedade, buscando se distanciar de sua identidade racial negra para se adequar ao padrão dominante branco. Essa busca por ascensão social e assimilação aos valores brancos é um tema exatamente por Sousa em seu trabalho, refletindo as complexas dinâmicas raciais e sociais presentes na história brasileira. SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

¹⁴⁵“Esta reificação colonial mistifica o europeu, tomando-o como símbolo universal do humano, e aprisiona o colonizado naqueles referenciais fetichizados que se criaram para o Negro, esperando sempre deste que seja emotivo, sensual, viril, lúdico, colorido, infantil, banal[...] O mais próximo possível da natureza e distante da civilização. Quando não é exótico, ou inexistente em relação aquilo que se entende por humano, o negro é apresentado apenas como expressão de tudo o que é ruim”. FAUSTINO, Deivison Mendes. *Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”*. Londrina, p. 216 – 232, set. 2013. (p.221)

aos regimes de *enquadramentos* e ao *círculo infernal*, pois tudo que escapa ao enquadramento tem que ser capturado ou escondido, como foi apresentado no capítulo anterior.

O quadro *Implicâncias* não se encerrou por aí, e acabou por gerar a resposta de um dos leitores d'O Exemplo. Por volta das 9 horas da manhã, em algum dia da semana, que precederá a data de 28 de agosto de 1904, bateu à porta de Candido Manecá d'Oliveira um rapaz bem trajado. O morador não conseguiu reconhecer o moço que, pelas suas vestes, aparentava ser alguém do posto da guarda administrativa, o que nele causou “uma friagem pela espinha dorsal”. O sentimento ruim ao receber uma visita inesperada de um agente da guarda é bastante justificado, basta ver a maneira “querida” com que esses sujeitos agiram nos casos já citados aqui; mas, para felicidade do jornalista, naquele dia quem bateu à sua porta era um agente do correio que entregou uma carta de Carlos P. de Moraes leitor do jornal O Exemplo. Em seu conteúdo havia um cartão postal e uma edição do jornal Correio do Povo, no qual Carlos Moraes falava sobre uma notícia publicada no jornal que enviou a Candido com suas anotações.

Os motivos do destinatário ser Candido Manecá d'Oliveira foram, primeiro, por ele ser um dos jornalistas d'O Exemplo, e segundo, por seu quadro citado acima, pois a carta recebida por ele foi devido às suas provocações lançadas nas suas *Implicâncias*. O artigo publicado no dia 31 de julho de 1904 teve como mote principal questionar o porquê da insistência no uso da palavra “creoulo” por certos periódicos, como acabamos de acompanhar. O remetente, após ler O Exemplo, parece ter se deparado com uma edição do Correio do Povo, encontrando nela algo que o fez se sentir impelido a escrever sobre isso para o jornalista d'O Exemplo, dizendo que seus apontamentos na matéria anterior pouco teriam servido, já que a mesma prática se mantinha nos periodistas do Correio do Povo, poucos dias após ele falar sobre o emprego do termo “creoulo”. Desse modo, no escrito que vai a público em 28 de agosto de 1904, temos uma matéria formada em três vias: uma do leitor, uma do escritor e uma do Correio do Povo.

Não é sempre que um jornal expõe as cartas recebidas. Ao longo da pesquisa, que correspondeu a leitura de 130 jornais, em 9 anos, encontrei apenas duas vezes casos assim n'O Exemplo. Algo ainda supostamente mais único é o fato de tal carta ser endereçada diretamente à casa de um jornalista — e não à redação do periódico — tendo como tema assunto que se assemelhava com o que foi a público no artigo *Implicâncias*. A partir desses elementos, a notícia que presumivelmente motivou a escrita de Carlos P. de Moraes, é transcrita do jornal Correio do Povo para as páginas do jornal O Exemplo, e foi a seguinte:

“Às 7 horas da noite de ontem, na Doca, um marinheiro do vapor *Taquara*, de nome Claudio, espancou barbaramente, a facção, o creoulo Belarmino de tal, que ali trabalha como carregador.

Ao local da agressão compareceram diversos agentes municipais, que não conseguiram efetuar a prisão do agressor, por ter este se lançado ao rio.

O fato foi levado ao delegado e ao capitão do porto.”¹⁴⁶

Logo abaixo são colocadas as anotações de Carlos:

Ora, amigo Candido, esta gente do Correio parece que fica *doente*, quando passa muitos dias sem escarranchar no infortúnio de um pobre homem a delicadeza com que trata a nós outros, a quem ela menosprezadoramente chama de *creoulos*, a fim de expor, garbosa e altaneira, aos olhos da *creoulada* do Pimenta que *morre de amor* pelo *Correio*, o vistoso padrão de sua bonita educação.

A vítima da sanha do acelerado é tratada como um cavalo: “o creoulo Belarmino de tal”, apesar de ser um indivíduo trabalhador e de quem se sabe o nome...”¹⁴⁷

A opinião do remetente ainda seguiu questionando o porquê de o jornal não apresentar no seu texto “[...] a raça que pertence e quantos quartos de *sangue inglês*[...]”¹⁴⁸ o marinheiro possuía, na óbvia alusão ao tratamento dado a Belarmino. O texto de Carlos P. de Moraes mantém um teor questionador sobre os qualificativos usados pelo Correio do Povo e seu “civilizado redator”¹⁴⁹, e suas indagações se aproximam das produzidas n’O Exemplo anteriormente.

Provocado por uma publicação d’O Exemplo, um dos seus leitores, ao ter em mãos o jornal Correio do Povo, se sente instigado a lançar um questionamento sobre uma notícia difundida naquele semanário que, para ele, colocava em conflito os dois periódicos, pois, em uma edição anterior d’O Exemplo, havia elaborada uma crítica ao Jornal do Commercio nos mesmos moldes. A conversa desenvolvida na edição do dia 28 de agosto de 1904 abarca um tema que vem sendo circundado desde o início nesta pesquisa: a linguagem e seus usos. Por isso, o capítulo inicia com a análise do diálogo entre Candido Manecá de Oliveira e Carlos P. de Moraes, considerando que ele é bastante revelador para compreender a forma com a qual um intelectual d’O Exemplo pensou as questões envolvidas na grafia de termos referentes a cor: como ele questionava a produção jornalística da época em relação a sua escrita e o que ele levantava como sendo intenção daqueles escritores.

A notícia que desencadeou a discussão acerca dos termos utilizados fala sobre uma noite nas docas de Porto Alegre. Nela é contada a história da agressão que Claudio, um

¹⁴⁶ Transcrição da notícia do jornal Correio do Povo. In: O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Implicâncias*, p. 2. 28 de agosto de 1904.

¹⁴⁷ Transcrição do cartão postal de Carlos P. de Moraes. In: O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Implicâncias*, p. 2. 28 de agosto de 1904.

¹⁴⁸ *Ibidem*

¹⁴⁹ *Ibidem*

marinheiro, comete contra Belarmino, que trabalhava como carregador. Ao final, o atacante ainda escapa ao pular no rio, não sendo capturado pelos agentes municipais. Antes de entrar nos escritos de Carlos P. de Moraes e Candido Manecá de Oliveira, veja como foi apresentado o relato: Acerca de Claudio, o agressor, mesmo antes de ser nomeado, foi apresentada sua profissão e o local de trabalho, “o vapor taquara”. Enquanto no caso de Belarmino, o que vem à frente de qualquer outra coisa é a palavra “creoulo”, e depois sua função de carregador das docas. Ao observar a notícia, é possível notar que agressor e agredido possuem um tratamento distinto. Poderia aventar que o ocorrido se deu apenas pela posição social, já que marinheiro é um posto aparentemente acima de carregador, por isso viria daí a distinção de abordagem. Porém, o que chama atenção, não só minha, como também do autor da carta e da matéria, é que só um dos dois tem como qualificativo a cor da sua tez. Logo, o elemento de diferenciação não aparenta ter sido somente sua profissão.

Carlos P. de Moraes, o escritor da carta, considera que o Correio do Povo, se passasse muito tempo sem utilizar termos como “creoulo” era possível que seus jornalistas ficassem “doentes” por não demonstrar sua vasta “educação” para descrever delitos com aquele tratamento. Ele ainda chama atenção da “creoulada” leitora do Correio do Povo, para que eles fiquem alerta ao modo como aquele jornal tratava os seus iguais, ou seja, as pessoas negras como ele e alguns leitores do Correio do Povo.

Na sua reflexão, Carlos P. de Moraes reconhece um dos sentidos no qual esse termo é usado, por isso até mesmo pergunta ao “civilizado redator” “quantos quartos de sangue inglês” possuía o marinheiro, referindo-se, presumivelmente, à noção de animalização apresentada por Candido na sua primeira *Implicância*. O remetente também aciona a interpretação de que o epíteto visava menosprezar Belarmino, pois, sabendo seu nome e seu emprego, ainda assim insistiu em inserir nas suas características a palavra “creoulo”, logo não concebe que haja outro motivo, se não o de tentar desqualificar o sujeito pela sua cor. Desse modo, a doença que ele diz estar impregnada na imprensa demonstra ser a nostalgia desses antigos escravocratas, tal sentimento que causa repulsa ao escritor, pois, como se percebe, o uso da palavra remete não só ao animal, mas também a uma época, a um sentimento e a um desejo. Ao fim das transcrições vem a resposta apresentada por Candido, e parte dela diz o seguinte:

Eu também quando leio notícias tais implico, pois sinto projetar na minha imaginação[...]

Quando nas pequenas colunas d’O Exemplo, que é uma pequena folha da palmeira de nossa civilização, procurei abrigar os meus melindres da mangra que destila do

estilo alvar desses jornalistas que pretendem que só a seu *bel-prazer* o homem preto ou pardo pertence ao gênero humano, não tive outro intuito se não o de levar ao conhecimento desses *creoulos*, como por pouco caso os trata o *Correio*, a desconceituosa diferença que nos dispensam, quando a nossa desgraça fornece mirrada seiva para o repasto de sua rafada reportagem.

É, portanto, *chover no molhado*, meu Carlito, porque o que *berço dá só cova tira*, e esses cabras que foram abolicionistas só por pomada, sonham ainda com o berço onde rechonchudos se saciavam nos peitos ubertosos de leite da nutrice negra que, com alimento do *creoulinho*, supria o que faltava nos peitos estufados da mãe! É por isso que não nos deixarão de nos tratar: o *creoulo* Belarmino de tal, a preta Maria, em vez do carregador Belarmino e Maria, velha de cor preta.¹⁵⁰

A resposta é contundente e elabora ainda mais aquilo que os jornalistas têm chamado de sentimento de desejo e nostalgia, e como eles emergem na escrita dos jornalistas do *Jornal do Commercio* e no *Correio do Povo*, sendo denunciada pelo escritor do jornal *O Exemplo*. Esse sentimento é aquilo que escapa despreziosamente das suas palavras, porém é ali que provavelmente se reconhece o pensamento de quem escrevia imbuído nele, não parecendo ser caso apenas de um jornalista ou outro devido a estar presente em dois grandes periódicos da cidade de Porto Alegre. Dessa maneira, a exposição de Candido não está falando de um sujeito, mas sim de um *estilo*, como o mesmo aponta, que carrega uma espécie de “mangra”: “... que só a seu *bel-prazer* o homem preto ou pardo pertence ao gênero humano”, ou seja, na doença contagiosa que se espalha pelas folhas da imprensa da cidade, eventualmente, havia o objetivo de destilar a humanidade das pessoas negras.

Os “nostálgicos”, isto é, “os escravocratas vencidos”, como diz o autor, usam da desgraça sempre que podem para encher seus jornais desses tratamentos. Mais ainda, a *Implicância* vai além e os chama de “abolicionistas só por pomada”, considerando tais sujeitos apenas como oportunistas e nem um pouco amigos da liberdade. Na verdade, eles “sonham ainda com o berço onde rechonchudos se saciavam nos peitos ubertosos da nutrice negra”. Seria aquela a imagem que Candido construiu sobre tais jornalistas: ele diria que não são apenas alguns escritores, mais do que isso, ele via a própria imprensa do seu município por essa ótica. Homens que almejavam se alimentar da “nutrice negra”, como já haviam feito antes, só que ela agora vem por outros meios, não mais dos “peitos ubertosos”, só que de uma produção escrita que goza de ser violenta, que sente prazer na desgraça do outro e que usa seu espaço para revelar suas saudades de tempos passados. Com tal narrativa, o jornalista ainda explora a icônica referência das mães negras que, no período da escravidão, ou mesmo no pós-abolição, têm como uma das marcas das suas trajetórias não terem o direito de criar e de alimentar seus filhos, diante da extrema violência da dedicação aos cuidados dos filhos das

¹⁵⁰ *O Exemplo* - jornal do povo, Porto Alegre, *Implicâncias*, p. 2. 28 de agosto de 1904.

mulheres brancas. Tal imagem foi e ainda tem sido alvo de reflexões e de denúncias das diferentes formas com as quais as lutas das mulheres assumem diferentes perspectivas quando são colocados em cheques as questões de raça e classe, como nos ensinou a antropóloga Lélia Gonzalez¹⁵¹.

Os sentimentos ficam explícitos para Candido: aqueles homens são saudosos do tempo da escravização e desejam manter as pessoas negras nas mesmas posições daquele passado, em que foram derrotados. Por isso, o intelectual acredita que quem carrega tais emoções dificilmente deixaria de usar termos como “crioulo”, deixaria de imbuir em sua escrita uma sensação de superioridade, deixaria de desqualificar alguém pela cor de sua epiderme. Logo, ao detalhar isso nas páginas do semanário para o qual escreveu, faz com que aquilo, de certo modo, alcance o debate público, visto que estamos falando de jornais que certamente circularam numa mesma época. Assim, é possível supor que os “abolicionistas só por pomada” leram o que escreveu Candido e ficaram sabendo do seu sentimento de repulsa sobre os seus hábitos de escravocratas vencidos que deram forma à sua escrita.

Os embates dos produtores d’O Exemplo já foram tratados em parte nos capítulos anteriores: tanto pelas instituições da polícia quanto da imprensa o jornal parecia ter inúmeras inimizades. Porém, acentuam-se as diferenças políticas existentes entre O Exemplo e outros jornais de Porto Alegre. A diagramação poderia ser igual, o campo de trabalho também, e ocorreu até uma aproximação com alguns conterrâneos e colegas de profissão, mas, do mesmo modo, pareciam se distanciar deles. Ao lembrar a imagem do 1º de janeiro de 1905¹⁵², pode-se inferir que ela faz ainda mais sentido e que o sol ao qual almejavam os periodistas d’O Exemplo era o mesmo dos outros, mas não era igual, pois seu texto segue questionando as maneiras de fazer imprensa na cidade de Porto Alegre.

No começo da primeira *Implicância*, o autor afirma que “a palavra está ensinando”. Dessa maneira, se a palavra “creoulo” tem um valor pedagógico, ele teria como objetivo propagar o sentimento de superioridade aos brancos? Os jornalistas estavam supostamente impregnados com valores dos nostálgicos da escravização, pois tanto o Correio do Povo quanto o Jornal do Commercio foram compreendidos como “jornais de brancos”¹⁵³. Portanto, se a imprensa negra nos revela aspectos do que foi O Exemplo – do seu público, de quem o escreveu e dos seus objetivos –, “jornais de brancos” também é um termo revelador dessas mesmas características da imprensa porto-alegrense.

¹⁵¹ GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.

¹⁵² Ver: página 12.

¹⁵³ Ver: Capítulo 1.3: Quem era “o povo” do Jornal do Povo?

O valor pedagógico não está apenas na palavra, obviamente, mas sim em como ela é utilizada. Na avaliação dos significados apresentados na matéria d'O Exemplo, "creoulo", ou "crioulo", surgiam sempre em notícias que falavam de animais ou de pessoas, sendo a diferença que o uso da mesma como característica de humanos era para demarcar a cor, enquanto que para os animais era para compreender a raça ao qual o mesmo pertenceu. Desta maneira, aquilo aventado pelo gramático no quadro *Implicâncias* de que nada teria a ver com pretextos de uma animalização das pessoas negras parece vir de uma interpretação parecida com essa. Porém, Candido ao pensar o valor que a palavra carrega, quando vem enquanto epíteto dos nomes de "pessoas de cor", entende que ela modifica o seu sentido e equipara os homens aos animais. Mais do que apenas isso, a modificação traz um ensinamento daquela sociedade e ele aparenta estar nutrido dos desejos dos seus escritores de perpetuar a desumanização das pessoas negras.

Ao aprofundar ainda mais essa questão, "creoulo" ou "crioulo" são termos que existem há bastante tempo, e o seu significado vai além do apresentado n'O Exemplo, visto que nem mesmo considero que o autor tinha o interesse de, em algumas linhas, abarcar todos os usos da palavra. Só que, ao problematizá-la, em casos específicos, quando tratava de pessoas negras da cidade de Porto Alegre, o jornalista, ao que tudo indica, entra no tema do não uso da cor. Ao tratar disso, me lembrei de uma discussão presente no livro de Hebe Mattos. Ela diz que:

[...] a noção de "cor", herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matrizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas. Dessa perspectiva, a cor inexistente, antes de significar apenas branqueamento, era um signo de cidadania na sociedade imperial, para a qual apenas a liberdade era condição[...]"¹⁵⁴

A "cor inexistente" aqui citada por ela é o branco (e branca), esse seria o signo de cidadania do período imperial. Porém, lendo tudo apresentado n'O Exemplo, o que seus intelectuais apontaram, suas questões, suas reivindicações, suas denúncias e sua produção jornalística, em geral, é presumível dizer que a ausência de cor, na república brasileira, significa também uma definição de lugar social. Já apareceram casos em que a cor de uns é dita, enquanto a de outros não aparece, até mesmo quando são pessoas negras, como o caso acima do Capitão Manoel Luiz de Magalhães, que mesmo sendo uma "pessoa de cor" não possuiu nas páginas do Jornal do Commercio um epíteto sobre isso, sua etnia é somente

¹⁵⁴ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade. No sudeste escravista -- Brasil, Século XIX*. 3.º ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. (p.106)

apresentada no periódico O Exemplo. Sendo assim, a aferição de cor demarcou também a condição social e a cidadania quando utilizada pelos “abolicionistas só por pomada”.

Ao analisar a representação visual do negro na Primeira República, Kleber Antonio de Oliveira Amâncio destaca que essa representação simboliza tudo aquilo que uma parte da sociedade do Rio de Janeiro rejeita¹⁵⁵. Ele baseia sua análise na obra de arte "Retrato de Preto", pintada por Arthur Timotheo da Costa em 1906. No entanto, essa afirmação pode ser extrapolada de duas maneiras. Primeiro, ao ampliar o olhar para além das pinturas e considerá-las como publicações jornalísticas, percebe-se que elas seguiram os mesmos padrões de representação. Segundo, essas mesmas representações circulavam por outros estados brasileiros, não se limitando apenas à cidade do Rio de Janeiro. Portanto, não é surpreendente encontrar uma imagem semelhante sendo construída nas páginas dos jornais da cidade de Porto Alegre.

4.2. A Federação: órgão do partido republicano.

Será que os verbetes “creoulo” e “crioulo” podem abrir as portas para as discussões sobre cidadania?¹⁵⁶A partir deste questionamento, coloco como mais um dos sentidos atribuídos ao termo uma tentativa de surrupiar do sujeito seus direitos básicos, de fazer com que as pessoas que tem suas características físicas associadas a tal palavra estejam à margem do que se considerava cidadão, demarcando para elas um lugar social de inferioridade na sociedade, ou como diz Flávio Gomes e Olivia Cunha:

[...]o território da liberdade é pantanoso e muitos dos sinais sacralizaram a subordinação e a sujeição tornaram-se parte de um ambíguo terreno no qual ex-escravos e “livres de cor” tornaram-se cidadãos em estado contingente: quase-cidadãos.¹⁵⁷

Para entrar nas veredas da linguagem, com intuito de perceber os sinais que chamam atenção os autores, seus usos e suas intenções, fiz uma pesquisa de como um dos principais jornais da cidade de Porto Alegre empregou o referido termo: foi ele o jornal diário A Federação. A escolha do jornal A Federação como objeto de análise é baseada em três motivos. Primeiro, por ser o órgão de propaganda do partido republicano em Porto Alegre, o que confere a ele um significado político e ideológico de grande importância nas ideias que

¹⁵⁵ AMANCIO, Kleber Antonio de Oliveira. *A representação visual do negro na primeira república*. Natal: Anpuh, 2013, 27., 2013, Natal (Rn).

¹⁵⁶ A compreensão de cidadania aqui é a trabalhada por Ricardo de Aguiar Pacheco entendida não apenas enquanto direito, mas também enquanto status social de integração a comunidade. PACHECO, Ricardo de Aguiar. *O cidadão está nas ruas: a cidadania republicana em Porto Alegre (1889 – 1891)*. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do sul, 1998.

¹⁵⁷ GOMES; CUNHA, op. cit.

propagava em suas páginas¹⁵⁸. Segundo, por ser um jornal diário vinculado ao partido que governou o estado do Rio Grande do Sul durante toda a Primeira República, o que o coloca como um dos periódicos mais importantes da cidade¹⁵⁹. Terceiro, é que mesmo sendo um jornal abolicionista no período anterior à abolição da escravização, a pesquisa considera a necessidade de investigar em que medida o jornal perpetua estereótipos e imaginários que distanciaram as pessoas negras das condições plenas de liberdade no pós-abolição. Isso permite uma reflexão sobre as liberdades almejadas e os limites enfrentados pela população negra naquele contexto histórico, pois como observou Flavio Gomes e Olivia Cunha “o território da liberdade é pantanoso”.

O recorte de leitura do jornal A Federação abrange o período de 1900 a 1911 tendo sido selecionado devido à sua proximidade temporal com a circulação do jornal O Exemplo durante o recorte da pesquisa, que compreende o período de 1902 a 1911. A análise procura verificar se as observações efetuadas pelo jornal O Exemplo em relação a outros periódicos de Porto Alegre também se aplicam ao jornal A Federação, investigando como esse último mobiliza e constrói sentidos e significados em torno de terminologias relacionadas à cor das pessoas em seu noticiário. Essa análise comparativa visa compreender de que forma as representações e discursos sobre a questão racial foram construídos e disseminados na imprensa da época.

Numa primeira busca nas edições do jornal A Federação encontrei duas grafias das palavras “creoulo”, tanto com E quanto com I, que aparecem em todos os anos verificados (1900 – 1911), e é bem provável que isso se estenda para além do recorte utilizado, bem como nos anos anteriores a ele. Em uma amostragem, mais de 60 edições do A Federação possuem uso de alguma forma dessas palavras, sendo analisados apenas 11 anos, dos mais de 50 anos de existência do jornal fundado em janeiro de 1884, tendo seu final junto do Partido Republicano em dezembro de 1937. Confio que existam bem mais, pois, não somei usos repetidos em publicidades que aparecem em mais de uma edição. Assim sendo, encontrei, de 1900 até 1911, nos parâmetros ditos acima, cerca de 65 ocorrências da utilização de

¹⁵⁸ Tuane Ludwig Dihl aponta que o jornal A Federação não só foi um dos defensores da abolição como no pós-abolição tentou ligar a imagem da República como sendo os defensores do 13 de maio, frente a uma ideia que teria sido o Império o pioneiro dos debates abolicionistas. DIHL, Tuane Ludwig. *Plurais (In)Visibilidades: representações republicanas sobre o negro* (Jornal A Federação - RS, 1884 – 1903). 170 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2017.

¹⁵⁹ ABREU, Alzira Alves de. *Partido Republicano Rio Grandense*. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20RIO-GRANDENSE%20\(PRR\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20RIO-GRANDENSE%20(PRR).pdf) Acessado em: 12 de julho de 2023.

“creoulo” ou “crioulo”, no total ao menos 33 vezes em referência a animais e 32 vezes referentes às pessoas.

Outro fator interessante é que, em sua maioria, os que versavam sobre animais falavam sobre gado (em ao menos 24 ocasiões), o que poderia confrontar uma das teses d’O Exemplo, na qual ligava “creoulo” a raça de cavalos. Porém, considero que, independente de qual seja o animal, o objetivo se manteve, pois o incômodo permanece — usar o mesmo qualificativo para pessoas negras e animais. “Creoulo” só aparece adjetivando cavalo três vezes; touro aparece duas vezes; galo uma vez; duas vezes novilhos e uma falando de animal de forma genérica. No uso destinado às pessoas, notei que a maioria vem em notícias sobre crimes e, quase sempre, o termo vem antes do nome dos acusados ou vítimas, isso quando ao menos eles foram nomeados. Eles também aparecem majoritariamente na parte do periódico destinada aos casos dos postos policiais (posto é a palavra usada para definir o local de trabalho da polícia administrativa da cidade, o lugar para onde era mandado aquele(a) que cometia delitos), informações que os jornalistas do jornal O Exemplo enfatizaram ao longo das suas publicações.

Lélia González, em seu artigo já citado chamado Racismo e Sexismo na cultura brasileira, escrito no ano de 1984, pergunta: “[...] Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo?”¹⁶⁰. Língua é relação e construção, ou seja, está no tempo e no espaço, desse modo se no verbete do dicionário o significado é pejorativo, isso se dá justamente devido ao fato de que historicamente tal termo está ligado a características formuladas ao longo do tempo, e como se observa a imprensa de Porto Alegre empregava o sentido negativo ao termo.

Se não existiu uma frequência do uso do termo “creoulo” atrelado ao substantivo cavalo, como disse a matéria *Implicâncias* ao se referir a outros periódicos de Porto Alegre, há no A Federação algo ainda mais do cotidiano e que seria na caracterização de animais à venda que empregavam a palavra. Na sexta-feira, dia 18 de junho de 1909, na primeira página, foi publicado um quadro sobre a exposição agropecuária, exposta a seguir:

¹⁶⁰ GONZÁLEZ, Op Cit p.238

Figura 7: Quadro — exposição agro-pecuária.

Exposição Agro-Pecuária													
EQUINOS E ASININOS													
Raça	Especie	Nacionais					Extran- geiros			GRANDE TOTAL			
		SANGUE					SANGUE						
		Puro	15/16	7/8	3/4	1/2	Creoulo	TOTAL	Puro		7/8	3/4	TOTAL
Corridas	Cavallo	4	1	1	14	13	0	33	1	2	1	4	37
	Egua		3	0	4	3		10	1	1	1	3	11
Sella	Cavallo								1			1	2
	Arabe												1
	Orloff								2			2	2
	Creoulo								1			1	3
	Anglo-arabe	1						3				3	4
Tracção leve	Hackney								4			4	4
	Cavallo								2			2	2
	Egua								2			2	2
	Iorkshire					1		1				1	1
	Morgan								1			1	4
	Cavallo					3		3				3	1
Tracção pesada	Percheron								1			1	1
	Clydesdale								3			3	3
Poney		1						1				1	1
Andaluz	Burro	1						1				1	1
								55				55	17
													72

Jornal A Federação, 18 de junho de 1909 (p.1)¹⁶¹

Ao observar o detalhamento da raça dos cavalos e do sangue dos mesmos, nota-se o uso da palavra “creoulo” nas duas ocasiões. Sabe-se que o jornal A Federação é um dos maiores periódicos da cidade. Logo, um jornal desse tamanho que traz na sua primeira página um quadro que, ao fazer a descrição de animais, provavelmente à venda, os caracteriza com o mesmo termo que Candido Manecá de Oliveira havia implicado em seu quadro sobre como foram empregados termos que ligavam “pessoas de cor” a animais e faz isso com certa frequência. Assim, aquela trindade (Jornal do Commercio, Correio do Povo e A Federação) que está ao centro dos raios de sol da imagem que abre esta dissertação, parecem se complementar no uso bem apropriado da linguagem dos seus jornalistas, já que os três praticavam o mesmo emprego do termo “creoulo”, não sendo privilégio de nenhum dos periódicos o desconhecimento sobre os sentidos acionados por tal palavra.

É válido para a discussão, também, refletir que algo como o quadro e sua descrição fazia parte do dia a dia, já que a venda de animais era parte do comércio daquele município. Desta maneira, é crível que os termos não estavam apenas nas penas dos jornalistas, mas, também, na boca do povo. A produção linguística é uma via de mão dupla. Quando houve a consideração de que a palavra “crioulo” ou “creoulo” tem sentido pedagógico, isto só é possível por que existe quem a compreenda entre os leitores, não apenas no significado do dicionário, como apontou o gramático, mas no sentido temporal e nos outros apresentados até

¹⁶¹ Jornal A Federação, Porto Alegre, *Exposição Agro-pecuária; Equinos e Asininos*, p.1. 18 de junho de 1909. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=21647> Acessado: 08 de maio de 2023.

agora. Portanto, não foram apenas os jornalistas que estavam saudosos e eram “abolicionistas só por pomada”, eles tinham a companhia de um público leitor, da sociedade brasileira.

Raça e sangue são dois espaços do quadro em que se usa “creoulo” para falar de cavalos. Seu uso é de conhecimento geral, pois, ao ser apresentado da forma que foi, é um demonstrativo de que as pessoas, ao lerem, compreenderiam as informações apresentadas. Ao transpor a discussão para o caso de Belarmino, como foi proposto por Carlos P. de Moraes, o jornal *Correio do Povo* escreve “o creoulo Belarmino de tal”. Sendo assim, qual efeito surtiria nos seus leitores, sabendo estes que “creoulo” era um adjetivo que aludia à raça e ao sangue de animais?

Ao apreciar a intenção e a pedagogia, o uso do termo, no caso de Belarmino, ensina não apenas a cor da sua tez, mas que ele pertencia a uma categoria diferente: ele era “o creoulo” e se “creoulo quer dizer cor preta”¹⁶², como considerou Canido Manecá de Oliveira no seu artigo, a palavra informava sobre Belarmino, que ele foi um homem negro e isso era um dos demarcadores da sua diferença. Assim, ao que parece, foi percebido por Candido que a palavra “crioulo” também dizia sobre a cor de sua raça, ou seja, estava racializando aquelas pessoas¹⁶³.

Não foram somente os cavalos avaliados usando como definição de raça o termo “creoulo”. Um quadro que segue os mesmos parâmetros, sendo praticamente igual ao que está acima, foi publicado na folha, só que sobre gado¹⁶⁴. Nota-se que a terminologia era de uso comum daqueles escritores d’A Federação: eles sabiam bem os significados empregados ao utilizar a terminologia e escolheram deliberadamente fazê-lo, não sendo os únicos que entendiam o peso da palavra, já que, seus colegas do *Correio do Povo* e do *Commercio* tinham os mesmos hábitos. Tanto é que, no dia 4 de agosto de 1902, antes mesmo d’O Exemplo voltar a circular na cidade, o jornal A Federação publicou um texto chamado *Gados do Rio Grande*, o primeiro de quatro edições do periódico, terminando de ser exposto no dia 07 de agosto¹⁶⁵.

¹⁶² Ver: página 78.

¹⁶³ Ângela Pereira Oliveira pensa nos processos de racialização nas páginas do O Exemplo e do A Alvorada, a partir dos anos 1920. OLIVEIRA, Ângela Pereira. *Racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

¹⁶⁴ Na edição do dia 12 de junho de 1909, foi publicado um quadro com as características do gado à venda na cidade. Jornal A Federação, Porto Alegre, *Exposição agro-pecuária — Gado vacuum*, p.4. 12 de junho de 1904. Disponível

em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=21630>

Acessado em: 08 de maio de 2023

¹⁶⁵ Nos dias 04, 05, 06 e 07 de agosto foi ao ar a matéria, toda ela está disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Até aqui se observou a explicação d'O Exemplo sobre a palavra “creoulo”. Veja o que foi escrito sobre no A Federação: “[...]O gado crioulo do Rio Grande não pertence a uma raça pura, perfeitamente determinada e de tipo zoológico constante; entretanto, os diversos tipos específicos podem ser perfeitamente reconhecidos por uma pessoa observadora e conhecedora dos diversos caracteres[...]”¹⁶⁶. Em um texto que dura quatro dias, tendo como tema principal a raça crioula, os jornalistas demonstram o seu conhecimento sobre o termo, o que atesta mais ainda que a escolha provavelmente foi algo proposital. O epíteto só foi destinado para algumas pessoas, enquanto para outras existiu ausência de qualquer qualificativo sobre sua cor. De modo que, se eles compreendiam as terminologias como demarcador de raça para animais, seria diferente quando usada para descrever pessoas?

Para caracterizar pessoas foram encontradas 32 ocorrências do uso de “crioulo” ou “creoulo”, sendo que, em 29 delas, o texto tratava de violência, notícias crimes e questões policiais dados coletados no jornal A Federação. Somente uma vez a palavra “branco” foi encontrada na descrição das pessoas e, nesta, a cor não precede o nome da pessoa — o que não acontece quando é ao contrário —, ou seja, aparece enquanto um adjetivo. O termo “creoulo” nas 29 vezes que surgiu precedia o nome das pessoas (isso quando elas são nomeadas), chegando o jornal a afirmar que, em alguns casos, propositalmente, ignora os nomes dessas pessoas ou colocam apenas uma alcunha para identificá-las, demonstrando o que seria um certo desprezo por aquelas pessoas nas suas folhas. Ao fazer uma comparação direta com O Exemplo, basta lembrar do caso de Dona Maria do Brochado: seu nome não só é respeitado pelos escritores, como também não vem precedido por nada que a desqualificasse.

Ao que me parece, no imaginário que o jornal tenta produzir, ou, até mesmo, o qual ele apenas reproduz, existia um indicativo para que pessoas negras fossem vistas como mais passíveis de cometer algum delito. Algo que não é novidade hoje também não era naquela sociedade. A criminologia já circulava pelas ruas do Brasil, e foi um dos princípios que regia teorias da superioridade branca¹⁶⁷. Logo, parece haver o envolvimento na divulgação dessas ideias na imprensa de Porto Alegre, sendo ela proposital ou não, devido às notícias que estampam páginas de jornais estarem imbuídas do modo de pensar e de sentimentos que estavam correlacionados com aquela teoria. Desse modo, adiciono A Federação no hall dos que escrevem com o estilo dos “abolicionistas só por pomada”, ao ser um jornal que fazia

¹⁶⁶ Jornal A Federação, Porto Alegre, *Gados do Rio Grande (Da lavoura); Raças Creoulas*, p.1. 04 de agosto de 1902.

¹⁶⁷ ALVAREZ, Op. Cit.

questão de celebrar a abolição de 1888, mas seguia dando continuidade a práticas de desumanização em suas páginas.¹⁶⁸

No dia 9 de setembro de 1903 foi publicado um texto que ajuda na compreensão da forma como A Federação emprega o termo “creoulo” e o direciona aos homens negros. Nele escreve:

Na tarde de domingo da semana passada, no lugar denominado Passos dos Negros, município de Pelotas, deu-se uma cena de sangue:

Encontraram-se ali Trajano Manoel Machado, branco, de 17 anos, empregado de charqueada, e o crioulo Manoel Marques, que tinha lá suas rixas.

Depois de troca de palavras ásperas, Manoel, que vinha montado a cavalo, apeou-se e, de relho em punho, agrediu o menor.

Trajano em defesa própria, arranca de uma faca e fere uma, duas e mais vezes, prostrando, para não mais erguer-se, o seu contendor que em pouco era cadáver.

Imediatamente avisado, compareceu no local o capitão subintendente que providenciou para a remoção do corpo, efetuando a prisão do criminoso.

A vítima tinha maus costumes e era reconhecido desordeiro, ao passo que o menor Trajano goza de bom conceito.¹⁶⁹

A matéria trata de um assassinato, assunto bem recorrente quando é feita a busca pela palavra “creoulo” nas páginas daquele jornal. O encontro dos Manoeis é relatado, porém veja como a história é construída e como os qualificativos foram utilizados. “Trajano”, “branco”, “menor de idade” e “trabalhador” foram os adjetivos empregados para o primeiro Manoel. Já sobre o segundo, Manoel Marques, nada possuiu na sua apresentação além, é claro, da palavra “creoulo”; não se sabe seu trabalho ou sua idade. Ele só recebeu uma caracterização ao final do texto, dito como tendo maus costumes e sendo um desordeiro. Logo, em seguida, Trajano parece ganhar um atenuante que é gozar de bom conceito. Assim, a intenção do escritor é de, ao colocar os qualificativos, melhorar a imagem de um e piorar a do outro. Desse modo ele alega que “creoulo” está ligado a práticas de maus costumes e de desordem, enquanto o branco “goza de bom conceito”.

Diferenças que podem parecer pequenas, mas preocupavam os intelectuais d’O Exemplo. Cotidianamente, nas ruas e nos jornais da cidade na qual viveram, eles sentiam a tentativa de desprezar a sua comunidade, os seus iguais, pois, seja a instituição policial, seja a imprensa, seja até mesmo alguns de seu meio, todos usaram da cor de sua epiderme como

¹⁶⁸ Segundo Tuane Ludwig Dihl, o jornal A Federação celebrava a data como uma conquista popular na tentativa de desvincular a imagem da abolição do período imperial e angariar capital simbólico em cima dela aproximando-a da república. DIHL, Tuane Ludwig. *Plurais (In)Visibilidades: representações republicanas sobre o negro* (Jornal A Federação - RS, 1884 – 1903). 170 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2017.

¹⁶⁹ Jornal A Federação, Porto Alegre, *Sem Título*, p.2. 9 de setembro de 1903.

forma de inferiorização. A empreitada dos jornalistas se coloca enquanto uma barreira contra os insultos, problematizando materiais como essa acima, confrontando pensamentos e sentimentos de quem escreve neste estilo, de quem propaga violência físicas e linguísticas, estando atentos a justamente aquilo que pode parecer ínfimo como uma palavra antes de um nome próprio.

Ao ampliar a pesquisa para os termos “crioula” e “creoula”, surgem ainda mais ocorrências. Somam-se as 65 ocorrências mais 22 aparições da terminologia, em 12 delas ligadas a animais e 10 diretamente tratando de mulheres, assim totalizando 87 episódios em que a palavra foi mobilizada. Não existem grandes diferenças entre o uso no masculino para o uso no feminino. Há, como já citado, a mesma formulação quase sempre aplicada nas mesmas condições: em notícias de crime. Tendo ela cometido ou sendo vítima, você encontra a famigerada palavra como epíteto dos nomes de mulheres negras, mas há um artigo de 1906 que chama atenção: no dia 21 de dezembro de 1906 realizou-se no teatro São Pedro a segunda conferência do escritor Coelho Netto, que tinha como tema a beleza feminina, falou-se sobre moda, perfumaria, costumes, entre outras coisas. Na edição número 296 daquele ano, o jornal *A Federação* publicou os detalhes do evento e transcreveu parte do discurso proferido pelo escritor, sendo um trecho o seguinte:

Tipos de beleza. Os gostos são muito diferentes. Se não fora isso, que seria do amarelo?

Vênus de Milo é o tipo de beleza mais conhecido.
No entretanto, sabeis quem é Vênus da Hotentote?

Uma robusta e alentada creoula, de ombros largos, braços grossos, beiços de prateleira. É o tipo de beleza dos africanos. Para nós, um horror.¹⁷⁰

O homem, suposto conhecedor das belezas femininas, cita inúmeras referências que possuía: Eva, a primeira mulher, Helena de Tróia e Vênus de Milo foram utilizadas como suas modelos do que seria belo. Em contrapartida, usou a chamada Vênus Hotentote como aquilo que seria um horror. É provável que Coelho Netto estivesse falando da triste história de Saartjie Baartman, a Vênus Hotentote. Ela que, ao longo do século XIX, foi usada como atração de um circo em Londres, e após foi à Irlanda e à França, seguindo com as “apresentações”, sendo que no último país acabou se tornando peça do museu do homem, após sua morte. No museu foram exibidos seu esqueleto, cérebro e até seus órgãos genitais,

¹⁷⁰ Jornal A Federação, Porto Alegre, *Coelho Netto - A arte de ser bella*, p.3. 22 de dezembro de 1906

demonstrando a desumanidade de um espetáculo fornecida por uma sociedade doente como a europeia¹⁷¹ ao mundo¹⁷².

O artigo revela a percepção do escritor que falou, em um teatro, para diversas pessoas que foram lá ouvi-lo. O jornal, não contente, ainda divulgou o pensamento de Coelho Netto. Desta maneira, há duas coisas que me interessam aqui: primeiro perceber que “creoula” diz sobre origem, pois, quando é citado, está se referindo a um tipo de “beleza africana”, como salientou o autor; segundo a propagação da ideia que surge ao referir-se a Sarah Baartman e compará-la à Vênus de Milo. O palestrante não só a conhecia como também soube mobilizar o imaginário utilizado para diferenciar as duas mulheres e colocá-las em oposição, uma como sinônimo de belo e a outra como algo desprezível, além de adicionar seu juízo de valor quando considera horrendos os traços fenotípicos das mulheres africanas. Então, ao falar da imagem “das creoulas”, foi assim que eram apresentadas n’A Federação as mulheres negras.

Pintar uma imagem negativa das aparências de pessoas negras também não foi uma novidade para A Federação. Este já havia transcrito algo que caminhava na mesma linha de reflexão e o texto é de um já conhecido nosso, o *Correio do Povo*. O periódico então abre aspas:

‘Verdadeiramente falando, só mesmo o branco genuíno abraça as regras do chiquismo.’

De modo que nem as brancas.

Só o branco.

Moreno, pardo, mulato ou crioulo, não abraça as regras do chiquismo.

O’ regra!¹⁷³

O título do texto acima é “Das modas do *Correio*”. Esse trecho fala sobre algo chamado chiquismo, cujo significado é supostamente dizer que alguém é chique ou elegante. Ao que me parece, para o *Correio do Povo* somente “o branco genuíno” carrega tal

¹⁷¹ “Seria preciso, antes, estudar como a colonização funciona para descivilizar o colonizador; para brutalizá-lo no sentido apropriado da palavra, degradá-lo, despertá-lo para instintos soterrados, cobiça, violência, ódio racial, relativismo moral, e mostrar que toda vez que no Vietnã há uma cabeça decepada e um olho perfurado, e na França se aceita isso, uma menina é estuprada, e na França se aceita isso, um malgaxe torturado, e na França se aceita isso, há um acréscimo de peso morto na civilização, ocorre uma regressão universal, uma gangrena se instala, um foco de infecção se espalha, e que no final de todos esses tratados violados, todas essas mentiras propagadas, todas essas expedições punitivas toleradas, todos aqueles prisioneiros amarrados e ‘interrogados’, todos esses patriotas torturados, no final desse orgulho racial estimulado, dessa jactância propagada, existe o veneno inculcado nas veias da Europa, e o processo lento, mas seguro, do asselvajamento do continente”. CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020, (p. 17).

¹⁷² Ver: Justin Parkinson: Sarah Baartman: a chocante história da africana que virou atração de circo, *BBC News Magazine*. 11 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110_mulher_circo_africa_lab Acesso: 11 de maio de 2023.

¹⁷³ *Jornal A Federação*, Porto Alegre, *Das modas do Correio*, p.2. 11 de agosto de 1900.

possibilidade, nem mesmo as mulheres brancas poderiam chegar no mesmo patamar do que ele considerou como branco genuíno. Não sei dizer se é um sarcasmo dos escritores d'A Federação, já que, ao final coloca um "O" regra", que me parece carregar um pouco desse tom; porém não ficaria surpreso se nada mais fosse do que para corroborar o pensamento apresentado pelo Correio do Povo. Ressalto aqui, como o termo "branco" aparece de um modo diferente na análise morfológica da frase, ele aparece enquanto um substantivo, algo não muito comum. Outra coisa é que, para além de "creoulo", inserem-se na aquarela de cores daqueles jornais o moreno, o pardo e o mulato.

Corroborando com essa paleta, quando nas páginas do jornal A Federação foi dedicado a falar dos recém falecidos, ele costumava lançar um quadro chamado *Registro Mortuário*. Nele apresentavam características das pessoas que iam a óbito. No exemplar de 25 de junho de 1900 é possível encontrar o nome, o local em que vivia, o estado civil, idade e dia do sepultamento. O que impressiona é a mudança do estilo usado para o tratamento dado às pessoas negras, quando não mais se coloca a cor antes de seus nomes, mas, sim, apenas como um adjetivo, veja: "Rita Maria, d'este Estado, preta, solteira, 35 anos; Harmenegildo Silva, d'este Estado, preto, casado, 32 anos..."¹⁷⁴. Também aparecem nas definições de cor "branco", "pardo", "moreno".

Ao ser surpreendido pelo conhecimento dos jornalistas d'A Federação, notando que seu vocabulário ia além do "crioulo" e que sabiam usar as terminologias como adjetivos, ampliei, mais uma vez, o escopo de análise e incluí na busca as palavras: Moreno, Mulato, Preto e Negro. O que encontrei não foi nada surpreendente: exceto por "moreno", todos os outros foram utilizados alguma vez como epíteto dos nomes nas notícias em referência a crimes ou enquanto descrição de quem havia cometido algum delito: "pelo negro Felipe da Silva Santiago"¹⁷⁵, "A mulata Rosalina"¹⁷⁶, "os assaltantes eram dois pretos e um mulato"¹⁷⁷. Mudou-se o vocábulo e permaneceram as mesmas intenções. Por mais que essas palavras não estejam ligadas a características de animais, como em "creoulo", o modo de usá-las segue a

¹⁷⁴ Jornal A Federação, Porto Alegre, *Registro Mortuário*, p.2. 25 de junho de 1900

¹⁷⁵ Jornal A Federação, Porto Alegre, *Tríplice assassinato*, p.1. 06 de janeiro de 1900. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=creoula&pagfis=11300> Acesso: 11 de maio de 2023.

¹⁷⁶ Jornal A Federação, Porto Alegre, *Jornalzinho*, p.2. 07 de fevereiro de 1900. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=creoula&pagfis=11404> Acesso: 11 de maio de 2023

¹⁷⁷ Jornal A Federação, Porto Alegre, *Secção Judiciaria*, p.2. 28 de maio de 1906. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=creoula&pagfis=17790> Acesso: 11 de maio de 2023.

mesma prática e mantém a condição de ligar crime a cor. Fica mais nítido quando, ao buscar pelo termo “branco”, não foi encontrado nenhuma vez que ele seja usado da mesma forma.

“Creoulo(a)”, “crioulo(a)”, “mulato(a)”, “negro(a)”, “preto(a)”, foram a paleta de cores dos jornais da cidade de Porto Alegre. Todos, em algum momento, aparecem nas folhas citadas aqui: A Federação, o Correio do Povo e o Jornal do Commercio foram instituições produtoras de um sentido para cada uma das palavras. Para compreender se existiu uma diferença entre cada uma das terminologias utilizadas pela imprensa, exige-se uma pesquisa ainda mais ampla¹⁷⁸. Por enquanto, sabe-se que no tempo do império havia uma perspectiva em que cor era mais ligada a possibilidade de liberdade, ou seja, havia uma diferença entre o “preto” e o “creoulo”, sendo o primeiro mais distante da liberdade e o último mais próximo dela¹⁷⁹; já na República, cor parece estar ligada a condição social, principalmente, quando nos jornais do início do século XX, uma “pessoa de cor” cometeu algum delito ou foi vítima de algum. É preciso concordar com Hebe Mattos no ponto em que afirma que a referência a cor das pessoas foi um demarcador de condição social, e nisso a herança imperial também parece ter sido perpetuada pelos republicanos. Assim como o entendimento sobre cidadania, já que “a cor inexistente” (branco) continua a prefigurar a condição de cidadão. Basta observar como os jornais insistentemente só parecem colorir as pessoas numa tentativa de desqualificá-las e isso, supostamente, aponta para o conceito de cidadania que eles possuíam. Tal informação corrobora com o que nos ensina Achille Mbembe, em *Sair da Grande Noite*, quando problematiza que no processo de organização do estado nação, no ocidente, direitos foram masculinizados e racializados, garantindo a perpetuação de relações de poderes coloniais¹⁸⁰.

O Brasil da Primeira República tem no sujeito incolor o seu cidadão, como já foi apontado o Capitão Manoel Luiz de Magalhães e do seu xará Manoel Carneiro dos Santos¹⁸¹, ambos no Jornal do Commercio; o caso de Trajano Manoel Machado e Manoel Marques no A Federação¹⁸² e do Belarmino no jornal Correio do Povo¹⁸³. Sempre que a cor surge na escrita

¹⁷⁸ É necessário dizer que nenhum desses termos foi inventado na República, todos eles vêm do passado e carregam heranças, a meu ver, os signos produzidos por eles passam a ter características sinonímicas, ou seja, são usados para dar ao sujeito que o carrega estereótipos marcados pela definição de sua cor. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi, por exemplo, analisa a invenção do “cabra” no cariri cearense e nota que a invenção do século XIX, reverbera no entendimento dessas pessoas negras no século XX. IRFFI, Ana Sara Parente Cortez. *O Cabra no Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista*. 354 f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

¹⁷⁹ MATTOS, Op. Cit.

¹⁸⁰ MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Portugal: Edições Pedagogo, 2014.

¹⁸¹ Ver página 85.

¹⁸² Ver páginas 96 e 97.

¹⁸³ Ver páginas 86 e 87.

daqueles jornalistas parece fazer alusão à tentativa de inferiorização. Por isso, ao mobilizar os termos que aferem coloração das pessoas envolvidas em suas notícias, eles “têm a intenção de enxovalhar”, como percebeu Candido Manecá de Oliveira, eles criam signos na sua linguagem que remetem à animalização, à feiúra, à pretensa condição ao crime e tantos outros. Os jornais faziam o mesmo que a República: negavam a condição de igualdade para as pessoas negras. Pode-se dizer que, na verdade, reforçaram com suas palavras a manutenção dos lugares sociais de diferença.

4.3. Revista Correccional: A substantivação do negro.

No dia 28 de agosto de 1904, data que coincide com a publicação do quadro *Implicâncias*, foi divulgado outro artigo num quadro que aparecia pela primeira vez na folha, sendo ele o *Revista Correccional*. Ele esteve presente em ao menos quatro edições d'O Exemplo, entre agosto e novembro daquele ano. O editorial do dia 28 de agosto parece seguir uma linha que diz muito sobre a visão dos jornalistas, mas, também, conjectura sobre como a imprensa escreveu notícias policiais, principalmente, quando estas envolviam pessoas negras. Semelhantemente ao seu predecessor, o quadro *Revista Correccional* se propõe a trabalhar questionando a linguagem produzida nas outras folhas da cidade. A diferença é que não foi assinada – como as *Implicâncias*, artigos publicados por Candido Manecá de Oliveira – nele o autor assina apenas como *O inspetor sem quadros*.

A *Revista Correccional* tinha por objetivo analisar a produção da imprensa local e como ela noticiava os delitos cometidos na cidade de Porto Alegre, focada em pensar o modo que as descrições dos sujeitos emergiram das páginas daqueles periódicos. Então, *O Inspetor sem quadros* expressa sua opinião sobre o espaço destinado às notícias dos postos, dizendo que aquilo era um “pratinho de misérias que serve de regalo a tanta gente”¹⁸⁴. Tal afirmação surge após um suposto leitor fazer uma provocação aos jornalistas que, ao não pagar ao cobrador as mensalidades do periódico, diz que se “o jornalzinho continua assim sem trazer notícias do posto e dos *rolos*, como outros trazem, eu deixo de assinar”¹⁸⁵. Deste modo, como quem responde a um desafio, O Exemplo passa a produzir a revista e trazer as tais “notícias dos postos”, ou seja, as notícias que falavam das prisões e delitos cometidos na cidade de Porto Alegre.

A escolha do jornalista que produziu o novo quadro é de fazer uma repercussão em cima do noticiário local. O intuito, para além de problematizar a escrita, foi também o de

¹⁸⁴ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Revista Correccional*, p. 2. 28 de agosto de 1904.

¹⁸⁵ *Ibidem*

provocar os(as) leitores(as), ou melhor, devolver a provocação feita por um deles. É preciso salientar que uma das justificativas usadas para trabalhar com a leitura de outros periódicos foi o seguinte argumento: “porque nossas posses não dão para pagarmos uma reportagem de postos; assim pois declaramos aberta a secção”.¹⁸⁶ A criação da *Revista Correccional* está atrelada tanto a responder aquela provocação quanto a alfinetar/questionar a imprensa local em sua forma de escrever sobre os “postos”. Existiu também uma questão material, devido a uma ausência de condições para bancar um repórter que ficasse responsável por colher tais relatos, sendo a questão financeira um dos problemas recorrentes enfrentados pelo jornal¹⁸⁷, a escolha por fazer matérias sem a exigência de gastos facilitava e parecia dar forma ao método escolhido pelos jornalistas. Assim, são abertos os trabalhos do *Inspetor d’O Exemplo*:

A nossa *reportagem modelo*, que, para mantê-la não pouparam sacrifícios, afim de bem servimos ao público, vai hoje dar uma vista d’olhos pelas colunas do 2º posto correccional da imprensa - *O Correio do Povo* - o jornal mais estimado pelos *creoulos*, qualificativo que o Correio emprega quando tem que noticiar um facto que esteja envolvido um homem ou uma mulher que tenha cor.

Principiamos do debulho:

As lojas de fazenda denominadas *Casa de Queimada e Predileta*, sitas à rua dos Andradas, e *Progressista*, à rua do Comercio, foram ontem visitadas por uma amiga do alheio.

Naquelas casas, esteve, a pretexto de ver amostras a creoula Maria Julia, que, conseguindo iludir a vigilância dos empregados da mesma, furtou da primeira, três peças de chita; da segunda, uma peça de popeline azul-claro e uma dita de zefir mesclado; e da *Progressista*, finalmente, uma peça de zefir mesclado.

Empregados das referidas casas levaram o facto ao conhecimento do major Louzada.

Essa autoridade imediatamente encarregou o auxiliar João Maciel de descobrir a ladra.

Depois de haver descoberto a larápia e efetuado a sua prisão, aquele auxiliar apreendeu, na casa n. 292, da rua Demétrio Ribeiro, onde reside o Sr. Miguel Pirillo, uma das peças de chita furtadas e ali vendidas por Maria Julia, por \$6000.

Quanto às demais peças de fazenda, nega ela que houvesse furtado.

Maria Julia, que se acha recolhida no xadrez do 1º posto, a fim de ser amanhã remetida à polícia judiciária, estivera presa, não faz muito tempo, por haver furtado uma peça de flanela.

Ora, franqueza no caos: ou esses empregados estavam *nanando*, e, portanto, não havia vigilância a iludir, ou a *creoula* tinha *feitiço*; e, enquanto os citados empregados, enfeitiçados de *beijos caídos* pensavam em apurar a raça com a labiosa *creoula*, *arranjando* uma *cria* para futuro noticiário do Correio, o diabo da *creoula* foi tocando os *pauzinhos* e tratando de arranjar um sortimento para estabelecer alguma loja de fazendas, porque três peças de chita não são três peças de cadarço para ceroulas!

Isso parece uma boa *peça*!¹⁸⁸

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ O debate sobre as dificuldades financeiras se encontram no primeiro capítulo dessa dissertação.

¹⁸⁸ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Revista correccional*, p. 2. 04 de setembro de 1904.

Na *Revista Correccional*, como já dito, percebe-se que sua realização parte da leitura crítica de trechos de outros jornais, algo efetuado pelo pseudônimo *Inspetor sem quadros*, que escreve para O Exemplo, fazendo suas análises das colunas que falam sobre o “posto”. A matéria do dia 04 de setembro de 1904 foi concebida da leitura do jornal Correio do Povo, que, segundo o autor, é “o jornal mais estimado pelos *creoulos*”. O jornalista já abre sua coluna dando nome aos bois, afirmando também que iria “dar uma vista” naquele periódico. Ele inicia dando destaque ao qualificativo “*creoulo*”, já que o coloca em itálico. Me parece ter feito isso por dois motivos: primeiro por não ser um termo utilizado comumente n’O Exemplo, ou seja, o itálico faz as vezes das aspas; segundo, porque esse seria o termo preferido do Correio do Povo, pois sempre o utilizavam para noticiar algo que “esteja envolvido uma mulher ou um homem que tenha cor”, ou seja, era uma provocação ao Correio do Povo, mas também à parte da comunidade negra que tinha por ele algum apreço.

Na notícia é relatado um acontecimento na loja de fazendas (nome dado a loja que comercializavam tecidos) de nome “Casa de queimadas, predileta e progressista”, no qual a “*creoula* Maria Júlia” esteve lá a ver amostras de algumas peças e depois, supostamente, furtou as mesmas, conseguindo ludibriar os vendedores. Por fim, o escritor da *Revista Correccional* usa tom de ironia, dizendo que: “a *creoulla* tinha um *feitiço*” ou aquilo era uma “*cria* para o futuro noticiarista do correio”, pois “três peças de chita não são três cadarços para ceroulas!; Isto parece até uma boa *peça!*”.

Fica nítido o tom sarcástico utilizado pelo autor. No caso, Maria Jullia, sob vigilância dos vendedores da loja, só poderia furtar três peças de chita caso tivesse lançado um feitiço sobre eles. Porém, na verdade, o que teria ocorrido seria uma tentativa de incriminar a mulher, para que os noticiaristas d’O Correio do Povo tivessem algo para publicar na sua folha muita querida pelos “*creoulos*” – essa é a hipótese aventada pelo autor. Assim, a produção do jornal entra novamente em um embate direto com as linhas editoriais da imprensa local, visto que não foram poucas as matérias tratando do tema, nem apenas um ou outro jornal que entraram nas “vistas” d’O Exemplo pelo emprego de termos os quais eles achavam questionáveis.

A *Revista Correccional* também ajuda na observação da metodologia aplicada para sua produção. O jornalista, ao dar nome ao jornal do qual partiu a notícia, que foi o Correio do Povo, o qualificou como “2º posto correccional”. A articulação entre jornal e posto alça a produção jornalística ao papel não de quem apenas noticiava, mas a de quem tinha uma função diferente e, ao que aparenta, seria a de julgar o acontecimento, já que, como alertava o *Inspetor sem quadros*, o Correio do Povo não poupava o qualificativo “*creoulo*” quando

estivessem envolvidos homens ou mulheres “que tenha cor”. Assim, o primeiro elemento de seleção é existir a atribuição da palavra “crioulo”, ou qualquer uma das suas derivações, para se referir a uma ou mais pessoas negras; o segundo elemento é estar o termo prefigurando algo negativo, na maioria das vezes, algum crime ou intenção criminosa; o terceiro parece ser a possibilidade de questionar o fato; no caso de Maria Júlia, o questionamento surge pela ironia de imaginar como alguém levaria algo grande sem ser notada.

Na pesquisa, é mencionado que a Revista citou publicações de outros jornais, sendo o jornal *Correio do Povo* mencionado nominalmente. No entanto, o autor destaca que o *Correio do Povo* era considerado apenas o “2º posto correcional” e que provavelmente existiam outros “postos correccionais” na imprensa, sendo este “apenas o mais estimado pelos creoulos”. Isso sugere que havia outras publicações que também desempenhavam um papel semelhante na construção de representações negativas e estereotipadas da população negra. No dia 11 de setembro de 1904, o *Inspetor, sem quadros* diz que, ao recorrer “[...] às secções dos postos incorreccionaes da imprensa diária de domingo e segunda-feira, ficamos jururus, pois não encontramos o assunto predileto que dá vida à justificativa de nossa *ronda*[...]”¹⁸⁹. A frase revela o dia que o autor costumava fazer sua “ronda”, ou seja, ler os jornais locais, em busca dos elementos de escrita que construía o estilo questionado pela *Revista Correcional*. Cabe dizer que, costumeiramente, *O Exemplo* era lançado aos domingos. Sendo assim, o autor preparava a revista durante a semana, por ler os outros jornais nos dias de domingo e segunda, dias seguintes à finalização d’*O Exemplo*.

Há ainda outra questão que pode ser levantada, devido ao jornalista dizer que: “as secções dos postos incorreccionaes da imprensa diária”, ele estaria dizendo que seu trabalho era feito em cima de publicações diárias, informação que pode revelar o funcionamento dos jornais lidos por ele. É presumível, então, que o *Correio do Povo* fosse um jornal diário, assim como foi o *A Federação*. Ambos parecem disputar o público de Porto Alegre, e as notícias dos postos da guarda administrativa são usadas pelos dois, por ser algo até mesmo reivindicado pelos leitores, pois um deles questionou os jornalistas d’*O Exemplo* pela ausência de um quadro sobre o assunto. Ou seja, era algo que parecia causar desejo nos leitores e, sendo eles os maiores periódicos da cidade no início do século XX, não poderiam deixar de agradar seu público.

Sabendo o método de escolha das notícias que seriam problematizadas, é preciso compreender como os jornalistas d’*O Exemplo* definiram aquela forma de escrita. Em mais

¹⁸⁹ *O Exemplo* - jornal do povo, Porto Alegre, *Revista Correcional*, p.2. 11 de setembro de 1904.

de um momento, Candido Manecá de Oliveira, o autor do quadro *Implicâncias*, insiste em chamar atenção para o “estilo rústico¹⁹⁰” no qual escreveram aqueles jornalistas. Na *Revista Correccional* existe a continuidade do trabalho de Candido, e a escrita ainda é o problema central da análise, porém não foram apenas nas duas matérias que o tema foi trabalhado.

O quadro *Reparos*, assim, como os citados *Revista Correccional* e *Implicâncias*, repercute no semanário notícias e trechos de outros periódicos. A repercussão da vez é elaborada em cima de uma resposta dada ao O Exemplo, pois, em um artigo anterior, o jornalista Silva Felisardo teria lançado uma provocação ao jornal O Progresso¹⁹¹, do qual obteve uma resposta e ela foi transcrita n’O Exemplo.

Com a epígrafe acima deparamos no bem cuidado “O Exemplo” com um comentário do sr. Silva Felisardo sobre a notícia que demos do assassinato, no Pesqueiro, do infeliz Graciliano Alfredo dos Santos.

Vendo aquele sr. que no decorrer dessa ligeira notícia empregamos a palavra -“negro”- antes do nome Graciliano, faz diversas considerações estranhando o emprego desse qualificativo que reputa acintoso a raça etiópica.

Estamos de pleno acordo, em parte, com o pensar do sr. Silva Felisardo, porquanto também achamos injusta essa grosseira distinção, uma vez que se a empregue com o fim de ferir aqueles que, perante nossas leis, gozam dos mesmos direitos concedidos a todo cidadão brasileiro.

No nosso caso, porém, não ouve a mínima parcela de “animus injuriandi” e sim uma simples inadvertência filha das muitas ocupações do momento.

Acresce mais a circunstância que nesta casa uma única andorinha é que faz todo o verão, o que pode facilmente ocasionar uma distração, como a que vimos de nos referir.

Reputamos, porém, injusta as apreciações, pouco cortesias, que em geral faz aos jornalistas o sr. Silva Felisardo, dizendo que por força do hábito servem-se eles do estilo de senzala, ao referirem-se a acontecimentos que envolva a raça negra, tratando-a como se fosse de outro gênero humano, de outra nacionalidade que não a brasileira.

Achamos exagerados este seu modo de pensar e com qual não concordamos.¹⁹²

O jornalista escreveu sua resposta para O Exemplo, de modo que, ao que parece, demonstra ser ela mais endereçada ao autor do que ao jornal, pois ele enfatiza diversas vezes o nome do escritor d’O Exemplo, dizendo no final que não concorda com seu “modo de pensar”. Porém, será mesmo que o “modo de pensar” é apenas do jornalista Silva Felisardo? O que seria esse “modo de pensar”?

¹⁹⁰ O Exemplo - jornal do povo, Porto Alegre, *Implicâncias*, p. 1-2. 31 de julho de 1904

¹⁹¹ Não foi possível precisar exatamente quem era o referido periódico, uma das possibilidades é ser uma folha publicada na cidade de Florianópolis, mas parece existir no Estado de Santa Catarina mais de um jornal de mesmo nome, o que faz com que não se possa afirmar categoricamente qual seria o citado pelo O Exemplo.

¹⁹² O Exemplo, Porto Alegre, *Reparos*, p.1-2. 19 de dezembro de 1909.

Silva Felisardo não é o primeiro autor a falar sobre o tema. Como ele existiram outros, até já citados aqui, como Candido Manecá de Oliveira, Carlos P. de Moraes e o *Inspetor sem quadros*. Cada um, ao seu modo, tratou dos qualificativos usados pela imprensa em notícias que envolviam pessoas negras. Assim, tal fato apresentado faz com que se perceba que não foram apenas um ou dois que se dedicaram a falar sobre o assunto, o que é indício para crer que o “modo de pensar” foi algo para além do indivíduo que escreveu. Soma-se também as diversas matérias e quadros construído ao longo dos anos: *Quinzena policial* em 1902, *Implicâncias* e *Revista Correccional* em 1904 e *Reparos* em 1909 – todos representavam da sua forma o “modo de pensar” presente na escrita de Silva Felisardo. Vale salientar que não foram as únicas, pois existem vários artigos que poderiam se encaixar na discussão, porém foram os quais escolhi dar destaque.

A produção do Silva Felisardo não fica somente naquele artigo publicado em 1909, ele contribuiu para o semanário, entre os anos 1909 – 1911. Sua escrita é voltada a tratar de temas considerados sensíveis à comunidade negra pelos jornalistas d’O Exemplo. Pude observar em suas outras colunas conteúdos como: associativismo negro, a história e os objetivos do jornal O Exemplo e a distinção de tratamento operado na imprensa. Só que não foi possível rastrear toda sua produção, mas encontramos ao menos nove matérias assinadas por ele, durante o recorte estabelecido. Assim, é justo dizer que o “modo de pensar” não parece ser apenas do autor, mas uma construção coletiva que vinha sendo efetuada ao longo dos anos na folha, pois desde 1902 já aparecia como proposta de debate lançado por seus jornalistas.

Uma das matérias que não foi possível encontrar é justamente a respondida pelo progresso na edição do dia 19 de novembro de 1909, porém na transcrição presente na folha vemos em parte o que teria dito Silva Felisardo. A matéria elaborada por ele foi em repercussão ao jornal O Progresso que, ao noticiar um caso de assassinato, recorreu à terminologia “negro” para qualificar a vítima. Lendo tal artigo, o autor respondeu questionando qual motivo teria para antecipar o nome de Graciliano Alfredo dos Santos com aquela palavra, algo semelhante ao que já faziam os jornalistas d’O Exemplo.

Segundo o jornalista d’O Progresso, em sua resposta ele não emprega o termo enquanto “animus injuriandi¹⁹³” e que, na verdade, foi uma ausência de cuidado que o fez

¹⁹³ Terminologia em latim que significa a intenção de injuriar, segundo o dicionário Vade Mecum Brasil. Disponível em: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/animus-injuriandi#:~:text=Pesquisa%20por%20palavra%20Vade%20Mecum%20Brasil&text=Verbetes%20pesquisado.&text=Inten%C3%A7%C3%A3o%20de%20injuriar> Acessado: 26 de junho de 2023.

publicar aquilo. Acaba também por reconhecer que a palavra, em alguns casos, é utilizada para ferir certas pessoas, só que aquele não era o caso do jornal, por isso considerava injusta a colocação de Silva Felisardo. Ao final, destaca sua discordância dizendo que o “modo de pensar” do autor seria um tanto exagerado por atribuir um *Estilo de Senzala* como hábito dos jornalistas “[...] ao referirem-se a acontecimentos que envolvam a raça negra, tratando-a como se fosse de outro gênero humano, de outra nacionalidade que não a brasileira”.

Surge daí uma possibilidade do que seria o conceito de *Estilo de Senzala*. Um estilo que o autor imputa ser usado pela imprensa e que parece ter como objetivo desvencilhar a condição de humanidade das pessoas negras e também as excluindo da nacionalidade brasileira, algo que pode afastar delas o direito à cidadania. Agora, veja o que foi escrito por Silva Felisardo:

Em vista da harmonia em que nos encontramos nesta questão de pretos e brancos no Brasil; nada teríamos a alegar sobre o que disse o colega, si, entre as suas judiciosas referencias aos nossos “Reparos” não existisse um mal entendido que reclama de novo os nossos novos “Reparos”.

Não nos preocupa a ofensa aos melindres de uma raça, ao repararmos no inveterado hábito do tempo de cativo, de tratar de “negro” a todos os indivíduos sem distinção de cores, “pretos”, “pardos” e mesmo “brancos” que, descendendo dos brasileiros escravizados não tenham uma posição qualquer que dispenhe a civilização dos mentores dos costumes sociais obrigando-os a dispensarem-lhes o trato que mereçam, de acordo com as qualidades morais que os recomende, não; porquanto somos dos que pensam que não tendo a população brasileira um tipo de raça definido, deveria cada habitante deste solo, concorrer para o seu desenvolvimento progressista, fraternizar-se para a instrução pelo civismo, para garantir o renome do Brasil entre os povos civilizados [...]

Agora si a população do Brasil esteja dividida em departamentos como pretos e brancos como acontece nos Estados Unidos, em que o... domínio de um sobre o outro converteu-se em ódio de raça...: seria muito natural, que mutuamente, se tratassem “o branco fulano”, o “o negro beltrano”; porém entre nós, que a população é uma mixórdia de raças, que raros são os indivíduos cujos avós não sejam pretos africanos ou bronzeados americanos, a palavra — negro — portanto nasce de sentido, não determina “gente ou nação” soa nos aos ouvidos dos lusos-brasileiros a palavra — galego —, aos ouvidos dos itálos brasileiros a palavra “gringo”, aos ouvidos dos teuto brasileiros a palavra... , porque procuram com ela abater a energia de nosso caráter, lembrando o imantante cativo que arripiava nossa dignidade e não um acinte a raça etiópica; visto que a tanto insulto em chamar de “negro” — um africano autóctone, como de branco — a um eslavo nas mesmas condições.

Há de nos desculpar-nos o ilustrado e urbano colega esse aranzel com que procuram justificar, o que, para a vossa esclarecida inteligência, pareceu exagero.

Somos, também, uma andorinha só na imprensa porto-alegrense a tentar fazer com que o verão rigoroso da civilização esturre de vez os rebentos do Inveterado estilo de senzala que constantemente surge nas notícias dos jornais daqui, por isso é que, na falta de plumagens do saber, que em tais casos nos livraria os voos de nossos deveres jornalísticos, dos exageros de apreciações, “damos por pau e pedras” quanto

temos que nos referir a um indivíduo, como ao que ora nos preocupa, no qual não houve a mínima parcela de “animus injuriandi” no que concordamos.¹⁹⁴

A extensa resposta de Silva Felisardo apresenta sua compreensão dos possíveis significados do *Estilo de Senzala*. Ele inicia por inferir uma harmoniosa relação entre pretos e brancos no Brasil. Não sei se tal afirmação é uma ironia ou mesmo uma assertiva do autor, porém, no desenrolar do texto ele dá a entender outras possibilidades. Logo, diz também que não houve uma compreensão correta da sua observação central e se presta a explicá-la adiante.

Na explicação, o autor retoma um argumento já usado n’O Exemplo, o qual foi questionar o hábito de usar características de cor e como isso parece remontar aos tempos da escravização. Acrescenta que a aparição da terminologia acontece devido à condição social desfavorecida da pessoa para quem é destinada, algo já visto na escrita de Candido Manecá de Oliveira (as novidades aparecem mais à frente). Ele diz que, no Brasil, não existe uma raça definida para seus habitantes e tal hipótese é justificada, pois “a população é uma mixórdia de raças”; somando a isso diz: “que são raros os indivíduos que cujos avós não sejam pretos africanos ou bronzeados americanos”, no segundo certamente se referindo aos povos originários das Américas. Ao apresentar tais argumentos, ele parece estar dizendo que a maioria dos brasileiros é de descendência de miscigenação e, por isso, as qualidades morais das pessoas individualmente não poderiam ser aferidas por sua cor, embora pareça ser um argumento possível no caso dos Estados Unidos, por exemplo.

Em outra hipótese, diz que somente se o Brasil passar por uma divisão racial como a dos Estados Unidos, no qual o domínio de uma sobre a outra resultou, segundo ele, num ódio de raças, seria normal a diferença nos tratamentos proferidos na imprensa brasileira, pois só com essa diferenciação os termos como “branco tal” e “beltrano negro”, fariam algum sentido. Verticalizando em complexa reflexão, continua o jornalista afirmando que “negro” não diz nada sobre “gente ou nação”, mas, ao mesmo tempo, soa como outras palavras usadas para estabelecer uma diferença como: “gringo” e “galego”. Aprofunda-se mais ao afirmar que o uso dessa terminologia visa afligir o caráter das pessoas negras, com sua íntima ligação com os tempos do cativo e que se tal termo só tivesse ligação com a descendência etiópica não seria um problema, porém não fora assim que ocorria na imprensa de Porto Alegre.

Por fim, justifica a dureza de seus argumentos, dizendo que o faz por ser “uma andorinha só” tentando trazer o verão aos “rebentos inveterados do estilo de senzala”, ou seja, que era um único jornal na cidade de Porto Alegre combatendo o *Estilo de Senzala*, fazendo

¹⁹⁴ O Exemplo, Porto Alegre, *Reparos*, p.1-2. 19 de dezembro de 1909.

uso da expressão do autor que o criticou na nota aqui citada. Mas ainda permanece a dúvida: o que seria esse estilo?

O *Estilo de Senzala* seria a escrita produzida por jornalistas que usam arbitrariamente de qualificativos como: “creoulo”, “negro”, “preta”, “mulata” e qualquer outra palavra derivada cujo intuito seja classificar a pessoa pela sua cor. Além disso, ele segue o método de usar o que seria um adjetivo e transformá-lo num substantivo, de modo que essa substantivação passasse a demarcar uma definição da pessoa a quem se refere. A língua portuguesa define adjetivo como algo que classifica o sujeito, ou seja, aquilo que diz características específicas sobre ele. O substantivo é algo que nomeia os seres, que os define, que dá substância textual para dar sentido à palavra. A substantivação dos termos ocorre quando o que antes era um adjetivo e deveria, portanto, vir após o nome da pessoa, vem na frente e carregando um sintagma nominal, ou seja, quando é acompanhada de um artigo.

São diversos os casos de substantivação, praticamente todos os citados na pesquisa apresentam a ocorrência de tal processo, pois, como observaram os jornalistas d’O Exemplo, sempre que podem utilizar desses artifícios, os profissionais da imprensa o fazem. No caso do jornal O Progresso, mesmo que justifique seu erro, ele escreveu “o negro Graciliano Alfredo dos Santos”. O artigo “o” mais o adjetivo “negro” compõem a substantivação do adjetivo negro. Substantivação esta que os intelectuais percebem como uma prática recorrente e muito bem elaborada por seus autores, visto que ela traz consigo uma substância textual que remete aos sentidos trabalhados ao longo da pesquisa.

A substantivação do negro é uma elaboração linguística e também social, pois a produção de sentidos em torno dela não está finalizada. Sendo que ela não é apenas a ocorrência do uso da palavra negro, mas todos os outros vocábulos empregados da mesma forma fazem parte dele, tanto é que vários foram destacados pelos intelectuais do jornal O Exemplo e muitos outros foram encontrados numa pesquisa no jornal A Federação. Por isso foi notado pelos intelectuais d’O Exemplo como estavam sendo atribuídos sentidos para aqueles termos, como a escrita no *Estilo de Senzala* está ligada a paradigmas de animalização, ao tempo do cativo, ao desejo de dizer que pessoas negras estão mais propícias a uma intenção criminosa. Algo que poderia ficar apenas na escrita, só que é justamente por estar na escrita de jornais diários que espalham seus ensinamentos, de modo que o *Estilo de Senzala* possui sua pedagogia, pois cotidianamente em suas notícias atribuíam sentidos negativos com o uso da substantivação.

É válido ressaltar que entendo a linguagem como uma tecnologia, ou seja, como uma ferramenta inventada por pessoas. Logo, quem a domina tem o poder de projetar quem são

“os outros”¹⁹⁵, sendo essa uma forma de exercer poder, de dominação e de violência. A partir disso, a escrita é uma ferramenta utilizada por jornais da cidade de Porto Alegre que tentavam mobilizar e reforçar uma imagem, uma invenção, e até mesmo uma ficção para (en)cobrir as “pessoas de cor”. A escolha por escrever “(en)cobrir” vai além de um uso estilístico, recorro à palavra dessa forma pensando suas duas significações dicionarizadas, em que encobrir seria o ato de não deixar ser visto e que cobrir seria envolver ou vestir algo. Assim, considero que os dois atos ocorrem, tanto o de não deixar ser visto, como o de pôr em cima algo que esconda da visão. Mesmo que aproximadamente, as duas definições se complementam, sendo assim definida minha escolha.

Silva Felisardo, ao dizer que existiu um *Estilo de Senzala*, parecia estar atento às tentativas de ficcionalizar a imagem das pessoas negras praticadas por aqueles jornalistas. A formulação do conceito também aponta para os sujeitos que praticavam a ação. Uma amostra é o noticiado no dia 25 de dezembro de 1910, ocasião em que é apresentada ao leitor uma matéria de nome *Ainda uma vez*, que fora escrita por Simão da Silva, colaborador do jornal O Exemplo, foi o artigo de abertura daquela edição. Nela, ele descreve quem possivelmente eram os sujeitos que escreviam nos moldes do *Estilo de Senzala* – jornalistas que possuíam educação superior – e os indaga: “folhas redigidas por moços que frequentaram as escolas superiores”, que, mesmo com essa educação, ainda assim insistiam em criar epítetos para os nomes de pessoas negras em seus escritos, como no título “o crioulo de tal fez isto”¹⁹⁶.

Para finalizar a leitura do conceito de *Estilo de Senzala*, acho necessário colocá-lo em diálogo com o conceito de *substantivo negro*, de Achille Mbembe¹⁹⁷. Por meio deste conceito, o autor analisa a diacronia, ou seja, o processo de longa duração da invenção do termo “negro”. Ele o separa em três momentos: Atribuição, Assimilação e Subversão.

Um dos debates presentes quando se fala do *substantivo negro* é sobre suas temporalidades e como ele foi constituído ao longo da história. Sabendo disso, vale ressaltar a funcionalidade da demarcação temporal proposta por Mbembe. Explica o autor que houve três momentos: o de atribuição, de interiorização e de inversão/subversão. O primeiro ocorreu quando um grupo homogêneo de pessoas foi determinado pela palavra negro. Essa invenção, que teve como finalidade tornar homens e mulheres meras mercadorias, ferramentas e

¹⁹⁵ KILOMBA, Grada. *Memória da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 28

¹⁹⁶ O Exemplo, Porto Alegre, *Ainda uma vez*, p.1. 25 de dezembro de 1910.

¹⁹⁷ MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

moedas, “é, portanto, uma alcinha, a túnica com quem alguém me encobriu e sob a qual tentou me encerrar”.¹⁹⁸

O segundo momento é o de interiorização, e ocorreu quando o(a) “negro(a)” vestiu essa túnica, só que agora não mais sendo limitados pela invenção. Nessa ocasião, houve um contato¹⁹⁹ pela linguagem, no qual aquilo que foi atribuído não é mais apenas manejado de forma unilateral. É que, ao vestir-se dessa linguagem do colonizador, o(a) “negro(a)” apreende suas significações e passa a elaborar pela escrita maneiras de entender e formular o mundo. Neste momento de contato as mais variadas formas de inscrição foram manejadas, a dança, a música, os hábitos alimentares, os quilombos, as associações, etc. Todas essas inscrições adornavam a túnica, e muitas vezes abriam brechas nela e, aos poucos, ela não parecia mais aquilo que fora dito.

O terceiro momento é o da subversão, quando de forma insurrecional a túnica é convertida dos seus sentidos negativos. Como diz Achille Mbembe:

Num gesto consciente de subversão, ora poético, ora carnavalesco, muitos a assumiram para que fosse mais bem revirado contra seus inventores esse patronímico execrado, símbolo da degradação, que decidiram converter dali em diante em símbolo de beleza e de orgulho e que decidiram utilizar dali em diante como insígnia de um desafio radical e, por que não, de um apelo à sublevação, a deserção e a insurreição.²⁰⁰

Nesse ato de subversão é que a palavra que costumeiramente sustava a humanidade das pessoas negras passa agora a ser um ato de disputa por essa humanidade, que fora antes arrancada pelo colonialismo e constantemente atualizada pelas tecnologias coloniais. Agora, a túnica é tecida pelas mãos daquelas(es) a quem ela tentou (en)cobrir.

Conforme avançava na leitura das produções do jornal O Exemplo, a divisão parecia ainda mais embrincada e os momentos elaborados pelo autor se misturavam nas escrituras do jornal. Nisso, ao denunciar e combater o *Estilo de Senzala*, os intelectuais d’O Exemplo nos ajudam a compreender como a ficção do *substantivo negro* acontecia na prática; observe:

Os nossos não são homens animais, como muitos os querem, contentando não simplesmente com as funções meramente animais, com os prazeres supinamente materiais da alimentação, da reprodução da espécie. Não satisfazem se somente com o pão pra boca, com o gozo para a carne, necessitam e buscam avidamente o pão intelectual, a par do gozo dos sentidos o exercício dos sentimentos: são homens como os ditos superiores.²⁰¹

¹⁹⁸ Ibidem, p. 92.

¹⁹⁹ Ver: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: Relatos de viagens e transculturação*. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

²⁰⁰ Op. cit. MBEMBE (p. 93)

²⁰¹ O Exemplo, Porto Alegre, *Pelos nossos*, p. 1. 25 de novembro de 1902.

É preciso ir por partes, já que aqui há muitos fatores que se destacam: 1) “Os nossos não são homens anemais”; a pequena sentença já funciona como um gatilho para muitas questões de importância aqui, tanto é que foi a escolha para o título da dissertação. De início eles já demarcam o sujeito, que seriam “os nossos” (a coletividade presente no movimento de interiorização)²⁰². Em seguida, usando da negação “não são”, abre-se uma discussão sobre os significados presentes no que seria o momento de atribuição, pois dizem não ser “homens anemais”, contrapondo a imagem produzida para eles e, ao fazê-lo, já estão analisando o substantivo negro sem aceitar a animalização posta sobre “os nossos”. Assim, incitam outro significado para o *substantivo*, o que seria sua terceira função: a subversão.

Diante disso, ao trazer o substantivo negro enquanto um problema de pesquisa, percebe-se que os momentos de atribuição, interiorização e subversão não estão separados. Na verdade, estariam intimamente ligados na produção d’O Exemplo e na sua forma de escrever. Com isso, importa dizer que não se trata de se opor ao esquema proposto por Mbembe, mas de inferir que, no caso desta pesquisa com o Jornal O Exemplo, essas dimensões, que parecem estar separadas, como num processo linear, na verdade podem também ser percebidas em conjunto e sendo praticadas ao mesmo tempo.

2) “como muitos os querem, contentando não simplesmente com as funções meramente animais, com os prazeres supinamente materiais da alimentação, da reprodução da espécie”: ao atribuir um significado, presume-se que ele parte de um desejo, e assim pode-se revelar um sentimento. Aqui, o “querer” manifesta uma tentativa de enclausurar novamente as pessoas negras em uma representação animalizada, fazendo com que o sentir vencesse uma condição individual, uma vez que a animalização produzida pelo desejo de “muitos” é usada enquanto uma justificativa para negar o acesso à educação, já que bastaria para a população negra a comida e a reprodução, nada diferente do tratamento dado aos cavalos “creoulos” de um Brasil “livre” e republicano.

3) “necessitam e buscam avidamente o pão intelectual, a par do gozo dos sentidos o exercício dos sentimentos: são homens como os ditos superiores”: quando utiliza o verbo “buscar”, quem escreveu a matéria entende esses “homens” como agentes de suas próprias vidas. Mesmo que estivessem submetidos a uma imagem negativa, eles estariam à procura de exercer seus sentimentos e o acesso ao “alimento intelectual” era algo basilar para uma coletividade “faminta de educação”. Sendo assim, são sujeitos complexos, não limitados

²⁰² Kabengele Munanga diz que a formação da identidade só nasce da percepção de nós e dos outros, ao reivindicar “os nossos” o jornal O Exemplo demonstra estar elaborando uma identidade. MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

apenas a comer e procriar, ou seja, também são “homens como os ditos superiores”. O autor então revela mais um dos sentimentos aferidos no início do século XX, o da superioridade branca, sensação que é objeto de reflexões dos estudos da branquitude.

Assim, *Estilo de Senzala* e *Substantivo negro* complementam a leitura da fonte, pois, ao cruzar os dois conceitos é possível ter uma noção do que os jornalistas tentavam realizar. Eles elaboraram na sua escrita uma forma de combate às ficções e invenções do que seria “o negro”. Ao fazê-lo, acabaram por perceber a temporalidade do conceito de cor, quando destacam que quem os usava tinha como intenção remeter ao passado escravista. Como seus sentidos e significados, ultrapassaram a gramática, por serem usados pela guarda administrativa para praticar suas violências. Mas também, reviram-no dizendo “os nossos”, transformando em um sinônimo de algo diferente do que aqueles sujeitos diziam ser as pessoas negras em seus jornais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A pesquisa tem como foco principal a análise das produções de intelectuais negros no início do século XX, buscando compreender a trajetória de um jornal negro em Porto Alegre e como ele contribui para a compreensão de questões relacionadas à violência, humanidade e cidadania durante o período da Primeira República brasileira. Em diálogo com o jornal O Exemplo, a pesquisa investiga temas considerados importantes por essa intelectualidade, desde as dificuldades enfrentadas na produção do jornal até a elaboração de uma abordagem específica de fazer jornalismo.

No primeiro capítulo, a ênfase está em compreender a elaboração do jornal, quem eram os indivíduos por trás das páginas, quais eram os possíveis interesses dos escritores na produção do jornal e quem era seu público-alvo. Ao abordar essas questões, é possível desenvolver a identidade dos intelectuais envolvidos, incluindo trabalhadores como Esperidião Calisto, que ocupam diferentes cargos no jornal ao longo do tempo.

Além disso, a pesquisa visa entender as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas na criação do semanário, investigando como e por que eles persistiam em publicar o jornal, mesmo que nas suas palavras ele não fosse lucrativo em seus primeiros anos. Indica-se que aqueles que faziam o jornal consideravam-no um compromisso de vida, uma luta na qual eles estavam engajados, mas que luta era essa e em nome de que e de quem?

O editorial do jornal revela, por meio de suas escolhas de artigos, imagens e histórias, que seu foco principal era a defesa dos desfavorecidos de Porto Alegre. No entanto, vai além ao explicitar quem eram essas pessoas, pois em sua escrita esses sujeitos eram definidos por cor e classe. O jornal não fala apenas em nome das pessoas negras e pobres, mas também considera suas experiências como fundamentais, enfrentando diretamente as questões que impactam suas vidas. O jornal O Exemplo é um veículo de propagação de ideias e de enfrentamento direto as injustiças produzidas em seu tempo, ao que me parece sua busca não é dar voz, sua preocupação é constituir uma identidade própria nas páginas do jornal, por isso que insistentemente eles repetem “os nossos”, “nosso povo”, “nossa gente”.

Ao final, é necessário refletir sobre quem possivelmente era a coletividade acionada pelo pronome possessivo e pelo subtítulo “jornal do povo” que passou a figurar nas páginas d’O Exemplo no início do século XX. Quem eram as pessoas que tais abstrações buscavam abarcar? Quem seria o povo do “jornal do povo”? Para isso, foi preciso atentar-se à forma de escrita dos jornalistas e às personagens que emergem de suas páginas, compreendendo a quem eles admiravam. A figura de Aurélio Veríssimo de Bitencourt, um abolicionista negro

porto-alegrense, Sr. Uflacker, pintor e associado ao clube negro Floresta Aurora, e Arjosil, operário e escritor do Exemplo, figuras ajudam a compreender que o povo acionado nas páginas do jornal guarda proximidade com aquele que o produz, estabelecendo uma conexão entre a comunidade retratada nas páginas do jornal e a comunidade que o produz.

Ao ter uma noção de quem eram as pessoas que estavam na produção do jornal e quais seus objetivos, o capítulo 2 analisa a prática da escrita. O problema central é perceber o que ganhava destaque no noticiário do periódico, quem emergia de suas páginas enquanto personagens das histórias que contavam e como eles contavam aquelas histórias. Para isso, selecionei três matérias: a invasão da casa de Dona Maria do Brochado, o caso da rua Jeronymo Coelho e o do cruzamento das ruas Duque de Caxias com Floriano Peixoto.

Nos três fatos, pessoas negras haviam sido vítimas de violência, as duas primeiras da polícia e a última de um grupo de estudantes. Na produção dos relatos presente no semanário a forma de escrita ganha destaque, por isso o foco se torna em refletir sobre o modo como eles nos contaram aqueles acontecimentos e como a partir disso se compreende aquela violência e o que a autorizada. Diálogo então com conceitos que ajudam a imaginar aquelas situações, pois, ao que tudo indica, as agressões sofridas pela população negra na cidade de Porto Alegre eram regra e não exceção.

O que se percebe é que no início do século XX, a república brasileira seguia dando continuidade a formas de violência inauguradas pelo tráfico atlântico, não as repetindo da mesma maneira, porém criando mecanismo de controle social para a manutenção da desumanização das pessoas negras. Desse modo, vê-se que foram produzidos enquadramentos que buscavam aprisionar a população negra em imagens negativas e como isso contribuía para o afastamento da condição de cidadania e se demonstrassem escapar minimamente desses enquadramentos, a polícia administrativa do município estaria lá para manter a “ordem”.

O terceiro capítulo adentra as veredas da linguagem, com dois pontos cruciais de problematização: a maneira como os jornalistas do O Exemplo repercutiram notícias de outros periódicos em suas páginas e quais as possíveis intenções das terminologias referentes a cor presente na imprensa porto-alegrense. Assim, foram analisados materiais do jornal O Exemplo e do jornal A Federação, com o intuito de ampliar os horizontes da pesquisa. Desse modo, o cerne da pesquisa é entender o que a palavra “creoulo” remete, quais sentidos e significados são produzidos pelo seu emprego.

Avalia-se junto das opiniões dos intelectuais negros exemplistas, em que momentos termos referentes a cor apareciam na imprensa, como eles surgiam e qual a intenção do seu

uso. Pessoas como Candido Manecá de Oliveira e Silva Felizardo, expressam o que consideravam como os sentidos por trás do uso de terminologias como “creoulo”, “negro”, “preto”, entre outros, ao mesmo tempo, eles percebem que tal prática de escrita é algo recorrente na imprensa de modo geral, o que faz com que a nomeie de *Estilo*.

Percebe-se que houve uma substantivação do adjetivo negro na escrita dos jornalistas porto-alegrense, mais do que isso, essa substantivação era caracterizada por tentar animalizar, criminalizar e desumanizar, as pessoas que tinham seus nomes prefigurados com elas, assim Silva Felizardo acaba por chamar de *Estilo de Senzala* aquele modo de escrever. Então, *Estilo de senzala* demarca uma escrita carregada de uma nostalgia ao passado escravista e que usava das páginas da imprensa para espalhar seus desejos de superioridade.

Ao final, compreende-se que mais do que analisar escritas de outros sujeitos, os jornalistas estão produzindo a sua forma de escrever e ao fazê-lo estão tecendo o *substantivo negro*, ou seja, os intelectuais estavam elaborando uma identidade negra no início do século XX como modo de combater as ficções atribuídas as pessoas negras, ora pela violência das ruas, ora pela violência das páginas jornalística.

Destarte, a linha mestra que conduz a pesquisa tentou compreender como os intelectuais negros no início do século XX entendiam o mundo ao seu redor, o que para eles era cidadania, o que eles produziram como sendo sua identidade, como eles se pensavam aquela sociedade. Por isso, os caminhos da pesquisa começam por pensar indícios iniciais da formação de uma identidade do jornal O Exemplo, e como é a partir dela que eles elaboram seus textos, dando destaque às notícias na qual a polícia administrativa cometia violência e para uso de uma linguagem preconceituosa por parte da imprensa local.

A produção jornalística d'O Exemplo e de seus intelectuais revela os critérios de análise utilizados por eles para compreender a noção de cidadania e os controles que foram mobilizados para excluir as pessoas negras de seus direitos legais durante a Primeira República. O jornal, ao abordar o Estilo de Senzala, identifica tanto as heranças deixadas pelo período da escravidão quanto a continuidade de práticas antigas, ao mesmo tempo em que percebe a formação de novas tecnologias de controle, como evidenciado em sua crítica direta à polícia administrativa, uma invenção da era republicana.

No entanto, O Exemplo vai além da percepção das injustiças, pois os jornalistas se comportam como agentes de sua própria história e da população negra de Porto Alegre, confrontando as violências físicas, auditivas e linguísticas. Nesse processo de “defesa”, eles constroem uma identidade coletiva, convocando constantemente aqueles que chamam de “os

nossos” para se juntarem à luta ao lado deles. Isso indica que não há uma perspectiva individualista na identidade que eles almejam.

Por fim, a leitura do jornal sugere que, ao se reconhecerem como sujeitos de suas próprias histórias, eles buscam distanciar as pessoas negras dos estereótipos negativos atribuídos a elas, ressignificando os sentidos e significados associados aos negros nas páginas do jornal: ecos de ontem e, assustadoramente, um tema-problema da pauta dos movimentos negros contemporâneos. Se para muita gente hoje pode parecer novidade, é preciso que saibam e que se fale mais que na virada do século XIX para o XX, homens negros organizados e conscientes do poder da imprensa (e das palavras!) afirmaram que ser negro é motivo de orgulho, desafiando as representações negativas que historicamente permeavam a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. Partido Republicano Rio Grandense. in: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20RIO-GRANDENSE%20\(PRR\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20RIO-GRANDENSE%20(PRR).pdf)

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n° 4, p. 677 - 704, 2002. doi: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000400005>

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AUERBACH, Erich. **Mimésis: A Representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

AZIGON, Talles. **Saral #3**. Fortaleza-Ce: Substância, 2022.

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, Nação e Classe: as identidades ambíguas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

BASTIDE, Roger. A Imprensa Negra do Estado de São Paulo. in: BASTIDE, R. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOHRER, Felipe Rodrigues. **A música na cadência da História: Raça, Classe e Cultura em Porto Alegre no Pós-Abolição**. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciência, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria de Sá da Costa, 1978.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CHAKRABARTY, Dispesh. História subalterna como pensamento político. In: NEVES, José; DIAS, B. P. (org.) **A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão**. p. 281-307.

CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. in: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 219-240.

Ciclo de debates sobre o jornal “O Exemplo”: temas, problemas e perspectivas [recurso eletrônico] Fernanda Oliveira da Silva; Melina Kleinert Perussatto; Rodrigo de Azevedo Weimer e Sarah Calvi Amaral Silva (org.). Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/ebooks/EBook-CicloPalestras.pdf>. Acesso em: ago. 2021.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. Que cidadão?: Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença.. in: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos. (Org.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 7-19.

DAVIS, Y. Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIHL, Tuane Ludwig. **Plurais (In)Visibilidades**: representação republicanas sobre o negro (Jornal A Federação - RS, 1884 – 1903). 170 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2017.

DOMINGUES, Petrônio. Imprensa Negra. in: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio dos Santos. (org): **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018. p. 253-259.

DU BOIS, W.E.B. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro**: como a antropologia estabelece seus objetos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon. in: Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. Londrina. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina** p. 216-232, set. 2013.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915 – 1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2ºed.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

HOOKS, bell. Choosing the margin as a space of radical openness. in: HOOKS, bell. **Yearning: race, genre and culture politics**. Cambridge: South End Press, 1990. p. 223 – 239.

IRFFI, Ana Sara Parente Cortez. **O Cabra no Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista**. 354 f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

JESUS, Leandro S. Bulhões de. **Imagens em Angola, Imagens da Memória: cinemas, marcas e descobertas (Tempos das lutas anticoloniais, tempos das independências)**. 333 f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2013.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **Pedagogias da Saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas**. Revista História Hoje, v.2, nº4, p. 149-174, 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/95>. Acesso em: 17 nov 2021.

KERSTING, Eduardo e de Oliveira. **Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890 – 1920)**. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

AMANCIO, Kleber Antonio De Oliveira. **A representação visual do negro na primeira república**. Natal: Anpuh, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 63-201, jul-dez. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>. Acesso em: 18 de out. 2021.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**: história dos, nos e por meio dos periódicos. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 111-153.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. 3. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e Moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade**: polícia e polícias em Porto Alegre, 1896–1929. 282 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Portugal: Edições Pedagogo, 2014.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil imperial e republicano. **Estudos Ibero-Americanos**, Rio Grande do Sul, [S.I.], v. 40, n. 1, p. 85 – 127, 18 dez. 2014.

MOURA, Clóvis; FERRARA, Miriam. **Imprensa Negra**: Estudo Crítico. São Paulo: Imprensa Oficial/Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2002.

MOURA, Clóvis. **Escravidismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo**. Afro-Ásia, Salvador, v. 14, p. 124-137, jan 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1448>. Acesso em: 18 out. 2021.

MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

MÜLLER, Liane Susan. As contas do meu rosário são balas de artilharia. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (org). RS NEGRO: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 262-271. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsnegro.pdf>.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, [S.I.], v. 29, n. 59, p. 607 – 626, dez. 2016. FapUNIFESP.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O movimento social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto. in: **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. Elisa Larkin Nascimento (org). São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. **A racialização nas entrelinhas da imprensa: o caso O Exemplo e A Alvorada - 1920 – 1935**. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

ORO, Ari Pedro. **As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul**. Debates do NER, Porto Alegre, Ano 9, n 13, p. 9 - 23, jan - jun 2003.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O cidadão está nas ruas: a cidadania republicana em Porto Alegre (1889 – 1891)**. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade: Educação, trabalho e cidadania na pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 - c. 1911)**. 2018. 344 f. Tese (Doutorado em História) - Curso de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os excluídos da cidade. In: SEFFNER, Fernando (org.). **Presença Negra no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995. p. 80-89.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: Relatos de viagens e transculturação. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). 332 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História**: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. 2011. 281 f. Tese (Doutorado em História) - Curso de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SODRÉ, Muniz. **Sobre imprensa negra**. Lumina - FACOM, Juiz de Fora – MG, v. 1, n. 1, p. 23 – 32, jul./dez. 1998.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VIEIRA, Daniela Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970)**: Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2017.

ZUBARAN, Maria Angélica. **Comemorações da liberdade**: lugares de memórias negras diaspóricas. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6743/4045>.

ZUBARAN, Maria Angélica. **A invenção branca da liberdade negra**: memória social da abolição em Porto Alegre. *Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 6, n. 3, p. 1-16, jul-ago-set 2009. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO_3_DOSSIE_Maria_Angelica_Zubaran_FENIX_JUL_AGO_SET_2009.pdf.

ZUBARAN, Maria Angélica. **Pedagogias da imprensa negra**: entre fragmentos biográficos e fotografuras. *Educar em Revista*, Curitiba, n.60, p. 215 – 229, 2016. doi: 10.1590/0104-4060.43561.